

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção
Agrícola Familiar



Tese

A COMIDA INVISÍVEL:

Representações sociais sobre a alimentação escolar entre a comunidade escolar e os agricultores familiares na região de Pelotas, RS.

Shirley G. Nascimento Altemburg

Pelotas, 2014

Shirley G. Nascimento Altemburg

A COMIDA INVISÍVEL:

Representações sociais sobre a alimentação escolar entre a comunidade escolar e os agricultores familiares na região de Pelotas, RS.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Agronomia.

Orientador: Profa. Dra. Nádia Velleda Caldas (FAEM-UFPeI)

Co-orientador: Prof. Dr. Antônio Jorge Amaral Bezerra (FAEM-UFPeI)

Pelotas, 2014

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

A314c Altemburg, Shirley Grazieli Nascimento

A comida invisível: representações sociais sobre a alimentação escolar entre a comunidade escolar e os agricultores familiares na região de Pelotas, RS. / Shirley Grazieli Nascimento Altemburg ; Nádia Velleda Caldas, orientadora ; Antônio Jorge Amaral Bezerra, coorientador. — Pelotas, 2014.

207 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, 2014.

1. Segurança alimentar. 2. Produção agrícola familiar agroecológica. 3. Mercados institucionais. I. Caldas, Nádia Velleda, orient. II. Bezerra, Antônio Jorge Amaral, coorient. III. Título.

CDD : 630.81

Banca examinadora:

Profa. Dra. Nádia Velleda CALDAS (presidente)

Doutora em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas.

Profa. Dra. Catia GRISA

Doutora em Ciências pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Profa. Dra. Giancarla SALAMONI

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Profa. Dra. Wanda Griep HIRAI

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

SHIRLEY GRAZIELI NASCIMENTO ALTEMBURG

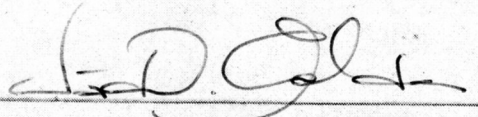
A COMIDA INVISÍVEL:

Representações sociais sobre a alimentação escolar ecológica entre a comunidade escolar e os agricultores familiares na região de Pelotas, RS.

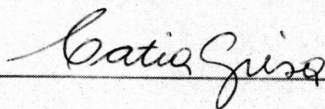
Tese aprovada como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutor em Agronomia, Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 11 de fevereiro de 2014.

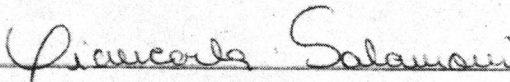
Banca Examinadora:



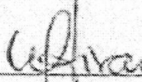
Profª. Dra. Nádya Velleda Caldas (orientadora).
Doutora em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas.



Profª. Dra. Catia Grisa
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.



Profª. Dra. Giancarla Salamoni
Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.



Profª. Dra. Wanda Griep Hirai
Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

*Aos que acreditam na vida,
Aos determinados e persistentes,
Aos que enfrentam as mudanças e renascem com elas,
E, por isso se tornam vitoriosos!*

Agradecimentos

Chegado o momento de concluir mais uma etapa em minha vida, etapa esta que me exigiu muito esforço, dedicação e disciplina. No entanto, ao pensar e repensar em minha trajetória no PPGSPAF/NUPEAR percebo que não estive sozinha e que foram as pessoas especiais que me acompanharam que tornaram meu caminho menos árduo e, seguramente, por isto consegui chegar até aqui. Certamente não será possível mencionar todas as pessoas por quem cruzei nesta jornada, mas algumas foram essenciais e a elas dedicarei as próximas linhas.

Em primeiro agradeço a Deus, que me permitiu fazer mais esta passagem pela terra e assim, me proporcionou mais uma chance de evoluir.

Deixo meu agradecimento também, e de forma especial, aos agricultores e agricultoras que carinhosamente abriram as portas de suas casas e dispuseram seu precioso tempo me acolhendo e permitindo, assim, que eu conhecesse um pouco sobre suas vidas durante a realização deste trabalho.

Como não agradecer e lembrar com saudades do aprendizado e todo carinho recebido com o convívio das crianças nas escolas. Tornei-me parte da história delas e elas da minha. Agradeço também a todos os gestores e servidores escolares dos municípios de Canguçu, Cerrito e São Lourenço do Sul, que contribuíram para a realização desta tese, seja na forma de informante qualificado ou apenas operacionalizando minhas atividades que foram muitas e em diversos espaços.

Agradeço às instituições de fomento que foram essenciais para realização deste doutorado. À CAPES, pela concessão da bolsa, e ao CNPq e a FAPERGS, pelos recursos que propiciaram nossas atividades de campo e extensão.

Estendo meus agradecimentos à UFPel e ao PPGSPAF e assim, me reporto carinhosamente ao prof. Ricardo Schöffel e à professora Ana Cláudia, que na coordenação deste programa foram incansáveis em me auxiliar e contribuir também para minha formação.

Ainda me reportando ao PPGSPAF quero agradecer o carinho e dedicação de dois grandes mestres e amigos que conquistei prof. Mário Conill, meu conselheiro de plantão, e o professor Flávio Sacco dos Anjos, que além de ser um grande amigo, foi também um pouco meu orientador nesta jornada.

Ao meu co-orientador Prof. Dr. Antônio Jorge Amaral Bezerra, que pelas circunstâncias do destino não esteve tão perto de mim neste período, mas nem por isto deixou de ser importante neste trabalho e de merecer meu carinho e amizade.

Quando penso em qual a melhor forma de dizer muito obrigada à minha querida amiga e orientadora Nádia Velleda Caldas, me faltam palavras e os olhos se enchem de lágrimas, pois vivemos muitas coisas juntas. Aprendemos, acertamos, erramos, construímos e reconstruímos sonhos. É exatamente assim que sinto nossa convivência e relação, ela estava sempre ali e pronta para qualquer que fosse a situação. Sem dúvida, você foi providencial em minha vida e nesta trajetória acadêmica. OBRIGADA!

Especialmente agradeço às professoras Cátia Grisa, Giancarla Salamoni e Wanda Griep Hiraí que gentil e carinhosamente assumiram a tarefa de examinar e contribuir para forma final desta tese. Além disso, agradeço a cada uma pelo aprendizado e convivência que me foram riquíssimos e com certeza me fizeram querer ser uma profissional mais qualificada.

No horizonte de agradecimentos quero me reportar à minha família, e inicio dizendo obrigado aos meus pais, por eu existir, por terem me ensinado o quanto é preciso lutar e acreditar no que se quer e ir atrás. Mesmo distante, sei que pensaram e torceram por mim todos os dias.

Aos meus irmãos queridos Scheila, Eduardo e Enrique que a suas maneiras tornam minha vida mais leve e divertida, assim como a minha sobrinha querida Maria Luísa. E ainda, a minha mais que irmã, amiga, confidente e companheira de todos as horas, Cris, que me cuida, me protege e dividiu comigo diversos momento desta caminhada, inclusive indo a campo. Assim, agradeço também ao meu cunhado Gelson, as minhas sobrinhas e afilhadas amadas Julia e Mariana.

Ao Guilherme, meu esposo, que mais uma vez esteve ao meu lado e contribui nesta jornada. Agradeço principalmente por ser meu parceiro nos cuidados com a Sophia suprimindo minha ausência quando precisei me afastar. E deste modo, estendo meus agradecimentos à sua família também.

A minha doce, linda, carinhosa e amada filha Sophia. Um anjo que Deus enviou, que me ensina tanto e me faz sentir vontade de viver e crescer cada vez mais para poder contribuir com seu crescimento e caminhada. Amo você demais minha pirulita.

Em meio a tantos sentimentos e certezas de que são as pessoas que tornam nossa vida especial, cada uma a seu modo, com uma palavra ou um olhar, quero agradecer aos grandes e sinceros amigos que conquistei nessa vida e que levarei para sempre em meu coração.

Aos amigos que dividiram comigo momentos especiais e importantes nesta trajetória que se encerra Nicolau, Patrícia Martins, Kátia Gomes, Jaqueline Sgarbi, Jakes e João Henrique.

Aos queridos bolsistas e amigos do NUPEAR, Rafael Becker, Germano, Cristine, Luis Henrique, Dani e em especial à querida Jéssica, minha fiel escudeira, minha amiga, com quem tenho a honra de trabalhar diretamente.

Às queridas amigas Ana Paula Noronha, por seu companheirismo, amizade, carinho e cuidado. À Renata Solé, por estar sempre pronta para todos os desafios e assim me encorajar a ir adiante sempre. À querida Fabiana Andersson, companheira inseparável no primeiro ano de doutorado e com quem vivi ótimos e divertidos momentos. Você fez falta nos anos seguintes.

Ao meu grande amigo Cláudio Becker com quem dividi os melhores e árduos momentos desta caminhada. Sei que nada na vida é fácil, mas não tenho dúvida meu amigo que você com sua calma, serenidade e segurança me ajudou a não cair, não me perder e, sobretudo, me fez ver o quanto eu tinha força e poderia ir além do que eu mesma imaginava.

Finalmente vou agradecer a uma amiga muito especial, Fernanda Novo, não apenas porque me ajuda profissionalmente, foi incansável no mestrado e está sendo novamente no doutorado, mas porque compartilho e aprendo com ela como ser mais forte, ser melhor e reconhecer que nada nesta vida é por acaso. Obrigada Fê, mais uma vez, por tudo!

A história das ciências, como a de todas as ideias humanas é uma história de sonhos irresponsáveis de teimosias e de erros, porém, a ciência é uma das raras atividades humanas, talvez a única, na qual os erros são sistematicamente assinalados e com o tempo, constantemente corrigidos.

(Karl Popper)

Resumo

ALTEMBURG, Shirley G. Nascimento. **A comida invisível: Representações sociais sobre a alimentação escolar entre a comunidade escolar e os agricultores familiares na região de Pelotas, RS.** 2013. 207f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Os últimos dez anos coincidem com importantes mudanças nas políticas públicas do Brasil, com especial destaque para a criação de programas voltados ao consumo social que visam assegurar a compra de produtos da agricultura familiar, assim como, o fornecimento de uma alimentação saudável às crianças de escolas públicas. Esse é o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cuja ênfase recai em conciliar a educação alimentar para os alunos que frequentam a rede pública de ensino e o acesso ao mercado para os agricultores familiares. Diante deste cenário a tese em tela versa sobre as representações sociais em torno da alimentação escolar, a partir de alimentos produzidos por agricultores familiares na região sul do RS. O estudo esteve centrado em compreender como se dão os desdobramentos do PNAE que visa garantir a segurança alimentar e nutricional nos municípios de Canguçu, Cerrito e São Lourenço do Sul. Para dar conta disto realizamos uma pesquisa eminentemente qualitativa através da realização de grupos focais em seis escolas da rede municipal, com alunos da zona rural e urbana, bem como, entrevistas em profundidade com 42 atores envolvidos com o programa (agricultores familiares, gestores municipais, servidores escolares, representante do MDA e técnicos da EMATER). Os dados coletados a campo entre os anos de 2011 e 2013 foram analisados através da metodologia de Análise de Conteúdo com auxílio do *software* QRS NVIVO10. Dentre os principais resultados está constatação da falta de importância dada à alimentação escolar dentro das escolas, fato que reforça os índices de transição nutricional agravando os perigos causados por uma alimentação inadequada. Percebe-se claramente que a operacionalização do programa está atrelada diretamente ao interesse dos gestores públicos e o entendimento de que as ações do mesmo devem acontecer de forma conjunta e transversal. Os resultados ainda demonstram que este programa tem se tornado uma ferramenta em potencial para garantir a segurança alimentar e nutricional dos educandos. Todavia, as representações sociais em torno de uma “comida boa” nem sempre correspondem aos preceitos de uma alimentação saudável, o que nos parece evidenciar a necessidade de aperfeiçoamento desta política pública.

Palavras-chave: segurança alimentar; produção agrícola familiar agroecológica; mercados institucionais.

Abstract

ALTEMBURG, Shirley G. Nascimento. **The invisible food: social representations about ecological school feeding between school community and family farmers in the region of Pelotas, RS.** 2014. 207sh. Thesis (Ph.D.) Graduate Program in Family Agricultural Production. Federal University of Pelotas.

The last ten years decade coincide with important changes in public policies of Brazil, with emphasis on the creation of programs aimed at the social consumption that ensures the purchase of products from family farming and, especially, the provision of healthy food to children from public schools. This is the case of the School Feeding National Program (PNAE in Portuguese), whose emphasis is to conciliate food education for students who attend the public teaching network and market access for family farmers. Facing this scenario the thesis on screen is about the social representations concerning school feeding, from food produced by family farmers in the region of Pelotas, RS. The study was centered on understanding how are given the unfoldings of PNAE which aim to ensure food and nutrition security in the municipalities of Canguçu, Cerrito and São Lourenço do Sul. In order to embrace it we conducted an eminently qualitative research by conducting focal groups in six schools of the municipal network, with students from rural and urban area, as well as in-depth interviews with 42 actors enrolled with the program (family farmers, city managers, school servants, MDA delegate, and EMATER technician). The collected data were analyzed through Content Analysis methodology with the aid of the software QRS NVIVO10. Among the main results is the lack of importance given to school feeding inside the schools, a fact that reinforces the rates of nutritional transition and aggravates the dangers caused by poor diet. One clearly perceives that the operationalization of the program is tied directly to the interest of public managers and the understanding that their actions should happen in a joint and cross-sectional way. The results also demonstrate that this program has become a potential tool to ensure food and nutrition security. However, the social representations around the value of a healthy eating and of ecological family farming production need to be incorporated beyond discourses into practices that ensure effective operationalization of this important program.

Keywords: food security; ecological family farming production; institutional markets

Lista de Figuras e Boxes

Revisão de literatura

Figura 1	Valores repassados ao PNAE nos últimos cinco anos	35
Figura 2	Esquema de campo de estudo das representações sociais	49
Figura 3	Os dados recorrentes do conhecimento das pessoas formam o núcleo central da representação	50
Figura 4	Os dados entrelaçados nas sub-representações dos subgrupos geram a representação global	50

Projeto de Pesquisa

Figura 1	Mapa ilustrativo do Rio Grande do Sul (Brasil), destacando a localização dos municípios de Canguçu, Cerrito e São Lourenço do Sul	67
-----------------	---	----

Itinerário Metodológico

Box 1	Especificidades metodológicas sobre o uso de grupo focal	80
Box 2	Informações sobre a realização dos grupos	81

Relatório do trabalho de campo

Figura 1	Fotografias do trabalho de campo em Cerrito, RS	91
Figura 2	Fotografias do trabalho de campo em Canguçu, RS	93
Figura 3	Fotografias do trabalho de campo nas escolas Irmã Firmina Simon e Castelo Branco, em Canguçu, RS	94
Figura 4	Fotografias do trabalho de campo em Canguçu, RS	94
Figura 5	Fotografias do trabalho de campo em Cerrito, RS	96
Figura 6	Fotografias do trabalho de campo em Cerrito, RS	97
Figura 7	Fotografias do trabalho de campo em Cerrito, RS	98

Figura 8	Fotografias do trabalho de campo em São Lourenço do Sul, RS	100
Figura 9	Fotografias do trabalho de campo em São Lourenço do Sul, RS	101
Figura 10	Fotografias do trabalho de campo em São Lourenço do Sul, RS	101
Figura 11	Fotografias do trabalho de campo em São Lourenço do Sul, RS	102

Artigo 1

Figura 1	Mapa ilustrativo do Rio Grande do Sul (Brasil), destacando a localização dos municípios de Canguçu, Cerrito e São Lourenço do Sul	109
-----------------	---	-----

Artigo 3

Figura 1	Distribuição do número de refeições diárias realizadas por aluno no espaço urbano e rural	163
Figura 2	Nuvem de palavras em tamanho referente a frequência de menção	164
Figura 3	Representações dos alunos em relação as categorias “comida boa” e “alimento saudável”	165

Lista de Tabelas e Quadros

Projeto de pesquisa

Tabela 1	Dados escolas de Canguçu, RS	69
Tabela 2	Dados escolas de Cerrito, RS	70
Tabela 3	Dados escolas de São Lourenço do Sul, RS	70
Tabela 4	Compilação de dados municípios de Canguçu / Cerrito / São Lourenço do Sul	71

Itinerário Metodológico

Tabela 1	Relação de alunos por escolas nos três municípios	81
-----------------	---	----

Relatório do trabalho de campo

Quadro 1	Fase exploratória da pesquisa de campo	90
Quadro 2	Atividades realizadas na fase de campo, no município de Canguçu, RS	92
Quadro 3	Atividades realizadas na fase de campo, no município de Cerrito, RS	95
Quadro 4	Atividades realizadas na fase de campo, no município de São Lourenço do Sul, RS	98

Artigo 1

Tabela 1	Compilação de dados municípios de Canguçu / Cerrito / São Lourenço do Sul	111
Quadro 1	Razões que levaram os agricultores a optarem pela produção saudável de alimentos	117

Quadro 2	Termos utilizados pelos agricultores entrevistados para designar um alimento saudável	117
Quadro 3	Opinião dos entrevistados sobre o fato das crianças receberem alimentos produzidos pela agricultura familiar na escola	119
Quadro 4	Opiniões dos entrevistados em relação ao fato do acesso aos mercados institucionais influenciar na sua maneira de produção	120

Artigo 3

Tabela 1	Informações gerais sobre as escolas estudadas e seu público	163
Quadro 1	Diversidade de alimentos e frequência de consumo diário, por aluno, no espaço rural e urbano	164
Tabela 2	Distribuição dos alunos segundo o seu comportamento alimentar no ambiente escolar	165

Lista de siglas

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APISC	Associação de Piscicultores de Canguçu
CAFSUL	Cooperativa dos Apicultores e Fruticultores da Zona Sul
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD/FNDE	Conselho Deliberativo/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
CECANE	Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar
CEPAL	Comisión Económica para América Latina y el Caribe
CNRS	Centro Nacional de Investigación Científica
COAFAC	Cooperativa dos Agricultores Familiares do Cerrito
COMÉLCA	Cooperativa de Agricultores de Canguçu
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COOPAR	Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul
DCSA	Departamento de Ciências Sociais Agrárias
EMATER/RS	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Food and Agriculture Organization
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NUPEAR	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG's	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPGSPAF	Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNAIC	União das Associações Comunitárias do interior de Canguçu e Região

Sumário

1 Introdução.....	19
2 Revisão da literatura	23
2.1 O entendimento de Agricultura Familiar e sua conexão com uma nova realidade alimentar	24
2.2 Reconexão entre produção e consumo e o papel das políticas públicas: uma ferramenta na construção da segurança alimentar e nutricional através da produção agroecológica	28
2.3 Alimentação e cultura: representações sociais sobre a comida	38
3 Projeto de pesquisa	53
1. Antecedentes e justificativa	55
2. Problema de Pesquisa	61
3. Hipóteses	62
4. Objetivos	63
5. Metodologia	64
5.1 Pesquisa de campo	66
6. Universo de estudo	67
6.1 Atores envolvidos na pesquisa	68
7. Resultados e Impactos esperados	71
8. Cronograma de atividades	73
9. Divulgação prevista	73

10. Referências	73
4 Itinerário Metodológico.....	76
4.1 O método e o enfoque qualitativo da pesquisa	76
4.2 As categorias de análise.....	78
4.3 As técnicas de Investigação	79
4.3.1 Grupo focal	79
4.3.2 As entrevistas	83
4.4 Análises dos dados	84
5 Relatório do trabalho de campo.....	87
Artigo 1: Produção agroecológica e Programa Nacional de Alimentação Escolar: um caminho para a natureza multidimensional da Segurança Alimentar e Nutricional	103
Resumo	104
Abstract.....	104
1. Introdução.....	105
2. Universo de estudo, procedimentos metodológicos e marco teórico da pesquisa.....	109
2.1 Procedimentos metodológicos	111
2.2 Marco teórico	112
3. Um diálogo entre produção agroecológica, segurança alimentar e políticas públicas	114
4. Representações sociais e seu papel no cotidiano dos agricultores familiares.....	116
5. Considerações finais	121
6. Referências	121
Artigo 2: Exercitando a cidadania: uma análise do PNAE como um instrumento promotor de inclusão social de agricultores familiares no sul gaúcho	125
Resumo	126

Abstract.....	126
1. Introdução.....	127
2. Universo Empírico e aparato metodológico e teórico da pesquisa.....	130
2.1 Procedimentos metodológicos	131
2.2 Marco teórico	134
3. Participação cidadã e representações sociais - um caminho em construção	135
4. Considerações	139
Referências	140
Artigo 3: Hábitos e preferências sobre a comida: as representações sociais e sua influência no comportamento alimentar entre alunos de escolas rurais e urbanas no sul do Brasil	142
Resumo	143
Abstract.....	143
Introdução.....	144
Universo de Estudo, Procedimentos Metodológicos e Marco Teórico da Pesquisa	147
Universo de estudo	148
Procedimentos metodológicos	148
Marco teórico.....	148
As Representações Sociais e Sua Influência na Construção dos Hábitos Alimentares.....	151
Considerações Finais	160
Referências Bibliográficas	161
6 Considerações finais	166
Referências	170
Apêndices	186
Anexos	194

1 Introdução

O tema da qualidade alimentar vem se apresentando na atualidade com papéis diferenciados, seja pela necessidade intrínseca de romper com os impérios agroalimentares, cujos produtos (a exemplo dos *fast foods*) tanto mal fazem à saúde (CRUZ, 2012), ou para nos fazer refletir sobre a necessidade de fomentar a produção local como estratégia de segurança e soberania alimentar ao fortalecer a categoria agricultura familiar.

É neste rol de reflexão que a atenção volta-se às estratégias recentes do Governo Federal em investir esforços na criação de instrumentos e políticas públicas que atuem na direção de equalizar estas duas questões. A exemplo deste fato, temos as recentes transformações pelo qual passou o Programa Nacional de Alimentação Escolar, reflexo de uma construção social que vem sendo construída historicamente e tem resultado em diversas ações que buscam a promoção da segurança alimentar e nutricional em nosso país (GRISA, 2012), ganhando força com a veiculação dos diversos escândalos agroalimentares que temos assistido (CALDAS et al., 2012).

O referido programa tem sido modelo para outros países e se assenta na busca por reconectar produção e consumo (TRICHES, 2010), reportando os alimentos consumidos pelas crianças nas escolas à condição de assegurar a soberania alimentar. Dito isto, diversos fatores são incorporados à importância da alimentação escolar, que não serve apenas para nutrir as crianças, mas também para educá-las, tanto alimentar como socialmente.

No entanto, há vários fatores que auxiliam ou impedem que ações como as mencionadas acima ocorram, pois garantir o funcionamento de uma política pública com a transversalidade que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

possui depende de diversos setores da esfera pública e da maneira como ele é trabalhado pedagogicamente.

Uma das formas que se tem para compreender as questões que regem a alimentação escolar é através das representações sociais que a comunidade escolar possui acerca do alimento produzido pelos agricultores familiares, bem como de outros atores sociais envolvidos nesta cadeia (alunos, servidores escolares e gestores municipais).

Para tal, nos apoiamos na teoria geral das representações sociais de Moscovici (1978) que afirma que a representação social não é algo passivo, apreendido nos moldes de uma fotografia. Se expressa a partir da compreensão ativa, uma vez que modela o que é dado pelo exterior. Se reproduz através do remanejamento de estruturas e produz uma remodelação dos elementos anteriores.

Em última análise, o objetivo desta pesquisa foi compreender qual o alcance que esta política pública (PNAE) possui dentro dos propósitos para o qual foi elaborada. Ou seja, garantir alimentação saudável aos escolares e auxiliar na valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, refletindo na valorização desta forma social de produção.

Para tal, buscamos entender o porquê algumas formas de alimentação se tornaram invisíveis e ainda continuam na invisibilidade diante dos impérios agroalimentares que dominam a sociedade. Este é precisamente o caso dos alimentos saudáveis produzidos agroecologicamente.

Neste sentido, nossa intenção foi investigar uma dimensão até então não explorada nos estudos sobre impactos desta política pública, qual seja: identificar, analisar e interpretar as representações sociais sobre a alimentação escolar por parte da comunidade escolar (alunos e servidores) pois, embora o PNAE busque dar ênfase a formas saudáveis de alimentação, nem sempre isto é visível, principalmente no que se refere ao olhar das crianças, já tão acostumadas com uma alimentação industrializada. Buscamos também, entender como os agricultores familiares, agentes fundamentais neste processo, avaliam as possibilidades de comercialização que esta política oferece. Trata-se, igualmente, de conhecer as representações que eles possuem sobre os consumidores de seus produtos, neste caso a comunidade escolar. Interessou-nos ainda, compreender qual a importância dada pelos gestores municipais a respeito do presente e do futuro desta política pública.

Deste modo, procuramos compreender como se dão estes processos na região de Pelotas, RS. Na busca por desvelar este cenário, realizamos uma pesquisa eminentemente qualitativa, que permeou as diversas esferas que compõem a operacionalização do PNAE. O peso de nosso estudo recaiu sobre qual papel assumem as representações sociais em torno da alimentação, produção e compra de alimentos, ou seja, os três eixos que conectam o PNAE e permitem seu funcionamento e sua relação com a segurança alimentar e nutricional em nosso país.

Cabe ainda dizer, que a tese aqui apresentada é um dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Agronomia junto ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar (PPGSPAF), em conformidade suas normas regimentais e com o regulamento da pós-graduação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

O tema da pesquisa desenvolvida identifica-se com os objetivos da linha Desenvolvimento Rural Sustentável do PPGSPAF, havendo surgido como desdobramento das atividades desenvolvidas como pesquisadora no Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar – NUPEAR, do qual faço parte. Convém ressaltar que minha participação neste grupo contribuiu em grande medida para o despertar da importância da realização de estudos aos quais nos propomos (avaliar sob a ótica de diferentes grupos sociais as contribuições do acesso ao PNAE), uma vez que respostas e direcionamentos levantados poderão influenciar diretamente sobre a vida destes atores.

O interesse pelo objeto proposto nesta investigação coincide com minha atuação profissional, pois estou vinculada à área da educação e realizei estudos sobre percepção ambiental dos agricultores agroecológicos nesta região durante o mestrado. Além do mais, trata-se de um tema de extrema relevância, haja vista fazer parte de um dos eixos estratégicos de atuação estatal, abordando a participação da agricultura familiar no PNAE.

Nesta perspectiva, pretendeu-se explorar as interfaces de uma das mais importantes inovações em políticas públicas de apoio ao desenvolvimento dos

territórios rurais¹ e ao fortalecimento da agricultura familiar. Deste modo, nos propomos refletir sobre as mudanças constantes do cenário em que vivemos, tanto em relação ao reconhecimento e valorização da Agricultura Familiar, como da busca pela Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em nosso país. Centramos nosso estudo nas transformações porque vem passando as políticas de alimentação escolar no Brasil, através das reformulações ocorridas no PNAE e a incorporação da Lei 11947/2009 que modificaram as diretrizes de operacionalização do programa. Neste sentido, salientamos que a alimentação escolar deixa de ser vista como uma alimentação paliativa (uma merendinha)², mas necessária para garantir um bom desempenho escolar.

Esta tese está estruturada no formato de artigos³, seguindo as normas da Universidade Federal de Pelotas (conf. Anexo A) subdividindo-se em três partes. Na primeira, além desta breve introdução, trazemos a revisão de literatura, o projeto de pesquisa, o itinerário metodológico e o relatório do trabalho de campo. No segundo reunimos os resultados da pesquisa, através de três artigos.

No primeiro artigo discutimos de que maneira o PNAE tem se apresentado como uma ferramenta em potencial para garantir a segurança alimentar e nutricional, na região de Pelotas, a partir das representações sociais dos agricultores familiares fornecedores de alimentos para elaboração da merenda escolar.

No segundo artigo buscamos identificar as representações sociais que os agricultores familiares possuem em relação à efetivação de uma participação cidadã, através do PNAE, nos municípios estudados.

No terceiro artigo analisamos as representações sociais em torno à merenda escolar e os hábitos alimentares praticados por alunos das seis escolas estudadas.

Na última parte apresentamos as considerações finais.

¹ Entendemos o território rural como um espaço físico definido geograficamente, não densamente urbanizado cuja principal atividade econômica, mas não exclusiva, é a produção agropecuária. Caracteriza por envolver múltiplos aspectos, a sociedade, a cultura, o ambiente, a economia, a política e as instituições.

² Utilizamos o termo merendinha para demonstrar o sentido dado à alimentação escolar em outros períodos em que a mesma era vista como algo desprovido de importância.

³ É importante ressaltar que os artigos em questão só serão enviados para publicação após aprovação da tese.

2 Revisão da literatura

Difícilmente outro comportamento atrai tão rapidamente a atenção de um estranho como a maneira que se come: o quê, onde, como e com que frequência comemos, e como nos sentimos em relação à comida. O comportamento relativo à comida liga-se diretamente ao sentido de nós mesmos e à nossa identidade social, e isso parece valer para todos os seres humanos. Reagimos aos hábitos alimentares de outras pessoas, quem quer que sejam elas, da mesma forma que elas reagem aos nossos. (MINTZ, 2001, p.31)

Esta seção visa ampliar as discussões em torno à qualidade alimentar e dos desafios de sua construção na atualidade. A relevância do tema coincide com a problemática existente acerca do padrão alimentar hegemônico que tem levado a sociedade a sérios problemas de saúde.

Isto posto, nos questionamos: *Como escrever uma tese que fala da invisibilidade da comida saudável, sem buscar entender, mesmo que de forma breve, os significados que estão por detrás dela?* Diversos autores tem se dedicado ao longo do tempo em entender os sentidos e sentimentos que o ato alimentar desperta nas pessoas e em diferentes sociedades. Nesta perspectiva, nos propomos a apresentar, nesta seção, os elementos que nos parecem essenciais para compreender os elos entre a produção agrícola familiar, a segurança alimentar e nutricional e, a história da alimentação. E, como ela reflete no comportamento atual que as pessoas manifestam em relação à alimentação, buscando estabelecer a conexão destes elementos com a teoria geral das representações sociais.

2.1 Agricultura Familiar e a realidade agroalimentar

O debate em torno da dinâmica da agricultura familiar é amplo e não menos complexo. Não iremos realizar uma abordagem exaustiva sobre este tema nesta seção, nosso objetivo é apresentar algumas ponderações que consideramos essenciais como forma de clarificar o universo sobre o qual esta pesquisa está amparada e sua conexão com a questão da segurança alimentar e nutricional em nosso país.

Deste modo, coincidimos com a concepção de que a categoria correspondente à agricultura familiar apresenta traços similares aos do campesinato, fato que nos direciona a um objeto de estudo assinalado por uma complexidade indiscutível. Assim, para poder distinguir uma forma de exploração como familiar é necessário lançar mão de critérios que abarquem tal complexidade dentro de um mesmo marco conceitual.

Nossa intenção aqui não é justificar se devemos chamar os agricultores familiares de camponeses ou não, ou se os termos são necessariamente equivalentes. Acreditamos ser importante dizer que compreendemos que o termo “agricultura familiar” não é algo dado e sim um conceito que se construiu histórica, política e academicamente. Deste modo, entendê-lo em sua essência é fundamental para analisar as políticas públicas, sobretudo as que afetam a dinâmica dessa forma social de produção, como é precisamente o caso do PNAE.

Neste sentido, Wanderley (1999), avalia que os mecanismos adotados pela agricultura familiar para sua reprodução social coincidem com práticas e elementos simbólicos que remetem ao passado. Contrariando a tese de que representaria algo novo, ressalta que esta categoria é uma redefinição do campesinato na contemporaneidade.

Assim, nos apoiamos no conceito de agricultura familiar proposto por Wanderley (2001, p.41), onde “[...] a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” e, além disso, utiliza os valores culturais e os saberes locais no desenvolvimento de suas atividades.

Admitimos, portanto, que gestão e o trabalho familiar estão indissoluvelmente associados, cabendo à família um papel central nas decisões sobre a produção agrícola e a reprodução social de seus membros. Para Chayanov (1974, p.36, tradução livre), a conceituação mais abrangente é que a “unidade econômica camponesa é uma empresa na qual empresário e trabalhador se combinam em uma só pessoa”.

Com relação ao entendimento dos processos internos que regem as unidades familiares de produção, a contribuição de Chayanov (1974) foi incontestável, porém, ao refletir especificamente sobre a racionalidade e a dinâmica das unidades camponesas, faltou-lhe uma abordagem mais ampla sobre os mecanismos externos que incidem sobre as famílias rurais. Nessa condição tem-se, por exemplo, o papel assumido pelas políticas públicas, assim como outros aspectos como no caso da formação de redes de cooperação entre as unidades familiares.

O termo “agricultura familiar” surgiu inicialmente no meio acadêmico, antes mesmo da implantação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). A expressão sintetiza uma diversidade de atores sociais no vivem no espaço rural brasileiro, tais como, “pequeno produtor, agricultor de subsistência, pequeno proprietário” dentre outras acepções (SACCO DOS ANJOS, 2003, p.242).

Para Hugues Lamarche (1993, p.14), “a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma, toda a diversidade”. Partindo deste argumento, admite-se que o cuidado com a terra, o respeito ao tempo da natureza, a capacidade de adaptação, passam a ser vistos como características essenciais que reivindicam a preservação e o fortalecimento desta forma social de produção.

É bem verdade que essas características por si só não garantem sua reprodução ao longo do tempo. Há que se pensar também nas relações que se estabelecem com os mercados, pois, mesmo que numa lógica diferenciada, o acesso ao capital de exploração é fundamental para essas famílias.

Neste sentido, o amparo dado à agricultura familiar, a partir da implementação do PRONAF, foi importante na medida em que:

este programa, que em larga medida foi formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural realizadas desde o início da década de 1990, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo

alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade (SCHNEIDER, 2009, p.36).

Mesmo não estando em nosso itinerário discutir as potencialidades e limites deste programa, é fundamental refletir sobre o quanto foi válido partir de algum lugar para pensar com propriedade a categoria agricultura familiar. Deste modo, pode-se dizer que este feito foi um primeiro passo para sair da invisibilidade que se encontravam os estabelecimentos rurais enquadrados nessa condição. Todavia, não foi esta política que trouxe à tona os atributos intrínsecos deste grupo, como uma “categoria diferenciada”, com “traços singulares” (WANDERLEY, 2009) e que se inventa e reinventa para sobreviver ao longo do tempo. Ela sempre existiu, e resistiu, à sombra da grande exploração agropecuária de caráter escravista e capitalista.

Vale lembrar que a criação deste programa representou, mesmo que de forma tênue, uma mudança na maneira de perceber o papel da agricultura familiar no desenvolvimento do país. Sua criação foi fruto de uma ação de governo que pretendia minimizar as mobilizações sociais latentes na época, sobretudo, pela atuação dos movimentos sociais e, em especial, as ações do MST (GRISA, 2012), bem como, garantir o apoio do sindicalismo rural (MEDEIROS, 2001).

A ideia da criação de uma política de “trocas e apoios políticos e eleitorais” (GRISA, 2012, p.132) foi um dos fatores limitantes das ações do PRONAF em relação à emancipação dos agricultores familiares. Além deste, outros elementos foram citados por Mattei (2006) ao realizar uma revisão dos trabalhos acadêmicos que abordaram este programa nos últimos dez 10 anos. Dentre eles é possível destacar: a) a distribuição do crédito que não ocorre de forma igualitária nas regiões do país. Sendo concentrado nas regiões mais desenvolvidas do país como é o caso do sul e sudeste, deixando de lado metade dos agricultores familiares que fazem parte da região Nordeste; b) o crédito acessado está vinculado ao financiamento das safras agrícolas consolidando, segundo o autor, uma agricultura pautada no uso intensivo de insumos modernos, em detrimento da realização de investimentos nos estabelecimentos familiares; c) o modelo de financiamento vigente no programa contribui para a especialização da produção ao direcionar o crédito a poucas culturas, especialmente, soja, milho e feijão, deste modo, não estimula com eficácia a diversificação produtiva da agricultura familiar, tanto numa perspectiva agrícola como não agrícola; d) por último percebe-se que também não há um envolvimento dos beneficiários nas discussões do Pronaf. Assim, não há eficiência no processo de

gestão social da política não havendo um processo democrático que estimule a participação dos agricultores e as ações do programa se transformam garantir a liberação de recursos aos municípios.

Para além dos pontos frágeis mencionados por Mattei (2006), há ainda que mensurar o endividamento que ocorre por parte dos agricultores que o acessam, pois não conseguem utilizar os recursos de forma adequada e eficaz em suas propriedades. E também, é impossível não questionar a disparidade entre os recursos deste programa destinados ao Agronegócio e a agricultura familiar.

Ainda assim, esta categoria social demonstra sua força sendo vista atualmente como elo para assegurar a oferta de alimentos em nosso país sob as mais diversas formas, seja vinculada aos grandes complexos agroindustriais, ou mediante o estabelecimento de relações face a face com os consumidores. Esse é precisamente o caso dos canais curtos de comercialização⁴, que possuem a capacidade para fortalecer o desenvolvimento local e garantir uma alimentação saudável para a população (BECKER, 2010), ou ainda através do acesso a políticas públicas como o PAA e o PNAE.

Sendo assim, a alimentação escolar tem sido entendida em diversos municípios como a fonte para promover a segurança alimentar e nutricional (SAN), de um lado, e o fortalecimento da agricultura familiar, de outro. Neste sentido, a SAN e sua instrumentalização via PNAE, valoriza a produção agroecológica de alimentos, aproximando quem consome e/ou compra e quem produz, criando laços de confiabilidade, que estão para além dos limites impostos pelas regras dos mercados convencionais. Deste modo, admite-se que este tipo de política pública propicia a valorização dos agricultores locais, bem como estratégia consistente para promover o desenvolvimento dos territórios rurais⁵.

⁴ Entende-se por canais curtos de comercialização a reconexão entre quem consome e quem produz passando impreterivelmente pela diminuição na distância que os alimentos percorrem e do número de intermediários que se envolvem desde a produção até o consumo (LOZANO CABEDO, 2011).

⁵ Como será visto na sequência, nem sempre as coisas saem dentro do previsto. Muitos municípios ainda esbarram na falta de conhecimento e interesse em operacionalizar o PNAE, além de outros problemas que serão destacados nesta tese.

2.2 Reconexão entre produção e consumo e o papel das políticas públicas: uma ferramenta para a construção da segurança alimentar e nutricional através da produção agroecológica

O cenário alimentar mundial vem passando por diversas transformações, que remetem a um processo de transição nutricional⁶ que mostra, de um lado, o descaso com a segurança alimentar e nutricional de crianças e adolescentes e, de outro, a desvalorização da alimentação e das formas saudáveis de produção. Para compreender a reconexão entre estas duas esferas, produção e consumo, é necessário resgatar alguns elementos que confirmam este panorama situando-os historicamente.

Em nosso país as discussões sobre a fome foram introduzidas pelos trabalhos de Josué de Castro, nas décadas de 1930 e 1940, onde demonstrou que o problema da insegurança alimentar era resultado de um modelo de desenvolvimento econômico e social. Problematizou enfaticamente as causas da miséria e da fome e apontou que elas eram o reflexo de uma sociedade injusta e desigual (PINHEIRO, 2009).

Em seu livro *Geografia da Fome*, Castro afirma, que a fome e a má alimentação e nutrição não são fenômenos naturais, e sim sociais. Deste modo, afirmava que este problema só poderia ser solucionado por meio de ações sociais e coletivas como a implantação progressiva de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional e que somente assim, seria possível transformar em realidade o direito humano universal à alimentação.

Ao fazer uma leitura da obra de Castro, Pinheiro (2009, p. 26) afirma que ele,

Denunciava que a má alimentação é proveniente de desigual distribuição de renda entre a população brasileira e entre populações de diferentes países. E analisou que a produção social da fome não está restrita ao número de proteínas e calorias diárias ingeridas, enfatizando o fenômeno da “fome

⁶ A transição nutricional representa uma anástrofe nos padrões de distribuição dos problemas nutricionais, pois saímos de um cenário de desnutrição e falta de acesso aos alimentos e nos deparamos com uma situação em que os alimentos possuem alto valor calórico em virtude do seu processamento, são nocivos a saúde humana e estão em abundância nas prateleiras dos supermercados, disponíveis a um baixo custo. A conformação desse quadro resulta na ocorrência de diversas doenças que decorrem da obesidade como doenças cardiovasculares, câncer e diabetes, influenciando, dessa maneira, no perfil de morbimortalidade das populações (KAC e VELÁSQUEZ-MELÉNDEZ, 2003).

oculta” - carência de micronutrientes como ferro e vitamina A como indicadores biológicos do mesmo processo.

A vasta produção de Castro, essencial para dar visibilidade ao tema da fome em nosso país, ficou esquecida durante anos, sendo resgata apenas em meados da década de 1980 pelo Sociólogo Hebert José de Souza (Betinho).

Cabe lembrar que foi a partir das lutas travadas por Betinho que se retomou no país, a importância da erradicação da fome. Em sua trajetória dedicou-se ao projeto intitulado “Ação da Cidadania contra a fome, a Miséria e pela vida”, mostrando a partir dele as diversas formas que a fome pode assumir.

Concomitante a este período, o conceito e as ações em torno a “segurança alimentar e nutricional” vinham sendo construídos. Segundo Maluf (2009), aparece pela primeira vez como política pública no Governo de José Sarney. Porém o enfoque dado era o mesmo concebido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO-América Latina), com ênfase na autossuficiência alimentar nacional e no acesso universal aos alimentos (INSTITUTO CIDADANIA, 2001).

No entanto, foi através da realização da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição em 1986, como desdobramento da 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986) que se percebeu a necessidade de unir ao termo segurança alimentar a palavra nutricional, conferindo-lhe um sentido mais amplo, incorporando a qualidade ao que se produz (MALUF, 2009; GRISA, 2012). Segundo consta no documento elaborado pelo Instituto da Cidadania (2001), a referida conferência foi um divisor de águas para o entendimento dos desdobramentos que a falta de alimentos possui. Como alerta Grisa (2012, p.189),

a fome e a insegurança alimentar derivavam da incapacidade de acesso aos alimentos, diferentemente da compreensão que vigorava até então de que a segurança alimentar dependia estritamente da capacidade de produção agrícola e do abastecimento alimentar de um país.

Foi a partir deste momento que a alimentação passou a ser vista como um direito de todos e uma obrigação do Estado e, nesta perspectiva, passou-se a cobrar dele estratégias que viabilizassem a produção e a distribuição de alimentos no país. Dentre as ações vistas como necessárias para resolver este problema, constam a reforma agrária, abastecimento e comercialização – que desde aquele momento era

entendida como algo que precisava chegar até os agricultores familiares⁷ – e a política de salários justos e pleno emprego (PINHEIRO, 2009).

No entanto, essa concepção ainda ficou à margem como prioridade das políticas públicas em nosso país, sendo ainda mais enfraquecida durante o período correspondente ao governo Collor face ao impacto do padrão neoliberal⁸ que se impunha sobre o Brasil (ZIMMERMANN, 2011). Durante esses anos, aumentaram as distâncias entre produção e consumo, abrindo-se as portas para os produtos estrangeiros, em detrimento da produção interna de alimentos.

No final dos anos 1990, as ideias sobre segurança alimentar passam a corresponder a um tema de maior relevância. Este assunto vem suscitando um amplo debate, tanto na perspectiva da atuação estatal quanto no plano estritamente acadêmico (BELIK et al, 2001; FELICIELLO e GARCI, 1996; MALUF et al., 1996). No primeiro caso, como consequência do surgimento de um conjunto de questões que vão desde a preocupação em torno à avaliação do impacto de políticas públicas de combate à fome e à insegurança alimentar, até discussões mais recentes que tratam da ampliação da produção de biocombustíveis e de supostas implicações sobre a oferta mundial de alimentos (GRAZIANO DA SILVA e TAVARES, 2008; HOFFMANN, 2006; FAO, 2008). No nosso caso, a ênfase está posta sobre a primeira perspectiva, especialmente a partir do surgimento de programas e políticas públicas que colocam o acesso aos alimentos, em quantidade e qualidade – pautada em referências culturais e locais – como instrumento para a conquista da cidadania e enfrentamento das desigualdades.

Embora a luta contra a fome e a insegurança alimentar no Brasil possuam um histórico de mais de 8 décadas, foi no ano de 2001 que a proposta de construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar surgiu como a possibilidade de consolidação.

⁷ Como vimos na seção anterior existem divergências quanto ao conceito de agricultura familiar, sendo empregado também como termo equivalente outras denominações como pequeno e médio agricultor, utilizada, por exemplo, por Pinheiro (2009). No entanto, não as utilizamos pois entendemos que elas carregam alguns significados que contradizem o termo de agricultor familiar.

⁸ Na década de 1990, o neoliberalismo foi assumido pelo governo brasileiro como um modelo a ser seguido. Este modelo centra-se na ideia que o mercado e não o Estado deve ser o único alocador de salários e capital, deste modo, defende a liberdade, autonomia individual, sobre os de igualdade e justiça social; advoga a reconstituição e revigoramento da sociedade civil como um contraponto aos supostos poderes excessivos do Estado; apregoa a revitalização das instituições voluntárias e de sua ativa participação no processo de provisão social, num contexto de responsabilidades compartilhadas em que o estado, o mercado e a sociedade civil seriam parceiros (PEREIRA, 2002).

Com relação a este período vale lembrar que em outubro de 2001, o Instituto de Cidadania organizou uma equipe de profissionais composta de técnicos, estudiosos e militantes políticos identificados com a candidatura de Lula, para elaborar uma proposta para enfrentar a insegurança alimentar no país, intitulada: “Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA)”.

Esse movimento garantiu a inserção do referido tema na pauta das políticas públicas de forma mais latente e incorporando a noção de Segurança Alimentar e Nutricional. Reconhecia-se pela primeira vez, a urgência de uma política que contempla-se um conjunto de proposições que reconhecesse a complexidade do tema e assumisse a necessidade de interação de ações diversas para dar conta das múltiplas causas da insegurança alimentar (PINHEIRO, 2009; INSTITUTO DE CIDADANIA, 2001).

Na sequência de acontecimentos que reforçaram as ações em prol da segurança alimentar e nutricional do país está a sanção da Lei nº 11.346 em 15 de setembro de 2006 que, conforme o Art. 1º estabelecerá

as **definições**, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada (BRASIL, 2006, p.1).

Assim, a Política de Segurança Alimentar e Nutricional representa

um conjunto de ações planejadas para garantir a oferta e o acesso aos alimentos para toda a população, promovendo a nutrição e a saúde. Deve ser sustentável, ou seja, desenvolver-se articulando condições que permitam sua manutenção a longo prazo. Requer o envolvimento tanto da sociedade civil organizada, em seus diferentes setores ou áreas de ação – saúde, educação, trabalho, agricultura, desenvolvimento, social, meio ambiente, dentre outros – e em diferentes esferas – produção, comercialização, controle de qualidade, acesso e consumo (BRASIL, 2006, p. 6).

Outro marco na história recente de consolidação das políticas de segurança alimentar está a Emenda constitucional nº 64 de fevereiro de 2010, que alterou a redação do Art. 6º da Constituição Federal incluindo a *alimentação* como um direito social. A partir desta incorporação cabe ao Estado a responsabilidade de garantir uma alimentação adequada a todos os cidadãos.

Na efetivação deste cenário tem-se o Decreto Nº 7.272, de 25 de Agosto de 2010 que regulamenta a Lei nº 11.346 que criou o SISAN, instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, e estabeleceu os

parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Podemos afirmar que através da legislação em vigor o Estado busca a concretização de um novo padrão em torno da alimentação no Brasil.

Vale lembrar que este quadro deve-se, especialmente, a desconexão entre produção e consumo, fruto da revolução verde e seus diversos desdobramentos⁹, que imprimiu na sociedade a necessidade de um modelo agrícola pautado na massificação da produção e no uso intensivo de agroquímicos (ALTIERI, 2004), aliado a um novo modelo industrial de alimentação (FISCHLER, 1998).

Diante deste contexto assistimos, na última década, a um esforço crescente por parte do poder público em reverter esta situação¹⁰. Um exemplo desta mudança é a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e as reformulações sofridas pelo PNAE. Os mesmos têm sido vistos como instrumentos da busca pela segurança alimentar através da reconexão entre produção e consumo e visam tirar da marginalidade agricultores familiares que encontravam-se à mercê do mercado (TRICHES, 2010).

Não é obra do acaso que estas questões estão na ordem do dia, ganhando a atenção dos analistas e dos observadores internacionais, sobretudo, por parte das agências multilaterais de desenvolvimento (FAO-ONU, Banco Mundial, CEPAL, OIT, apenas para citar alguns exemplos). O Brasil tem realizado importantes avanços, tanto no que tange ao acesso ao crédito rural por parte de agricultores familiares que nunca haviam contratado recursos de custeio e investimento quanto no acesso aos mercados.

Cumpramos recapitular que,

o PAA foi construído em um contexto marcado pelos debates da fome e da segurança alimentar e nutricional. Uma mudança nos porta-vozes do fórum da comunicação política em 2002 trouxe novas ideias ao fórum de

⁹ Embora não seja nosso foco de estudo, entendemos ser necessário mencionar que o cenário agrícola brasileiro sofreu significativas transformações no século passado, com a introdução dos preceitos da chamada revolução verde. A mesma trouxe a ideia de modernização das atividades agrícolas baseadas no uso intensivo de insumos, fertilizantes artificiais e maquinário para o desenvolvimento das atividades, ocasionando a substituição de mão-de-obra e a alta dependência do mercado, tanto para a obtenção de produtos (tecnologias) como para a comercialização da produção. Por essa razão, assistimos o abandono do conhecimento empírico dos agricultores que passaram a depender exclusivamente dos pacotes ditados pelo movimento trazido por esta revolução (ALTEMBURG, 2011).

¹⁰ Impossível não mencionar os impactos decorrentes da ascensão de Lula ao poder, sobretudo ao estabelecer o combate à fome e valorização da agricultura familiar como uma das grandes prioridades.

comunidades de política pública e, com elas, “novos” atores e ideias dos fóruns da segurança alimentar e nutricional, agroecológico e científico. No bojo do Projeto Fome Zero e da recriação do CONSEA, o PAA aliou elementos da política agrícola e da política de segurança alimentar, apresentando um referencial de política pública orientado pelo enfoque da segurança alimentar e nutricional (GRISA, 2012, p.7, destaque no original).

Nesta perspectiva os mercados institucionais de alimentos têm atuado na contramão do movimento homogeneizador da alimentação, pois priorizam a compra de alimentos da agricultura familiar e sempre que possível da produção agroecológica (BECKER, 2010).

Corroborando com o exposto a cima,

a promoção da SAN requer o exercício soberano de políticas relacionadas com os alimentos e à alimentação que se sobreponham à lógica mercantil estrita – isto é, à regulação privada – e incorporarem a perspectiva do direito humano a alimentação. Deste modo se estabelece a conexão entre um objeto de ações e políticas públicas (SAN) e um princípio (soberania alimentar) que o qualifica (MALUF, 2009, p.22).

Cabe mencionar que estes mercados possuem configurações específicas e visam atender, preferencialmente, aos agricultores familiares locais. Nesta perspectiva, entendemos o conceito de mercados institucionais como

uma configuração específica de mercado em que as redes de troca assumem uma estrutura particular, previamente determinada por normas e convenções negociadas por um conjunto de atores e organizações, onde o Estado geralmente assume um papel central, notadamente através de compras públicas (GRISA, 2012, p.5).

Cumprir destacar, que nesta tese, daremos ênfase ao Programa Nacional de Alimentação Escolar e, deste modo, trataremos as representações sociais dentro de um cenário específico que se constitui a partir das reformulações deste programa.

Surgido na década de 1950, (BELIK e CHAIM, 2009), o PNAE tinha como finalidade suprir apenas 15% das necessidades alimentares básicas das crianças durante o período escolar. É somente em 2009 que sofre mudanças significativas que serão tratadas na sequência¹¹.

Assim sendo, a publicação da Medida Provisória nº 455 de 21/01/2009 representa um marco nas políticas públicas de combate à fome e à insegurança alimentar, a qual se vê consagrada através da criação, em junho do mesmo ano, da Lei nº 11.947, regulamentada um mês após pela Resolução nº 38. A importância recai no fato de privilegiar a agricultura familiar de forma explícita. Isso porque se

¹¹ No que tange às grandes mudanças sofridas pelo programa está a incorporação do caráter pedagógico que a alimentação possui dentro do processo ensino/aprendizagem (STAFANINI, 1997; BEZERRA, 2009). Este aspecto será aprofundado na discussão dos dados empíricos.

torna obrigatória a utilização de no mínimo 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE) para a aquisição de gêneros alimentícios deste tipo de produtor. Em 2010, a previsão de recursos alocados pelo governo federal era de três bilhões de reais para atender a 47 milhões de alunos (BRASIL, 2010). Nesse sentido, coincidimos com Triches e Schneider (2010), quando afirmam que se trata de uma inovação no que diz respeito à legislação que regula as aquisições públicas brasileiras. O fato é que:

Se, até então, todas as compras estavam sob a obrigatoriedade de seguir os preceitos legais de isonomia e concorrência, abre-se um precedente histórico para o fornecedor caracterizado como “agricultor familiar”: dispensa-se o processo licitatório, como disposto no seu artigo 14. A sanção dessa Lei coroa a revisão da legislação do Programa, que, juntamente com o aumento dos recursos estatais alocados e com a maior abrangência da população atendida, reflete a revisão na regulação política do País desde 2003 (TRICHES e SCHNEIDER, 2010, p.2; destacado no original).

Em 2013, a previsão de repasses para o PNAE alcançou cerca de 3,5 bilhões de reais, com uma estimativa de 44 milhões de alunos da educação básica beneficiados por esta política pública (BRASIL, 2012a). Como é possível verificar na Fig. 1, os valores repassados ao PNAE praticamente dobraram nos últimos cinco anos, o que reforça a importância de que a agricultura familiar realmente acesse o programa e se fortaleça através dele.

Segundo dados oficiais, em 2012, o valor do repasse do FNDE no estado do Rio Grande do Sul para a alimentação escolar alcançou a cifra de R\$ 217.012.770,00 atendendo um universo de 2.254.403 jovens (BRASIL, 2012b).

Este programa preconiza o direito à alimentação apropriada, o atendimento aos princípios nutricionais, o respeito às culturas alimentares, o combate à fome, à desnutrição e aos problemas relacionados às mudanças no padrão de consumo alimentar da população (BRASIL, 2009b).



Figura 1: Valores repassados ao PNAE nos últimos cinco anos.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do FNDE.

Deste modo, além de proporcionar que a alimentação dos alunos nas escolas aconteça de forma saudável, pois busca através dos cardápios inserir alimentos locais condizentes com as peculiaridades de cada município ou região, visa também garantir espaço para comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar, constituindo, assim, uma ferramenta de auxílio ao desenvolvimento e valorização da mesma (BRASIL, 2009a).

Dentre as mais significativas mudanças que repercutiram no âmbito da produção agrícola familiar, contidas especialmente no inciso I do Art. 2º da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009, merece destaque:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica (BRASIL, 2009a, p.1).

Além das questões aqui referidas, há outro aspecto que a Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 sinaliza em seu Art. 20, o qual consideramos de extrema relevância para o objeto desta tese:

os produtos da Agricultura Familiar e dos Empreendedores Familiares Rurais a serem fornecidos para Alimentação Escolar serão gêneros alimentícios, priorizando, sempre que possível, os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos (BRASIL, 2009b, p10).

A grande novidade que traz a lei refere-se ao fato de que no mínimo 30% do orçamento gasto com a alimentação escolar deve ser referente à aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar, preferencialmente da produção orgânica e/ou agroecológica.

No marco desta conquista, a região sul movimenta-se de forma positiva, sobretudo por parte de coletividades que possuem fortes laços com a produção familiar¹² de natureza agroecológica¹³. Deixamos clara a ênfase que vem sendo dada, recentemente, à agricultura familiar em nosso país, a qual se traduz no desenho de políticas públicas que respaldam, e de certa forma, que tiram da invisibilidade esta categoria social.

Reiterando esta questão, o PNAE além de preconizar o papel da alimentação escolar de imprimir hábitos alimentares saudáveis na perspectiva da segurança alimentar e nutricional, aparece claramente identificado com a prioridade atribuída aos alimentos orgânicos e/ou agroecológicos. Outrossim, para o objeto desta tese é mister reafirmar que as organizações da agricultura familiar que atuam na região de Pelotas, RS, e que são atualmente fornecedoras de produtos para alimentação escolar, têm uma história de lutas marcada justamente pelo compromisso de contrapor-se ao padrão convencional de agricultura, altamente tributário do uso de agrotóxicos e de adubos químicos, assumindo, no limite, certos pressupostos filosóficos e ideológicos inerentes à agroecologia.

Mesmo antes da aparição da Resolução nº 38 já havia um certo entendimento acerca da importância dos mercados institucionais, sobretudo do suprimento de escolas públicas através de produtos cujos processos de elaboração seguem rigorosamente um padrão de produção totalmente identificado com os imperativos da sustentabilidade em suas múltiplas dimensões (ANDERSSON, 2011; BECKER, 2010; CALDAS, 2010).

Nesta perspectiva, é fundamental ressaltar outros aspectos cruciais como o fato de que pela primeira vez a agricultura familiar é mencionada como forma social a ser privilegiada, assim como outras coletividades que atuam no âmbito local. Com efeito, no Inciso V, Art. 2º da Lei 11.947, consta:

¹² Sobre este assunto, ver Casalinho (2003).

¹³ Ao optar pelo termo agroecológico, admitimos tratar-se da produção que inclui a dimensão ética, política, cultural, social, econômica e ambiental. Abrimos mão dos termos “produção orgânica” ou “alimentos orgânicos” por acreditar que os mesmos não representam plenamente os princípios da Agroecologia.

o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos (BRASIL, 2009a, p.1).

Ao fazer esta ponderação o Governo Federal assume o quão relevante é o trabalho desenvolvido por agricultores familiares, no que pese à consolidação da segurança alimentar e nutricional em nosso país, e mais ainda, chama atenção para a importância da produção agroecológica na consolidação desta forma de produzir na agricultura.

Nosso entendimento sobre Agroecologia se baseia em Caporal e Costabeber (2004), os quais compreendem a mesma como uma nova ciência que transpõe as correntes teóricas convencionais, sendo construída a partir do pensamento social alternativo e em elementos absorvidos de diferentes ciências. Deste modo, ela forma-se a partir de um conjunto de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, respaldando as iniciativas orientadas à transição da agricultura convencional para modos de desenvolvimento rural e práticas de agriculturas sustentáveis.

Acreditamos que a produção agrícola familiar agroecológica atende às múltiplas dimensões da sustentabilidade, quais sejam: a social, a ambiental e a economicamente justa. Nesse sentido, convergimos para a posição assumida por Gliessman (2005, p.53) quando afirma que

[...] uma agricultura sustentável, deve pelo menos: - ter efeitos negativos mínimos no ambiente e não liberar substâncias tóxicas ou nocivas na atmosfera, água superficial ou subterrânea; - preservar e recompor a fertilidade, prevenir a erosão e manter a saúde ecológica do solo; - usar a água de maneira que permita a recarga dos depósitos aquíferos e satisfaça as necessidades hídricas do ambiente e das pessoas; - depender, principalmente, de recursos de dentro do agroecossistema, incluindo comunidades próximas, ao substituir insumos externos por ciclagem de nutrientes, melhor conservação e uma base ampliada de conhecimento ecológico; - trabalhar para valorizar e conservar a diversidade biológica tanto em paisagens silvestres quanto em paisagens domesticadas; e - garantir igualdade de acesso a práticas, conhecimentos e tecnologias agrícola adequados e possibilitar o controle local dos recursos agrícolas.

Consoante com o exposto acima, é preciso entender que a Agroecologia proporciona “uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios, segundo os quais eles funcionam”. Contribuindo para que se chegue a uma visão integrada, na qual se unem os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão dos agroecossistemas (ALTIERI, 2004).

Casalinho (2003) reforça a importância da Agroecologia como ferramenta para o alcance de bases firmes que resultem em uma agricultura sustentável, pois, seja em busca de práticas menos agressivas à natureza e à saúde da família agricultora e da sociedade no todo, ou apenas como uma alternativa econômica, para alcançar mercados de produtos diferenciados e com melhores preços, ela transforma a vida do agricultor e não causa danos ao ambiente.

Do mesmo modo,

a Agroecologia nos traz a ideia e a expectativa de uma nova agricultura, capaz de fazer bem aos homens e ao meio ambiente como um todo, afastando-nos da orientação dominante de uma agricultura intensiva em capital, energia e recursos naturais não renováveis, agressiva ao meio ambiente, excludente do ponto de vista social e causadora de dependência econômica (CAPORAL e COSTABEBER, 2002, p.13).

Todavia, ela por si só não conseguirá atender todos os problemas que a forma convencional de agricultura causou durante anos de produção. Assim, fica evidente a necessidade de formar parcerias com as mais diversas áreas de conhecimento para alcançar o que é mais expressivo na busca de formas alternativas de produzir, qual seja, a qualidade de vida no rural¹⁴. Deste entendimento deriva a conexão imprescindível entre políticas públicas, produção e formas alternativas de consumo que preconiza a nova dinâmica do PNAE.

2.3 Alimentação e cultura: representações sociais sobre a comida

Para pensar alimentação e cultura, é, necessário compreender que “uma certa história” sobre alimentação faz parte das culturas de toda humanidade (FLANDRIN e MONTANARI, p.15, 1998).

Os mesmos autores chamam atenção para o fato de que ao realizarmos uma retrospectiva pelas transformações que passou o mundo da alimentação, é possível perceber que hábitos e preferências alimentares se modificam ao longo dos séculos, sendo influenciados por diferenças tecnológicas, econômicas e sociais. Este fato

¹⁴ Quando falamos em qualidade de vida no rural estamos nos referindo não apenas qualidade de vida para o homem e sim da qualidade das relações que ele estabelece entre si com o meio ambiente.

explica também porque os mesmos alimentos foram sendo preparados de formas diferentes pelos mesmos povos, com o passar dos anos.

Flandrin e Montanari (1998), ao contar a História da Alimentação de diferentes povos, reportam à humanização das condutas alimentares, questionando: em que e a partir de quando os homens se distinguem dos animais em sua alimentação? Foi pelo tipo de alimento que consumiam ou sua variedade? Pela maneira como preparavam os alimentos antes de comer? Pelo cerimonial que envolvia o consumo dos alimentos, a comensalidade e a função social que caracterizavam as refeições?

Não há uma resposta precisa sobre estas questões, no entanto, uma coisa é certa o homem sempre foi um onívoro e se adaptou às circunstâncias para sobreviver. Mesmo assim, fez escolhas e uma seleção dos alimentos ofertados pela natureza em diferentes regiões, escolhas estas que decorriam, aliás, da diversidade de sua cultura (FLANDRIN e MONTANARI, 1998, p.29).

Ainda é preciso, segundo estes autores, considerar as transformações alimentares ocorridas no processo de humanização da alimentação em função do surgimento da agricultura e da criação de animais que ao mesmo tempo em que representavam a possibilidade de guardar alimentos também aumentou as dificuldades de acesso a eles e reduziu sua diversidade. Isto em razão do trabalho agrícola ser mais árduo que as grandes caçadas.

Com a evolução da humanidade e os avanços na história da alimentação diversas variáveis passaram a incorporar as escolhas alimentares. A própria percepção do homem ao evoluir permite que ele faça novas escolhas e comece assumir preferências em relação à alimentação norteadas pela cultura.

Dessa discussão deriva a questão do gosto, o que é considerado bom ou ruim em determinados grupos ou sociedades. A obra de Flandrin (1993) “Le goût a son histoire” enuncia essa questão e aponta que a principal função do gosto é saber distinguir o que é bom do que é ruim, para saber o que pode ser comido do que não pode. Isto é definido socialmente e está relacionado à cultura do meio na qual a pessoa está inserida.

Não diferentes são as discussões propostas por Câmara Cascudo (1983) ao estudar a “História da Alimentação no Brasil”. Nesta obra, o autor aborda a alimentação a partir da perspectiva do paladar, enfatiza que este é determinado por “padrões, regras e proibições culturais”. Para ele, é o paladar que restringe/delimita as preferências alimentares humanas, através de normas culturais enraizadas.

Assim, "a escolha de nossos alimentos diários está intimamente ligada a um complexo cultural inflexível. O nosso menu está sujeito a fronteiras intransponíveis, riscadas pelo costume de milênios" (CASCUDO, 1983, p.26).

Todavia, a história da alimentação tem mostrado diferentes movimentos nas sociedades, pois, se em alguns momentos as tradições alimentares tendem a ser mantidas em outros elas se modificam em função das transformações sociais, principalmente as influenciadas pela revolução industrial que "atingiu a história da alimentação em vários aspectos, mas antes de tudo pelo desenvolvimento das indústrias alimentares" (FLANDRIN, 1998, p.700,).

Cumpramos resgatar que os progressos dos transportes e da agricultura foram grandes responsáveis pelas transformações da economia de subsistência em economia de mercado e essa situação interferiu diretamente no comércio, na indústria de alimentos e, sobretudo, no perfil alimentar da sociedade (LEVENSTEIN, 1998).

Diante destes progressos, algumas inquietações surgiram e fazem parte das preocupações da sociedade até os dias atuais, mais especificamente as questões referentes à saúde e a identidade cultural.

Fischler (1998), ao discutir as preocupações em torno do padrão "moderno de alimentação" revela o paradoxo entre viver mais e com menos qualidade, em razão de um novo ritmo traçado pelo dia a dia. As tecnologias avançam de maneira assustadora, em todas as áreas. A alimentação se transforma rapidamente, assim como, a importância dela. O padrão americano dos *fast-foods* ganha espaço por todos os lados, ameaçando as culturas alimentares locais. Segundo o mesmo autor,

[...] as pessoas passaram a temer também pela identidade cultural sempre que ameaças pesaram sobre a tradição culinária. [...] receiam que a relação privilegiada mantida com a alimentação cotidiana, como fonte de prazer, ato de sociabilidade e comunicação, acabe sendo lentamente corroída, invadida, desagregada por um inexorável processo que tem nome de "americanização" [...] (FISCHELER, 1998, p. 844, destaques no original).

Diante desta realidade, fica evidente que a problemática em torno da alimentação está em manter a qualidade alimentar e não perder a identidade cultural. Deste modo, podemos nos perguntar como garantir isto em dias atuais, pois, abordar este tema é uma tarefa muito complexa. Isto, porque alimento, comida

e demais produtos que se parecem com eles¹⁵ estão por toda parte e confundem a cabeça dos consumidores.

Além disto, a temática da alimentação tem sido estudada amplamente por manifestar diferentes sentimentos e funções em cada grupo ou sociedade. Deste modo, há que se pensar que ela representa esferas como a nutricional, simbólica, social, histórica e na atualidade a política e ideológica também (BARBOSA, 2007).

Sendo assim, há que se pensar a alimentação e cultura como um par indissociável e carregado de outros símbolos impostos pelas demais esferas que influem nestas.

Para pensar as discussões desta seção acreditamos ser necessário compreender qual ou quais os significados que o termo alimento apresenta. Verificamos que em tempos mais remotos o conceito de alimento era visto apenas a partir da perspectiva nutricional e biológica, não incorporando a dimensão socioantropológica que o mesmo adquire. Analisemos esse aspecto com maior atenção. Assim, como alude Veloso (1968, p.4) alimento é,

Toda e qualquer substância, orgânica ou mineral, que introduzida no organismo em proporções convenientes é capaz de assegurar-lhe o desenvolvimento e a conservação normais no meio em que vive. O alimento deve ser comível, ser digerível, e ser nutriente.

Na perspectiva de Angelis (1977, p.13), “alimento é aquilo que entra no organismo para fornecer energia, matéria viva de crescimento, manutenção, reparo, reprodução e excreção”. Todavia, nenhum dos dois conceitos incorpora a natureza antropológica/sociológica da questão, que está para além da ideia estrita de nutrir o corpo. Há que se pensar nos significados que assume mais além das funções biológicas, sobretudo no que toca ao terreno da cultura e do imaginário das pessoas, instituições e coletividades.

Percebemos com esta leitura que alimento é aquilo que deve ser comido para satisfazer as necessidades humanas estando incluído, nesta dimensão, os desejos e os gostos. É nesta perspectiva, que trataremos o tema da alimentação, não apenas como um objeto físico e biológico, mas como uma desdobramento da ação social,

¹⁵No livro “Em defesa da Comunidade” Michel Pollan (2008), propõe a reflexão sobre o porquê a comida precisa ser defendida, se ela é algo essencial para nossa sobrevivência e, faz uma alerta sobre os demais produtos que estão nas prateleiras dos supermercados e se parecem com alimentos, mas na verdade são produtos totalmente processados e com ingredientes desconhecidos, no entanto, vendidos como comida.

carregada de símbolos e significados, pois “o homem é um onívoro que se alimenta de carne, de vegetais e de imaginário” (FISCHLER, 1979, p.1).

Cabe destacar também Da Matta (1997), ao lembrar que o alimento é basilar a todos os seres humanos. Entretanto, a comida reproduz opinião, diz respeito à identidade, ao local. Deste modo, ela é o resultado da transformação cultural do alimento.

Outro fator determinante na perspectiva do ato de alimentar-se é a carga que ela traz consigo, pois comemos e entendemos a alimentação através da nossa memória, do que nos foi passado, principalmente na infância (MINTZ, 2001) e este é um dos grandes problemas da atualidade em relação à alimentação, pois percebemos que o se perde com a modernidade alimentar¹⁶ é fundamentalmente a memória da importância do que esta ação representa.

Embora comum e rotineira, a alimentação torna-se peculiar e complexa, pois representa algo coletivo que ao mesmo tempo é estritamente individual. Pois como explica SIMMEL (2004, p.160),

[...] de tudo o que os seres humanos têm em comum, o mais comum é que precisam comer e beber. E é singular que este seja o elemento mais egoísta, que é por sinal o mais imprescindível e imediatamente restrito ao indivíduo. Já o que se pensa, pode-se dar a conhecer a outros; o que se vê, pode-se deixar que outros vejam; o que se fala, centenas podem escutar; mas o que se come não pode, de modo algum, ser igualmente comido por outro. Em nenhuma esfera elevada da vida humana pode-se encontrar uma tal situação: de que o que um deva possuir seja absolutamente impossível para o outro.

Neste sentido, compreendemos que mergulhar no mundo da alimentação, só é possível através da compreensão social e antropológica que este ato possui. Comer está para além de nutrir o corpo, é também uma forma de alimentar a alma. Assim sendo,

[...] as relações entre os alimentos e as categorias sociais podem ser vislumbradas nos gostos diferenciados ou nas atitudes diante dos alimentos. O consumo alimentar não acontece somente pela necessidade biológica, mas obedece a um sistema simbólico complexo que envolve acepções sociais, históricas, sexuais, econômicas, religiosas, éticas e estéticas ligadas à cultura e ao poder (PILLA, 2005, p.54)

A estrutura da alimentação, assim como as escolhas dos ingredientes que irão compô-la é uma manifestação da construção de identidade e da essência das

¹⁶ Estamos nos reportando ao processo homogeneizador que tem sua expressão máxima nas comidas industrializadas como os *fast-food's*.

peças que a consomem. Neste sentido, é mister reconhecer no ato alimentar fatores culturais, sociais e psicológicos (PILLA, 2005).

A grande questão que cerca o mundo da alimentação na atualidade está relacionada à necessidade de internacionalizá-la, pois se antigamente as receitas eram peculiares, tradição de família, característica do local (AMON e MENASCHE, 2008) hoje podemos comer qualquer coisa em qualquer lugar, e assim, estamos diante da globalização da alimentação. Porém, precisamos atentar para o fato de que a comida sempre nos mostra algo de um povo ou lugar, como afirmam Amon e Menasche (2008, p.13)

uma comunidade pode manifestar na comida emoções, sistemas de pertinências, significados, relações sociais e sua identidade coletiva. Desenvolvem o argumento de que se a comida é uma voz que se comunica, assim como a fala, ela pode contar histórias.

De todo modo, essa internacionalização também apresenta alguns paradoxos, no que pese a alimentação, pois se comida está relacionada a identidade, ela circula e traz pertencimento às pessoas que estão longe de seu lugar de origem, é ao mesmo tempo um ato flexível que permite experimentações, e algo arraigado do qual um povo, ou uma comunidade não abre mão (MINTZ, 2001).

Em 2008, quando Michael Pollan escreveu seu livro “Em defesa da comida” ele trouxe uma alerta fundamental sobre esta questão, especialmente, quando nos diz: “coma comida”. Assim, deu à comida o sentido de alimento, de algo necessário a manutenção do nosso corpo e sobrevivência. Não obstante, reitera que isto não é fácil, pois atualmente “há milhares de outras substâncias comestíveis com a aparência de comida nos supermercados” (POLLAN, 2008, p.10).

Estudar e buscar compreender as relações e representações em torno à alimentação convertem-se, portanto, em grandes desafios, dado que estamos diante de um universo complexo em contínua mutação. Com efeito,

se comida e alimentação estão em posição de necessitar de defesa, de quem ou de que precisam se defender? Da ciência da nutrição, de um lado, e da indústria alimentícia, do outro – e das complicações inúteis que ambas criaram em torno da alimentação (POLLAN, 2008, p.15).

Isto porque, se incutiu na sociedade uma ideia de que não há tempo para mais nada. As famílias não se alimentam mais só em casa. Só há tempo para comidas processadas e a comida de verdade desaparece rapidamente e as crianças crescem, muitas vezes sem sequer saber que legumes e verduras existem (POLLAN, 2008).

Com os processos de modernização alimentar¹⁷, as construções simbólicas em relação ao alimento foram se perdendo, pois não se sabe exatamente de que alimento se está falando. A noção do que é produzido e por quem, se dissolve no tempo.

A homogeneização do sistema alimentar é traduzida na chegada dos *fast food's* e na criação de grandes redes de supermercados, fazendo aflorar um mar de dúvidas sobre o que efetivamente estamos consumindo. Não conhecemos mais quem faz os produtos, como eles são elaborados e/ou a partir de quais matérias-primas. Ao final do processo, temos apenas um produto de “boa aparência” na prateleira do supermercado. Cabe dizer, entretanto, que a “aparência” foi crucial para a aceitação da homogeneização dos produtos, refletindo no aspecto comportamental do consumo¹⁸ (FISCHLER, 1995).

Nesta perspectiva, a criação do supermercado planetário, bem diferente da lógica de produção e consumo existente nas pequenas lojas tradicionais, não acarretou apenas no distanciamento entre produtor/consumidor e a frequência de consumo. Partir desta lógica, os alimentos transformam-se em produtos industriais homogeneizados, sendo a qualidade medida pela regularidade, tempo de conservação e a massificação do consumo. Segundo Fischler (1995, 187-188), o processo de “planetarização” do agroalimentário e as grandes redes de distribuição ao mesmo tempo em que introduzem/transformam os alimentos naturais em produtos culturalmente homogeneizados proporcionam que sejam consumidos com a sensação de estar consumindo as particularidades do local onde foram produzidos. E, para garantir a conservação dos alimentos processados por longos períodos, as indústrias passam a destinar especial atenção na manutenção de suas instalações, equipamentos e utensílios (BAPTISTA e VENÂNCIO, 2003).

Como explicita Miranda, esta planetarização é um exemplo claro do quanto a ideia de **ali-mento** que a alimenta também a alma e está perto dos olhos se perdeu. Pois, a partir do momento em que buscamos no supermercado um produto que desconhecemos o torna em um **lá-mento**, não sabemos quem produziu, não

¹⁷ Ao utilizar o termo modernização nos referimos aos processos de globalização que incutiram em toda sociedade a falsa necessidade pelo novo, pelo alimento industrializado, rompendo com os laços de proximidade entre quem produz e quem consome.

¹⁸ Quando a modernização invadiu as sociedades, carregada de valor econômico, despertou nas pessoas a necessidade desenfreada de consumir, e mais ainda, à sensação de que se pode consumir qualquer produto em qualquer lugar.

conhecemos sua composição. E, os rótulos destes produtos afirmam que podemos comê-los porque são bons, fazem bem para a saúde (informação verbal)¹⁹.

Sem perceber, o consumidor está entrando em um jogo de risco à sua saúde, mas isto passa despercebido, uma vez que, como afirma Pollan (2008), os produtos nos supermercados estão bem apresentados do ponto de vista de sua aparência e da apresentação dos argumentos que exaltam sua importância nutricional. Deste modo,

Todas as nossas incertezas sobre nutrição não deveriam esconder o simples fato de que as doenças crônicas que agora matam a maioria de nós começaram com a industrialização da comida: com o surgimento de alimentos altamente processados e grãos altamente refinados; o uso de produtos químicos para cultivar plantas e criar animais em enormes monoculturas; a superabundância de calorias baratas provenientes de açúcar e gordura produzidos pela agricultura moderna e a redução da diversidade biológica da dieta humana a alguns alimentos básicos, notadamente trigo, milho e soja. Estas mudanças nos deram a dieta ocidental que achamos natural: montes de alimentos e carnes processados, montes de gordura e açúcar adicionados, montes de *tudo* – exceto hortaliças, frutas e grãos integrais. (POLLAN, 2008, p.12)

É importante assinalar ainda que buscamos em nossa revisão teórica entender as rupturas e a globalização da cadeia alimentar através das teorias de Friedmann e McMichael (1989). Tais proposições nos permitem refletir sobre as transformações dos processos alimentares a partir da história política do capitalismo, que levou as relações sistêmicas e complexas utilizadas para elaborar as dietas à redução de um sistema agroalimentar mundial.

Como pode ser avaliado, a partir de diferentes leituras do âmbito da sociologia e antropologia da alimentação²⁰, o processo alimentar está diretamente ligado à construção social acerca do alimento. Neste sentido, a alimentação assume diferentes papéis²¹ em diferentes grupos sociais. Com efeito,

Quando comemos não somente expressamos um ato individual, mas materializamos em uma atividade as condições de produção econômica, temas morais, normas, a construção coletiva do comestível, tradição, entre outros. (QUENZA, 2006, p.614 – tradução livre)

Dentre estes papéis está a sua importância para a saúde. Embora, as sociedades entendam que comer bem é comer comida saudável e este pensamento estando disseminado, a prática social não condiz com as ações. Como afirmam

¹⁹ Informação fornecida por R. Miranda em palestra proferida no I Seminário de Alimentação Escolar de Cerrito, RS, em novembro de 2013.

²⁰ À propósito ver Romanelli (2006); Díaz Mèndez e Benito (2005).

²¹ Referimo-nos ao fato da alimentação poder representar identidade, padrão social, cotidiano ou faixa etária.

Germov e Williams (1996), o comer está voltado não apenas às questões de saúde, mas também à moda e atração física na época do culto à figura²².

Deste modo, além da fome, outras variáveis como a cultural, econômica, social, têm sido integradas ao ato da alimentação, como sugere Freitas (2003). Assim, a fome deixa de ser a única razão pela qual o homem se alimenta. Neste sentido, este tema revela questões extremamente complexas, pois ao mesmo passo que todos precisam comer, este ato assume diferentes significados que muitas vezes vão além do que é possível imaginar. Ora, comida, fome, alimentação e refeição implicam em ações distintas para cada pessoa ou sociedade.

Para Goody (1995), a ênfase na função social do alimento (comida) materializa significados e sentimentos que cooperam para o entendimento dos seres humanos diante da sociedade, enfatiza que a razão manifesta a manutenção do sistema social, estando este à frente do religioso. Desta forma, o alimento transcende a função religiosa e assume também uma importância social.

Estudos como de Brunori, Malandrin e Rossi (2012), revelam que na Itália, as mudanças no padrão alimentar estão intimamente ligadas à questão da identidade²³, esta questão ganhou peso na luta contra a modernização da alimentação.

Fica evidente, portanto, o importante papel da alimentação na reafirmação da própria identidade. Esta realidade corresponde a perspectiva de que os alimentos são mensageiros de sentidos, visto que possuem efeitos simbólicos e reais, individuais e sociais. Assim, são utilizados segundo representações e de forma compartilhada pelos membros de uma classe, de um grupo ou de uma cultura, combinando comidas e ocasiões de consumo que estruturam situações e perpassam o tempo. (FISCHLER, 1995).

Entrementes, são muito coerentes as considerações feitas por Mirasse e Menasche (2010)²⁴ ao estudarem as políticas de segurança alimentar em Moçambique e constatarem os equívocos das políticas públicas voltadas à Segurança Alimentar. Certamente não é possível querer domesticar os seres humanos, criando programas sem refletir sobre a cultura de um determinado local,

²² Os autores chamam à atenção para importância dada à aparência tanto dos produtos, quanto das pessoas, referindo-se como “culto à figura”.

²³ Baseado no conceito de qualidade artesanal os italianos incorporam alimentos locais e orgânicos como componentes da identidade da comida italiana (BRUNORI, MALANDRIN e ROSSI, 2012).

²⁴ Referimo-nos ao estudo realizado sobre a introdução da batata-doce de polpa alaranjada na dieta alimentar de agricultores familiares moçambicanos, através de ações de política pública que visava a segurança alimentar local.

sem se perguntar sobre o que de fato está atrelado ao cotidiano dos indivíduos, situação quase sempre recorrente em todos os países, do ponto de vista das políticas de segurança alimentar. Obviamente, quando se pensam estas ações ignora-se a dimensão antropológica da alimentação, levando-se em consideração apenas o lado clínico e nutricional da mesma.

Pensando sob este prisma cabe advertir que,

O acesso a alimentos engloba não apenas comer regularmente, mas também comer bem, com alimentos de qualidade e **adequados aos hábitos culturais**, com base em práticas saudáveis e que preservem o prazer associado à alimentação. Essa perspectiva aplica-se também para os indivíduos ou grupos com maior vulnerabilidade à fome, pois não se trata de assegurar-lhes qualquer alimento. (MALUF, 2007, p.25; grifos nossos)

No centro desta revisão emergem outras questões que se tornam essenciais para pensar a invisibilidade da comida, qual seja, os significados que se ocultam por trás do ato de comer, das escolhas e dos valores nele embutidos. Ao mesmo tempo em que se planetariza a alimentação, surgem contra-movimentos que buscam reconectar a produção ao consumo. Todavia, há outros elementos fundamentais no que pese à aceitação ou não de um alimento, ou comida, como abordamos anteriormente.

É com foco no sentido antropológico da alimentação que as representações sociais ganham espaço nesta tese, pois acreditamos que a filosofia implícita na proposta do PNAE está diretamente ligada às representações que os atores envolvidos na cadeia possuem dos alimentos que são produzidos pela agricultura familiar e que serão consumidos nas escolas.

No que pese aos estudos sobre representações sociais, o conceito aparece, pela primeira vez, referido na clássica obra do sociólogo francês Émile Durkheim (1978). Todavia, como esclarece Moscovici (2010, p.45):

A sociologia vê, ou melhor, viu as representações sociais como artifícios explanatórios, irreduzíveis a qualquer análise posterior. Sua função teórica era semelhante ao átomo na mecânica tradicional, ou à dos genes na genética tradicional; isto é, átomos e genes eram considerados como existentes, mas ninguém se importava com sua estrutura ou com sua dinâmica interna. A psicologia social, contudo, estaria e deveria estar preocupada somente com a estrutura e a dinâmica das representações. Para nós, isso se explica na dificuldade de penetrar o interior para descobrir os mecanismos internos e a vitalidade das representações sociais o mais detalhadamente possível. [...] Assim, o que eu proponho fazer é considerar como um *fenômeno* o que era antes visto como um *conceito*. (cursivas no original)

Nesta pesquisa consideramos que as representações sociais consistem num poderoso instrumento para dar cabo das grandes questões que conformam o

problema a ser investigado. Coincidimos com Moscovici (1979), quando considera que a característica específica das representações é precisamente a de que elas “corporificam ideias” em experiências coletivas e interações em comportamento.

Como Jodelet (1984) assevera as representações sociais são produzidas pelas interações e comunicações no interior dos grupos sociais, refletindo a situação dos indivíduos no que diz respeito aos assuntos que são objeto do seu cotidiano.

Não menos importante é a posição assumida por Moscovici (2010) ao explicitar que a finalidade de todas as representações é tornar **familiar** algo **não-familiar**. Segundo o autor,

[...] os universos consensuais são locais onde todos querem sentir-se em casa, a salvo de qualquer risco, atrito ou conflito. Tudo o que é dito ou feito ali apenas confirma as crenças e as interpretações adquiridas, corrobora, mais do que contradiz, a tradição. (MOSCOVICI, 2010, p.54)

Em se tratando do papel das representações sociais para entender posições, sentimentos e ações, que se manifestam em diferentes grupos há que pensar que as mesmas possuem duas funções distintas:

Por um lado elas podem convencionalizar os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontra. Dando-lhes assim, uma forma definitiva, as localiza em uma determinada categoria e gradualmente as coloca em um modelo pré-determinado. (MOSCOVICI, 2010, p.35)

Tudo que vier, por conseguinte, encaixa-se neste modelo e sintetiza-se nele, ou:

Elas podem ser prescritivas, impondo-se sobre nós com uma força irresistível. Essa força constitui a combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado. (MOSCOVICI, 2010, p.36)

Essa ideia afina-se com a questão de que a maioria das nossas opiniões e sentimentos está norteadas pela nossa carga social e estão ligadas as coisas e pessoas que conhecemos e interagimos. Do mesmo modo, “todas as interações humanas, surjam elas entre duas pessoas ou dois grupos, pressupõem representações” (MOSCOVICI, 2010, p.40). Na verdade é isto que as caracteriza. O importante, segundo o autor, é a natureza da mudança, através da qual as representações sociais se tornam capazes de influenciar o comportamento do indivíduo participante de uma coletividade. É dessa maneira que o próprio processo coletivo penetra como fator determinante dentro do pensamento individual.

Na perspectiva de Arendt (1958, p.7),

Viver entre as pessoas de modo humano pressupõe a capacidade de escapar do domínio da pura necessidade para um espaço que é

qualitativamente diferente – o espaço da ação e do discurso, onde as pessoas realizam sua capacidade para falar e agir. A condição *sine qua non* para a ação e o discurso é a pluralidade humana, o fato de que **homens**, e não o **homem** vivem na terra e habitam o mundo. (cursivas no original, grifos nossos)

Neste sentido, o fio que conduz as representações sociais no momento em que as mesmas expressam conhecimentos diversos, são estruturas **cognitivo-afetivas** e logo, não podem ser reduzidas apenas ao seu conteúdo **cognitivo**. A compreensão das mesmas só se dará através do contexto que as engendra e tendo como base sua funcionalidade nas interações sociais do cotidiano. Esta decisão implica na elucidação de dois aspectos que lhe são centrais: a teoria de conhecimento, que lhe é subjacente, e os determinantes de sua elaboração (JODELET, 1989). Esse é o aspecto destacado na Figura 2.

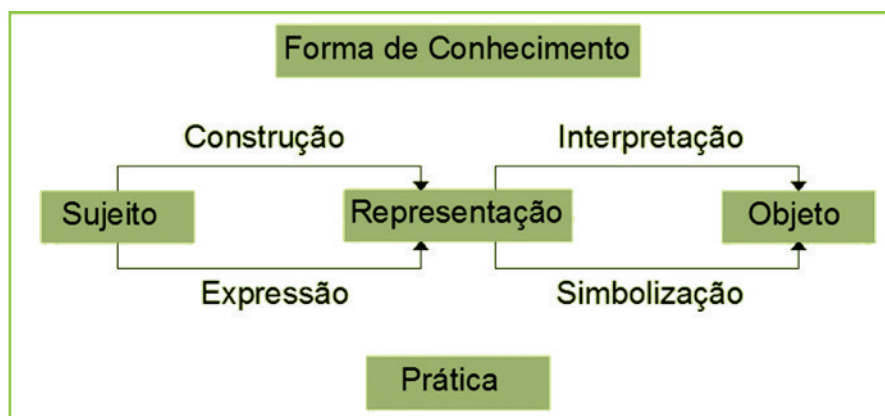


Figura 2: Esquema de campo de estudo das Representações Sociais.

Fonte: Adaptado de Jodelet (1989).

Assim, a representação social apresenta alguns elementos centrais que permanecem constantes e estruturam seu significado e outros elementos que são dispensáveis. O núcleo da representação social é uma estrutura “que dá significado à totalidade da representação, ou seja, aos inúmeros elementos periféricos que, por sua vez, são negociáveis” (FLAMENT, 1994, p.7, tradução livre).

Ainda, sobre o uso das representações sociais, convém lembrar que elas podem ser utilizadas de dois modos diferentes. Um deles avalia o sistema de conhecimento de indivíduos em grupos específicos representativos e o outro analisa os atributos das unidades sociais de *per se*²⁵. No primeiro caso, trata-se de analisar as características das representações sociais propriamente ditas entre os sujeitos.

²⁵ Vale destacar que utilizamos, nesta tese, os dois modos de captar as representações, uma vez que trabalhamos com grupos e indivíduos.

No segundo, a atenção está posta no processo coletivo e no produto social do discurso e da comunicação (HÁRRÉ, 1984).

Ao centrar-se nas características individuais atinentes às representações sociais, o pesquisador remete-se ao nível individual. Neste caso, é necessário uma amostra com vários indivíduos, pois o ponto de interesse é o conjunto de dados constantes em uma representação. Ao final, o resultado obtido, que na maioria das vezes é homogêneo, forma-se a partir dos dados comuns do conhecimento que é produzido pelas pessoas, tal como podemos observar na Figura 3 onde apresentamos o diagrama elaborado por WAGNER (1999). Atualmente, a maioria das pesquisas desenvolvidas considera esta perspectiva de entendimento das representações sociais.

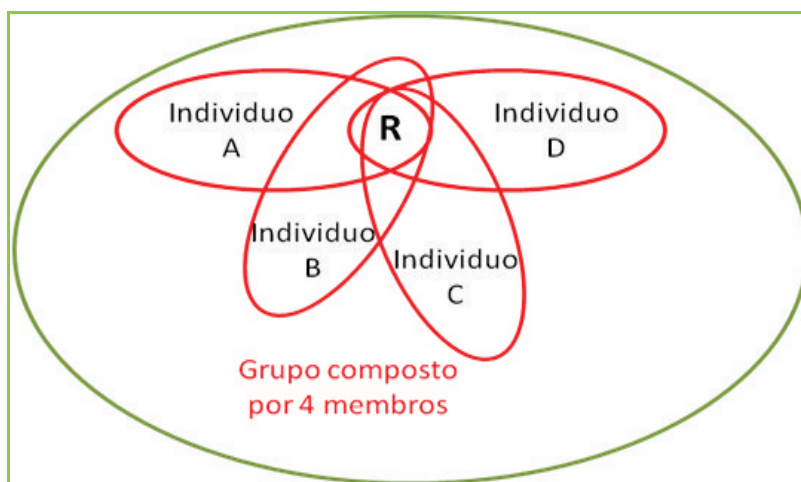


Figura 3: Os dados recorrentes do conhecimento das pessoas formam o núcleo central da representação.

Fonte: Wagner, 1999.

Entretanto, se a atenção estiver voltada para as características coletivas de uma representação social, serão analisadas as representações condizentes aos grupos através de documentos, análises de mídia ou sondagens²⁶. Este fato assegura que a visão coletiva da representação social, expressa pelo grupo, possua não apenas opiniões de subgrupos mais ou menos importantes, mas inclusive leve em consideração as diferentes versões, pontos de vista e profundidade de elaboração de um único objeto social em um grupo mais abrangente (WAGNER, 1999).

²⁶ Entendemos por sondagem, reuniões de grupo com observações realizadas junto ao mesmo.

Por fim, a representação global (Figura 4) emergente é a representação coletiva completa, com dados que não são recorrentes a todos os grupos, mas que são típicos ou relevantes para um ou outro grupo social. “Nem pode-se dizer que ela se reduz a um ‘resultado’ modal das representações individuais dos membros de um grupo, mas sim que ela representa uma macroestrutura própria” (WAGNER, 1999, p.167; destaques no original). Deste modo, a representação social que determinado grupo constrói sobre o que deve fazer para constituir sua rede de relações determina que se estabeleçam os mesmos objetos e procedimentos específicos para seus integrantes. Como destaca Sêga (2000, p.128; destaques no original) “descobre-se um primeiro processo de representação social: a elaboração, por uma coletividade, sob indução social, de uma tarefa que não leva em conta a ‘realidade’ do comportamento social, mas a organização do funcionamento cognitivo de grupo”.

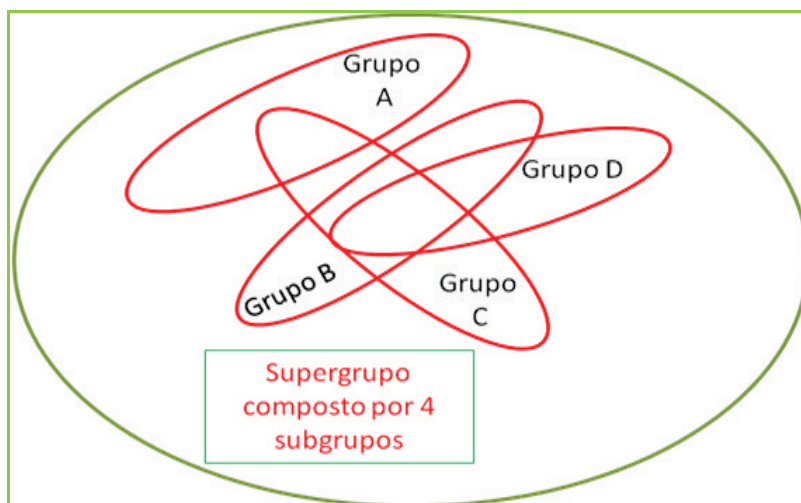


Figura 4: Os dados entrelaçados nas sub-representações dos subgrupos geram a representação global.

Fonte: Wagner, 1999.

De toda forma, pode-se dizer que as representações sociais constituem um modo de interpretar e pensar a realidade do dia a dia e oportunizam um maior conhecimento da atividade mental realizada pelas pessoas individual ou coletivamente, para enraizar seu posicionamento em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhes dizem respeito. Neste sentido, o aspecto social interfere de diversas maneiras: “pela comunicação que se estabelece entre eles, pela sua bagagem cultural, por códigos, símbolos, valores e ideologias ligados às posições e vinculações sociais específicas” (SÊGA, 2000, p.128). Assim, a representação social exprime um saber prático que dá vida às ações que nos são

normais, maquia as evidências da realidade consensual e auxilia a construção social da realidade.

3 Projeto de Pesquisa

Esta seção apresenta o projeto de pesquisa, no modelo sugerido pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas, seguindo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (NBR 15287/2011), cumprindo as exigências expostas na estrutura de artigos, conforme descrito no Anexo A, extraído do Manual para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos da UFPel, atualizado e aprovado pelo Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão em 2013.

O projeto consta de uma apresentação dos antecedentes e justificativas da proposta que deu origem a tese. Na sequência expõe os objetivos do projeto e a metodologia, que foi aperfeiçoada no decorrer do desenvolvimento do trabalho, sendo apresentada em seção 4. Além disso, traça um breve panorama do universo de estudo, aponta os resultados iniciais esperados com o desenvolvimento da pesquisa, expõe o cronograma de atividades desenvolvido e as formas de divulgação previstas.

Projeto de Pesquisa



A comida invisível: Representações sociais sobre a alimentação escolar ecológica entre a comunidade escolar e os agricultores familiares do extremo sul gaúcho

Shirley G. Nascimento Altemburg (doutoranda / PPGSPAF)

Orientadora Prof^ª Dra. Nádia Velleda Caldas (DCSA / FAEM)

Co-orientador: Prof. Dr. Antônio Jorge Amaral Bezerra (FAEM-UFPel)

Pelotas, 2012

1. Antecedentes e justificativa

Faz parte dos discursos em escala mundial a preocupação com uma educação de qualidade, que garanta aos seres humanos a emancipação como sujeito e por consequência reflita nas condições de vida das populações.

Na busca pela consolidação deste tipo de educação, muito se tem discutido sobre o papel da alimentação neste processo, visto que estudos como o de Bezerra (2009) que revelam que escolares bem alimentados aprendem com maior facilidade.

Tendo esta orientação como princípio, e visando garantir que os estudantes da rede pública de ensino básico de todo o país tivessem acesso a pelo menos 15 % de suas necessidades nutricionais diárias supridas durante o período de permanência nas escolas, foi lançado no ano de 1954 o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Atualmente, segundo a Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, o PNAE,

tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. (BRASIL, 2009b, p. 3)

Tendo como meta o direito à alimentação apropriada, que atenda aos princípios nutricionais de convívio social e de respeito às culturas alimentares, o PNAE²⁷ constitui uma das estratégias da atual política de segurança alimentar e nutricional do país para combater a fome, a desnutrição e problemas relacionados às mudanças no padrão de consumo alimentar da população nas últimas décadas.

Conforme o documento de Referência da II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2004), a preocupação com a questão da alimentação escolar²⁸ permite a melhoria das condições nutricionais e de saúde das crianças atendidas, bem como a formação de hábitos saudáveis, favorecendo as

²⁷ Respalhando a importância do PNAE como estratégia de educação alimentar vale lembrar que na Resolução 38 artigo 13 § 1º verifica-se que “são consideradas, entre outras, estratégias de educação alimentar e nutricional: a oferta da alimentação saudável na escola, a implantação e manutenção de hortas escolares pedagógicas, a inserção do tema alimentação saudável no currículo escolar, a realização de oficinas culinárias experimentais com os alunos, a formação da comunidade escolar, bem como o desenvolvimento de tecnologias sociais que a beneficiem”.

²⁸ Cabe mencionar que embora conheçamos as discussões em torno das diferenças entre alimentação escolar e merenda, sendo a primeira, algo com alto valor nutricional e necessária aos alunos e a segunda como algo desqualificado e sem valor nutricional, nesta pesquisa utilizaremos estes termos como sinônimos em razão dos alunos, os servidores escolares e os gestores municipais expressarem-se desta forma.

condições de aprendizagem e os processos de formação de habilidades e competências.

Este programa que possibilita uma alimentação saudável aos alunos das escolas, também se configura como um espaço para comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, constituindo-se em uma ferramenta de auxílio ao desenvolvimento e valorização desta categoria. Foi através da Lei 11.497 de 16 de junho de 2009 que essa política trouxe significativas modificações que repercutiram na busca pela visibilidade da produção agrícola familiar e refletiram na forma de como deve proceder a alimentação dos escolares. Dentre as mudanças há que destacar as contidas no artigo 2º que norteia as diretrizes sobre a alimentação escolar:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica. (BRASIL, 2009a, p. 1)

O Artigo 20 da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, estabelece que se deva comprar:

Os produtos da Agricultura Familiar e dos Empreendedores Familiares Rurais a serem fornecidos para Alimentação Escolar serão gêneros alimentícios, priorizando, sempre que possível, os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos. (BRASIL, 2009b, p. 10)

O grande avanço nessa lei refere-se ao fato de que pelo menos 30% do orçamento gasto com a alimentação escolar, nas escolas da rede pública brasileira, deve ser referente à aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar e, preferencialmente, da produção orgânica e/ou agroecológica.

Acreditamos que esta alteração é reflexo de uma nova perspectiva de desenvolvimento rural, pela qual vem passando nosso país, tendo em vista a atenção dada à agricultura em geral e mais especificamente à agricultura familiar.

Diante destas transformações a região sul manifesta-se positivamente ao possuir fortes laços com a produção agrícola familiar e mais precisamente com a produção agroecológica.

No entanto, cabe resgatar que as mudanças que estamos vivenciando são desdobramentos de um processo que iniciou com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995. Este programa representou um verdadeiro divisor de águas na história recente da agricultura

brasileira. Com ele ampliou-se a atuação do Estado no âmbito rural e minimizou-se, em maior ou menor medida, o “déficit de cidadania” que historicamente acomete este espaço e as coletividades que nele vivem²⁹ (VEIGA, 1997, 2001; SACCO DOS ANJOS, 2003).

Neste sentido, foi a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003 e as reformulações do PNAE em 2009, que representaram de fato uma mudança de perspectiva e entendimento do papel da categoria “agricultura familiar” na segurança alimentar e nutricional do país. Não apenas porque visam garantir uma alimentação saudável à população e aos escolares, em especial, atendendo as premissas da educação básica³⁰ mas, sobretudo, porque vê na produção agrícola familiar uma possibilidade de assegurar a soberania alimentar do país.

Outro fato que reforça este cenário é o histórico da região sul em relação à postura adotada por algumas organizações no que diz respeito ao compromisso que há muito assumiram em produzir de forma ambientalmente correta, mesmo antes de esta questão ser assumida e exigida pela legislação.

Como forma de melhor entender o processo exposto acima, convém detalhar que a alimentação escolar é parte integrante do que se convencionou chamar de “mercado institucional”, que inclui o fornecimento de alimentos às creches, hospitais, presídios, asilos, etc. Estes mecanismos encontram-se em pleno funcionamento na região sul desde 2003, através do PAA, em razão da articulação feita por um conjunto de organizações identificadas com a produção orgânica e/ou agroecológica. Esta realidade serve para romper com o mito de que a produção orgânica visaria atender somente as camadas de maior renda de nossa população, ou que aos mais pobres seja impedido o acesso a produtos de alto valor alimentar e nutricional, como é o caso da merenda agroecológica.

Deste modo, atendendo aos objetivos desta pesquisa é fundamental ressaltar outros aspectos relevantes como o fato de que pela primeira vez a agricultura familiar é mencionada como forma social a ser privilegiada, assim como outros

²⁹ É importante mencionar que embora as populações ribeirinhas, as comunidades remanescentes de quilombos, indígenas, pescadores artesanais e assentados da reforma agrária tenham sido referenciadas como público prioritário na criação do PRONAF, este mesmo grupo teve muitas dificuldades ou ainda não conseguem acessar este programa.

³⁰ Como consta na seção V Art. 13. “para fins do Programa Nacional de Alimentação Escolar, será considerada educação alimentar e nutricional o conjunto de ações formativas que objetivam estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis, que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo”.

grupos rurais que atuam no âmbito local. Neste sentido, no Inciso V, Art.2º da Lei 11.947/2009, consta:

o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e **preferencialmente pela agricultura familiar** e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos [...]. (BRASIL, 2009a, p. 1; grifos nossos)

Portanto, é de suma importância entender como políticas públicas como o PNAE, que por um lado garantem uma alimentação saudável aos alunos por outro representam uma oportunidade de valorização da produção agrícola familiar, chegam até estes jovens rurais. Uma das formas de apreender este processo é através das representações sociais que o referido grupo possui a cerca do alimento por ele produzido, bem como, compreender as representações sociais dos demais atores envolvidos neste processo (comunidade escolar e gestores municipais).

Entendemos que as representações sociais não são algo passivo, apreendido nos moldes de uma fotografia. Expressam-se a partir da compreensão ativa, uma vez que elas modelam o que é dado pelo exterior. Elas se reproduzem através do remanejamento de estruturas e produzem uma remodelação dos elementos anteriores (MOSCOVICI, 1978).

Trazendo esta discussão para a realidade estudada, a representação promoveria uma reconstrução no imaginário sobre os alimentos que compõem o processo de alimentação escolar no contexto dos valores e das noções (predisposições), das regras dos quais ela (representação) se torna solidária.

Em última análise, o propósito dessa pesquisa não é avaliar diretamente a maneira como o PNAE está sendo operacionalizado e sim buscar compreender qual o alcance que esta política pública possui dentro dos objetivos para qual ela foi elaborada. Ou seja, garantir a alimentação dos escolares e auxiliar na valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar.

Por fim, o presente projeto pretende conhecer uma dimensão ainda não explorada nos estudos sobre os impactos do PNAE, qual seja identificar, analisar e interpretar as representações sociais por parte da comunidade escolar (alunos e servidores) em relação aos alimentos fornecidos por agricultores familiares locais. Concretamente cabe indagar: estes atores estão cientes dos atributos intrínsecos aos alimentos produzidos agroecologicamente pela agricultura familiar e diariamente consumidos nas escolas públicas? Em que medida essa dinâmica é capaz de

romper com o estigma que repousa sobre a atividade exercida pelos agricultores como sendo um trabalho desqualificado e pouco relevante na sociedade?

Não obstante, vale lembrar que as transformações às quais nos referimos são fruto de lutas e movimentos que caracterizam a categoria agricultura familiar (SACCO DOS ANJOS et al., 2006; CALDAS et al., 2007). Por outro lado, há que se referenciar também a articulação de diversos movimentos sociais que militam em prol deste coletivo em nosso país e mais especificamente em nosso Estado (CALDAS, 2011). Por outra parte, esse aspecto remete para o papel transcendental relativo aos “processos de inovação” no âmbito da agricultura familiar aludidos em recentes trabalhos (RADOMSKY, 2009; ABRAMOVAY et al., 2010).

Todavia, é fundamental mencionar que convencionalmente pesam sobre a agricultura representações sociais extremamente negativas do ponto de vista da natureza desta atividade, como referem alguns estudos ao observarem que no Brasil, e América do Sul em geral, esse tipo de ofício é visto como próprio de pessoas para quem *“la cabeza no le da para más”* (ABRAMOVAY, 1999; CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999). O contato com a realidade concreta não tem feito outra coisa senão evidenciar esse aspecto. No limite, é possível vislumbrar um cenário que salta aos olhos e que reside numa antinomia entre estudo/escolaridade de um lado e agricultura/ofício de agricultor de outro. Não seria um exagero afirmar que estudo e agricultura são noções que se excluem mutuamente no imaginário dominante nas sociedades latino-americanas. Esse tipo de representação social se impõe de forma marcante nas mais diversas dimensões em que operam as relações sociais, tanto no âmbito das comunidades rurais quanto fora delas. No limite, condiciona as escolhas dos jovens rurais, cada vez menos propensos ao exercício desta profissão mas, sobretudo, os investimentos em educação nos espaços rurais, a melhoria das infraestruturas entre outros aspectos, já de por si bem conhecidos.

Por outro lado, na região sul do rio Grande do Sul há um acúmulo de experiências bastante interessantes no que tange ao universo de produtores que atuam, há oito (08) anos, junto aos mercados institucionais como fornecedores de produtos agroecológicos. São agricultores familiares integrados a organizações que passaram por um processo de capacitação, não somente para desenvolver uma agricultura agroecológica, mas também para incorporar boas práticas de higiene que garantissem a qualidade do alimento que chega às escolas para a elaboração da merenda.

Há razões suficientes para comprovar o êxito deste tipo de programa governamental no âmbito político e institucional com uma franca expansão no número de famílias beneficiadas, tanto na condição de fornecedores quanto de consumidores destes alimentos. Todavia, vale a pena indagar: a comunidade escolar está consciente da procedência e qualidade dos produtos entregues pelas famílias rurais para a elaboração da merenda? Que sabem pais e professores sobre a atividade exercida por produtores que se apresentam como agricultores ecologistas? O fato de saber que seus filhos consomem um alimento diferenciado é capaz de modificar as representações negativas em relação à agricultura como uma atividade desprovida de significado ou que se restringe ao fornecimento de matéria prima para a transformação em produtos de maior valor agregado? Todas estas perguntas nos remetem às representações sociais e marcos narrativos da alimentação. As representações sociais conformam sistemas de valores, noções e práticas que proporcionam aos indivíduos um meio para orientarem-se no contexto social e material que se originam na vida diária e no curso das comunicações interpessoais.

Representações sociais demonstram formas de conhecimento que surgem por força de nossas experiências, mas também das informações, conhecimentos e modelos de pensamento que recebemos e transmitimos através da tradição, da educação e da comunicação social (MOSCOVICI, 1979 e 2010; JODELET, 1984). Por outro lado, esta faceta do mundo da alimentação mostra-se claramente estruturada por representações que se buscará desvelar nesta pesquisa.

Parte-se da premissa de que a resposta a essas questões pode oferecer subsídios para avançar numa política consistente de qualificação dos processos que cercam a geração de produtos de qualidade diferenciada em nosso país, especialmente com relação aos impactos que poderão advir para os atores implicados na produção e consumo destes produtos. Não menos importantes são os desdobramentos do ponto de vista da segurança alimentar, do resgate da autoestima das famílias rurais que produzem estes alimentos e no reconhecimento do trabalho exercido pelos mesmos junto à comunidade escolar.

Em última análise, a escolha do objeto de estudo justifica-se pela atualidade e transversalidade do tema. Além das informações levantadas possibilitarem importantes subsídios para compreender as dinâmicas que estão por trás da efetivação do PNAE em nosso país e mais especificamente, região sul do rio Grande

do Sul , na perspectiva dos alunos, dos agricultores familiares, dos servidores escolares e dos gestores municipais.

2. Problema de Pesquisa

Em decorrência das diversas transformações porque vêm passando o cenário agrícola no Brasil, formas diferenciadas de produção tem ganhado espaço. Neste sentido, os olhares recaem sobre o papel da agricultura familiar agroecológica neste processo e esta atividade, há muito esquecida e deixada de lado, começa a ter respaldo inclusive nas políticas públicas. Com estas mudanças, não é dada importância apenas à atividade que estes agricultores desenvolvem, mas também a qualidade e maneira com que produzem.

Nesta perspectiva, é possível citar diversas políticas públicas voltadas aos agricultores familiares, como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dentre outras.

As perguntas que permanecem são: por que estas políticas nem sempre dão certo? Por que muitas vezes os agricultores familiares, maiores interessados, são as únicas pessoas que não as conseguem acessar? Com foco nestas indagações, que surge nosso problema de pesquisa, tendo como pano de fundo o PNAE, uma importante política voltada à segurança alimentar e nutricional em nosso país, além de ser mais uma ferramenta de auxílio ao desenvolvimento da agricultura familiar, seja ela ecológica ou não³¹.

No rol destas discussões algumas questões são levantadas, de forma a buscarem clarear o alcance e dimensão que a referida política esta tomando em nosso país.

Concretamente cabe indagar: as pessoas estão cientes dos atributos intrínsecos³² aos alimentos produzidos pela agricultura familiar e diariamente consumidos pelas crianças que frequentam estas escolas públicas? Em que medida essa dinâmica é capaz de romper com o estigma que repousa sobre a atividade exercida pelos agricultores como sendo um trabalho desqualificado e pouco

³¹ Embora nosso trabalho esteja voltado para a agricultura familiar de base agroecológica, não desconhecemos que os agricultores familiares convencionais também podem acessar o referido programa sendo inclusive seu principal fornecedor.

³² Neste sentido, nos referimos ao fato de que agricultores familiares agroecológicos, produzem sob os princípios agroecológicos respeitando o tempo da natureza e seus próprios limites (LOVATTO, 2007; ALTEMBURG, 2011).

relevante? Existe diferenciação entre produtos agroecológicos e produtos convencionais, nas representações sociais, por parte dos atores envolvidos diretamente na cadeia alimentar que cerca este programa?

3. Hipóteses

As temáticas abordadas nesta pesquisa estão em pauta em diversos âmbitos sociais, mas pouco se sabe sobre as representações e impressões que os grupos norteadores³³ desse processo (alimentação escolar) possuem. Neste sentido, nos orientamos a partir das seguintes hipóteses:

- a) As modificações introduzidas, recentemente, no Programa Nacional de Alimentação Escolar e o fortalecimento dos mercados institucionais devem ser vistos como um processo mais amplo de afirmação do espaço da agricultura familiar, assim como de um conjunto de desdobramentos bastante importantes na dinâmica que acompanha o funcionamento deste tipo de política pública no âmbito das localidades em que elas operam. Mas há igualmente diversos problemas que afetam a dinâmica do PNAE nos municípios de Canguçu, Cerrito, São Lourenço do Sul e que apontam para um considerável distanciamento entre o que indica a lei em termos dos seus objetivos e a realidade concreta.
- b) A alimentação escolar está inserida num contexto mais amplo, ligado às questões pedagógicas, aos hábitos alimentares e aos valores simbólicos das coletividades em que opera. Parte-se do entendimento de que as contradições existentes entre a criação da lei e a realidade concreta se traduzem na forma como se apresentam as representações sociais dos indivíduos que formam a comunidade escolar e de outros atores ligados à dinâmica do PNAE nas aludidas localidades investigadas.
- c) A perspectiva de aproximar os agricultores que fornecem produtos para a merenda escolar e os alunos que os consomem é desprovida de importância, e tão pouco serve para modificar as representações sociais construídas através do tempo em relação ao que é uma alimentação saudável, a importância da atividade exercida pelo agricultor vista, invariavelmente, como trabalho desqualificado e, de como foram produzidos os alimentos que chegam à escola.

³³ Ao usar o termo grupos norteadores estamos nos referindo aos gestores escolares, aos gestores municipais, os alunos e os agricultores familiares.

- d)** São ainda incipientes os resultados do PNAE do ponto de vista de indicar o resgate à autoestima dos produtores que atuam como fornecedores da merenda, especialmente no que afeta a modificação das percepções negativas que possuem em relação a si mesmos com respeito ao papel que exercem no funcionamento do programa.
- e)** Ainda que reconheçam a importância de bons hábitos alimentares em termos do que é saudável e do que não é saudável, grande parte dos alunos das escolas que iremos investigar, não incorporam, objetivamente, tais práticas de consumo face as representações sociais construídas em torno à merenda servida na própria escola, bem como, em função do fato de que o ambiente escolar não se mostra preparado para desenvolver seu papel neste processo.

4. Objetivos

O presente projeto refere-se à pesquisa sobre representações em torno da alimentação escolar. Assim, nos propomos a analisar as representações sociais de alunos vinculados à escolas municipais rurais e urbanas de três municípios da região sul do rio Grande do Sul (Canguçu, Cerrito e São Lourenço do Sul) e dos diferentes atores sociais, com relação aos produtos agroecológicos produzidos localmente por agricultores familiares, que são utilizados na elaboração da alimentação escolar. Nesta perspectiva, estabelecemos como objetivos específicos:

- a)** Estudar a dinâmica que acompanha o funcionamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos três municípios;
- b)** Analisar as representações sociais construídas pelos diferentes atores envolvidos no processo que abrange o fornecimento da merenda escolar do ponto de vista da natureza da atividade desenvolvida, do tipo de alimento produzido/consumido pela comunidade escolar;
- c)** Estudar as representações sociais dos agricultores em relação aos consumidores (alunos) de seus produtos;
- d)** Verificar como a comunidade escolar discute com os alunos as questões referentes à importância de uma alimentação saudável e a importância das mudanças ocorridas na alimentação escolar para a agricultura familiar;
- e)** Analisar qual a noção de alimento saudável que os atores envolvidos no processo da alimentação escolar possuem.

5. Metodologia

O problema e os objetivos desta pesquisa demandam uma metodologia plural com ênfase na análise de representações sociais (opiniões, atitudes, valores) de quatro grandes grupos de atores sociais, quais sejam, servidores escolares, alunos, gestores municipais e agricultores familiares, sobre a questão do alimento, das boas práticas de alimentação, do que é um produto ecologicamente produzido, do valor do trabalho do agricultor, e mais especialmente, da agricultura agroecológica.

Assim, a presente proposta ancora-se na pesquisa qualitativa, por ser um tipo de pesquisa que considera o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1996).

Também nos interessa conhecer a perspectiva dos agricultores sobre si mesmos, bem como suas narrativas em relação à comunidade escolar. Essa aproximação será feita a partir dos discursos obtidos mediante entrevistas em profundidade e grupos de discussão, com uma análise centrada nas práticas alimentares de sujeitos escolhidos através de amostragem ou de outro critério que pareça mais adequado a partir do contato com a realidade.

As entrevistas em profundidade terão como base um roteiro com questões abertas e fechadas que ao mesmo tempo em que possibilitará a coleta de dados objetivos em relação ao público alvo da pesquisa também servirá para coletar informações subjetivas que poderão estar expressas na fala dos entrevistados. Com relação a este aspecto Cruz Neto (1996), afirma que através da entrevista, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Para ele, não significa uma conversa despretensiosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa, que vivenciaram uma determinada realidade que esta sendo focalizada. A forma de realização pode ser de natureza individual e/ou coletiva.

Nesta pesquisa consideramos que as representações consistem num poderoso instrumento para dar cabo das questões que conformam o problema a ser investigado. Coincidimos com Moscovici (1979), quando este considera que a característica específica das representações é precisamente a de que elas corporificam as ideias em experiências coletivas e interações em comportamento.

Esse é justamente o foco deste estudo que se propõe a desvelar valores acerca do que é uma comida saudável, do valor dos alimentos, de escolhas e posições acerca do trabalho exercido por agricultores fornecedores de produtos que se convertem na merenda consumida nas escolas.

Outros autores como Jodelet (1984), são enfáticos ao afirmar que as representações sociais são produzidas pelas interações e comunicações no interior dos grupos sociais, refletindo a situação dos indivíduos no que diz respeito aos assuntos que são objeto do seu cotidiano, como é precisamente a questão dos alimentos consumidos não somente em seus domicílios, como no âmbito das cantinas escolares que seus filhos frequentam. Não menos importante é a posição assumida por Moscovici (2010), ao declarar que a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não-familiar, a exemplo desta noção que queremos abordar relativa ao que se convencionou chamar como produto da agricultura orgânica ou ecológica, sobre o qual recai atualmente uma certa ênfase impulsionada pela discussão em torno da sustentabilidade ambiental, da importância de conservação do meio ambiente, da segurança do alimento, entre outras noções que circulam nos espaços sociais.

Nesse sentido, fazemos nossas as palavras de Moscovici (2010, p.54) quando ele adverte

[...] que os universos consensuais são locais onde todos querem sentir-se em casa, a salvo de qualquer risco, atrito ou conflito. Tudo o que é dito ou feito ali apenas confirma as crenças e as interpretações adquiridas, corrobora, mais do que contradiz, a tradição.

Ora, que ideia-força evoca maior peso à tradição do que hábitos alimentares, valorações em torno à inocuidade do que se consome? Todavia, vivemos um momento em que são evidentes os riscos à saúde provocados por um padrão de agricultura hegemônico, que não somente degrada os recursos naturais mas é, inclusive, responsável por inúmeros escândalos de contaminação dos alimentos. Essa questão é percebida de múltiplas formas na sociedade contemporânea segundo a condição social dos indivíduos, seu grau de entendimento e capacidade de análise. Todavia, certamente não passa despercebida pela comunidade escolar quando o assunto hodiernamente é enfocado. Nossa pretensão, ao fim e ao cabo, é incidir nesse debate.

5.1 Pesquisa de campo

Para dar conta do trabalho que estamos nos propondo a pesquisa será realizada em três etapas distintas. A primeira contemplará o aprofundamento da literatura pertinente ao tema, pois através do aprofundamento da revisão de literatura será possível mapear as discussões sobre a temática no Brasil e no mundo, compreender de forma clara o processo histórico de construção das representações sociais sobre os alimentos e sua relação com a agricultura familiar. Essa etapa resultará na elaboração de um quadro conjuntural mais amplo e o refinamento da base teórica da pesquisa, necessários à análise contextualizada dos dados coletados.

A segunda etapa será constituída pelo trabalho de campo propriamente dito, que consistirá na realização de entrevistas em profundidade com gestores, agricultores e servidores das escolas, observação participante, e dinâmicas de grupo focal com realização de diversas atividades com os alunos que vierem a participar do projeto. A observação se dará a partir do convívio da pesquisadora com os atores sociais envolvidos na pesquisa. Nesta perspectiva, serão realizadas visitas nas escolas inseridas na pesquisa em turnos pré-estabelecidos e acompanhamento dos alunos em sua rotina acadêmica e durante o período de alimentação escolar. Durante esta etapa será feito o registro das imagens que servirão para dar corpo às análises posteriores.

Com relação às dinâmicas de grupo será elaborado, junto à direção da escola e professores, um cronograma para suas realizações a partir da disponibilidade do calendário escolar.

A terceira e última etapa refere-se a análise dos dados. Nesta fase, utilizar-se-á a técnica de análise de conteúdo presente nas entrevistas e sistematização das dinâmicas de grupo. É mister lembrar que, além desta metodologia, os dados passarão ainda pelo *software* “QRS NVIVO 10” que auxiliará no tratamento e organização dos dados. Seu uso é corrente na área de ciências humanas e sociais, incluindo fundamentalmente trabalhos de cunho essencialmente qualitativo como o que estamos nos propondo a realizar.

6. Universo de Estudo

Com relação à área de estudo e público alvo, nosso recorte de realidade contempla os municípios de Canguçu, Cerrito e São Lourenço do Sul, localizados na região sul do Rio Grande do Sul (Figura 1).

Antes de justificar nossa escolha por estes municípios, parece-nos importante explicar como chegamos até ela. Para conhecermos melhor as nuances do PNAE na região, organizamos uma agenda de participação em eventos que contemplavam o tema. Assim, na conferência realizada na Embrapa Clima Temperado, pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE/UFRGS) em maio de 2011, foi possível ter-se um panorama de como estava sendo construído o processo de acesso ao programa em nossa região. Este momento foi fundamental para decidirmos o recorte com que iríamos trabalhar.



Figura 1 - Mapa ilustrativo do Rio Grande do Sul (Brasil), destacando a localização dos municípios de Canguçu, Cerrito e São Lourenço do Sul.

Fonte: Elaboração da autora.

Estes três municípios possuem trajetórias diferentes no que tange ao acesso ao PNAE. Este fato se deve a organização em relação a aquisição de alimentos para atender as escolas, tamanho dos municípios, dentre outras questões que provavelmente serão desvendadas no decorrer do trabalho.

Em Canguçu, tomamos ciência de certas dificuldades que impedem o atendimento às exigências do PNAE, adquirindo atualmente apenas os 30%

exigidos por lei no âmbito local. Ainda no que pese aos problemas de acesso, existe um movimento de busca por cooperativas locais, em função de inicialmente este município ter comprado de cooperativas distantes.

O município de Cerrito tem adquirido em média 93% dos alimentos destinados à merenda escolar da agricultura familiar, porém não tem como prioridade que seja da agricultura familiar de base ecológica, embora exista uma movimentação por parte dos gestores municipais para que isto aconteça. Outro ponto interessante neste município é que o mesmo iniciou a compra de alimentos da agricultura familiar antes mesmo da obrigatoriedade imposta pela legislação, e este feito se deu através de iniciativas do órgão público municipal em conjunto com EMATER e os agricultores.

Convém informar que o município de São Lourenço do Sul, desde o ano de 2001, está inserido no propósito de acesso a políticas que contemplam as perspectivas do PNAE. Adquire boa parte dos alimentos que irão compor a alimentação escolar do município da agricultura familiar de base ecológica e possui ainda uma metodologia diferenciada na tratativa de compra diretamente dos agricultores familiares inseridos no processo.

De todo modo, fica explícito que não há um grande entendimento entre a agricultura familiar local e os gestores na hora da compra de alimentos, e tão pouco se tem priorizado a compra dos gêneros produzidos agroecologicamente.

Entrementes, acredita-se que será de suma relevância investigar três municípios com parâmetros distintos na compra de alimentos para compor a merenda escolar, de modo que este fato reflete diretamente na concepção de trabalho que esta sendo desenvolvida pelos gestores dos municípios nas escolas.

6.1 Atores envolvidos na pesquisa

Os atores sociais envolvidos neste estudo são alunos de escolas rurais e urbanas, gestores escolares, gestores municipais e os agricultores familiares que fornecem alimentos ao PNAE dos três municípios supracitados.

Como este estudo possui viés sociológico e tem como teoria as representações sociais, optamos por trabalhar apenas com alunos do ensino fundamental que estejam no último ano escolar, isto porque para dar cabo de nossos objetivos é necessário que haja uma compreensão por parte dos participantes.

Outro ponto que incentivou nossa decisão foi o fato de existir uma necessidade de discutir o tema da segurança alimentar entre estes jovens. Isto por que, a descrição sobre as práticas alimentares adotadas pelas crianças e adolescentes tem sido a base de gorduras, açúcares e sódio, e escassa participação de frutas e hortaliças³⁴, não correspondendo, portanto, à proposta vigente para a alimentação escolar em nosso país.

Assim, é de suma importância compreender como são avaliadas estas questões por parte da escola (gestores e servidores escolares) e verificar como se processam as intervenções nutricionais realizada com estes adolescentes. Como alerta Toral et al. (2009), a centralidade do debate deve abranger o conhecimento do comportamento alimentar do indivíduo e de seu grupo social enfatizando a construção coletiva das estratégias adotadas.

Foram selecionadas duas escolas em cada cidade uma localizada na zona rural e outra no perímetro urbano. O principal critério adotado na escolha foi o fornecimento de alimentação escolar cujos produtos utilizados fossem parcial ou totalmente oriundos de agricultores familiares agroecologistas do município e/ou da região. De posse desta informação elencamos outras questões importantes para nortear nossa escolha. Dentre elas, o fato das escolas possuírem bar, e o grau de aceitabilidade da merenda pelas crianças. Nas Tabelas 1, 2 e 3 apresentamos as escolas selecionadas em cada município onde o projeto irá desenvolver-se, assim como, o total de alunos dispostos a participar dos encontros.

Dentro de cada escola vamos analisar, através da realização de grupos focais, as representações sociais dos alunos que estiverem dispostos a participar do projeto. Com os servidores escolares e gestores municipais realizaremos entrevistas em profundidade, conforme mencionado anteriormente.

Tabela 1: Dados escolas de Canguçu.

Escolas	Localização	Total de alunos	Total de professores	Nº de merendeiras	Alunos no projeto
Castelo Branco	Rural	210	17	02	12
Irmã Firmina Simon	Urbana	386	42	02	10

Fonte: Elaboração da autora.

³⁴ À propósito ver Carmo et al. (2006).

Tabela 2: Dados escolas de Cerrito.

Escolas	Localização	Total de alunos	Total de professores	Nº de merendeiras	Alunos no projeto
Ulisses Guastucci	Rural	66	11	02	06
Dr. Jaques	Urbana	153	18	01	10

Fonte: Elaboração da autora.

Tabela 3: Dados escolas de São Lourenço do Sul.

Escolas	Localização	Total de alunos	Total de professores	Nº de merendeiras	Alunos no projeto
Germano Hübner	Rural	227	28	02	10
Marina Vargas	Urbana	478	44	02	15

Fonte: Elaboração da autora.

Nosso público conta ainda com os agricultores familiares que fornecem alimentos ao PNAE. Para a escolha destes atores foi feito um levantamento de quais cooperativas ou produtores estão aptos e fornecendo alimentos às prefeituras. Assim, pode-se ter ideia de quantos agricultores em cada município estão envolvidos no processo.

Na Tabela 4 apresentamos alguns indicadores socioeconômicos dos municípios estudados, bem como, o número de agricultores familiares que estão vinculados ao PNAE.

No que pese ao perímetro, Canguçu é o maior dos três e é também o com o maior número de habitantes residentes no meio rural. Entretanto, o município apresenta um reduzido número de agricultores envolvidos no PNAE. Deve-se destacar ainda que possui o menor 0,743 de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e o segundo maior PIB (Produto Interno Bruto) do grupo estudado, tendo também o segundo maior índice de analfabetismo.

Por outro lado São Lourenço do Sul possui o maior IDH, 0,777, o menor índice de analfabetismo, e o maior PIB do grupo, sendo também um dos mais organizados para a entrega ao PNAE dos três municípios, possuindo cooperativas estruturadas para tal.

Tabela 4: Compilação de dados municípios de Canguçu / Cerrito / São Lourenço do Sul

Índices Socioeconômicos	Canguçu	Cerrito	São Lourenço do Sul
IDH (2000) ^a	0,743	0,741	0,777
Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010) ^b	9,17%	12,08%	5,03%
PIB (2009) ^b	R\$ 545.155	R\$ 51.965	R\$ 528.960
PIB per capita (2009) ^b	R\$9.724	R\$7.679	R\$12.191
População Urbana ^c	19.696	3.747	24.234
População Rural ^c	33.572	2.657	18.880
Total População	53.268	6.404	43.114
Nº de agricultores vinculados ao PNAE	65	30	80

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados de:

Notas ^a Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

^b FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

^c IBGE/CENSO 2010

O município de Cerrito menor e mais jovem que os outros dois focos de estudo têm caminhado para assegurar melhorias à população. Tem o segundo melhor IDH dos três municípios e o maior índice de analfabetismo. No que tange ao acesso dos agricultores familiares ao PNAE possui um número expressivo que participam do programa, resultante da perspectiva política local que vê o desenvolvimento do município atrelado ao sucesso da comercialização local.

Os dados referentes ao número de agricultores familiares envolvidos no PNAE em Canguçu, Cerrito e São Lourenço do Sul foram coletados junto ao escritório da Emater municipal e nas cooperativas que atuam em cada um destes municípios. Nossa intenção é entrevistar trinta agricultores familiares vinculados às cooperativas.

7. Resultados e Impactos esperados

Pretende-se contribuir na geração de uma base de dados e informações que permita aprofundar a reflexão em torno aos desafios do Programa Nacional de Alimentação Escolar;

Buscar-se a criação de meios que possibilitem analisar em que medida a Lei nº 11.947, que institui a obrigatoriedade de que pelo menos 30% do orçamento da merenda escolar seja investido na compra direta de produtos da agricultura familiar,

esteja efetivamente gerando as externalidades positivas esperadas do ponto de vista do reconhecimento de sua importância para a economia local ou regional;

Almeja-se disponibilizar informações atualizadas que permitam avaliar os desdobramentos relativos à aplicação do Art. 20 da Resolução/CD/FNDE nº 38 que estabelece a prioridade do consumo de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos na alimentação escolar;

Pretende-se construir uma base teórico-conceitual que permita analisar a questão das representações sociais como instrumento de avaliação da política nacional de alimentação escolar a partir da óptica do público beneficiário. Do mesmo modo, buscar-se-á reunir elementos capazes de auxiliar na avaliação das políticas públicas de caráter inovador, tal como são os mercados institucionais e o programa de consumo social de alimentos;

Fomentar a geração de um espaço de interlocução entre as escolas e os agricultores agroecologistas que sirva não somente para conhecimento das posições, expectativas e valores que permeiam esta relação, mas sobretudo, para que os alunos saibam reconhecer o papel exercido por estes agricultores;

Não obstante, poderá se desenvolver um programa de ações educativas dirigido à comunidade escolar em conformidade com o disposto no Inciso 2 do Art.2 da Lei 11.947 que prevê “a inclusão de educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem”;

E por fim espera-se realizar um seminário, em cada município, em lugar a ser definido, com as escolas e organizações da agricultura familiar sobre a importância da alimentação saudável e da produção agroecológica.

8. Cronograma de atividades

Atividades	2011			2012			2013			2014
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º
Realização dos créditos										
Revisão de Literatura										
Levantamento de dados secundários										
Pesquisa Exploratória										
Pesquisa de campo										
Qualificação da tese										
Elaboração de artigos científicos e trabalhos para congressos										
Análise e interpretação dos dados										
Redação da tese										
Defesa da tese										

9. Divulgação prevista

Tipo de divulgação	Quantidade
Periódico (revista indexada)	05
Apresentação de trabalho em congresso de abrangência nacional e internacional	06
Publicação de artigo em anais de congressos	09
Realização de seminários nos três municípios	03

10. Referências

ABRAMOVAY, R.; BALDISSERA, I. T.; CORTINA, N.; FERRARI, D.; SILVESTRO, M.; TESTA, V. M. - **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios** - Chapecó, Brasília - Convênio FAO-INCRA/CPPP-EPAGRI – Edições UNESCO, 1998.

ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R. **Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações brasileiras de agricultores familiares**. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 12, nº 24, 2010, p. 268-306.

ALTEMBURG, S. G. N. **A Percepção Ambiental dos Agricultores vinculados a uma Rede de Referência em agricultura familiar: Uma análise sobre as práticas Agroecológicas e a Qualidade de Vida**. 128f, 2011. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar), Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

BRASIL, Presidência da República. **Lei Nº 11.947**, de 16 de junho de 2009, O atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>. Acesso em Junho 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução/CD/FNDE Nº 38**, de 16 de julho de 2009, Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/areas/gapp/arquivos/res_alimentacao_escolar.pdf>. Acesso em Junho 2011.

BEZERRA, J. A. B. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.

CALDAS, N. V. **Estudo comparativo entre sistemas de certificação de produtos orgânicos nos contextos da agricultura familiar brasileira e espanhola**. 2011. 208f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas.

CALDAS, N. V.; ANJOS, F.S.; BECKER, C.; FERREIRA, A. G. Desafios e possibilidades: certificação social e solidária no contexto da agricultura familiar. In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira Economia e Sociologia Rural. Londrina: UFPR-SOBER, 2007. **Anais...**Londrina, 2007.

CARMO, M.B, TORAL, N, SILVA, M.V, SLATER, B. Consumo de doces, refrigerantes e bebidas com adição de açúcar entre adolescentes da rede pública de ensino de Piracicaba, São Paulo. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, nº 9, p.121-30, 2006.

CAMARANO, A. A. e ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 23p., Texto para discussão, n.621.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR. **Documento de Referência da II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional: “Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional”**, Brasília, 2004.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. (Org.). **Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes. cap. 3, 1996. p.51-65.

JODELET, D. La representación social: fenómenos, conceptos y teoría. In: Moscovici, S. **Psicología social II**. Pensamiento y vida social. Psicología social y problemas sociales. Barcelona-Buenos Aires-México: Paidós, 1984.

LOVATTO, P. B. **A percepção de agricultores familiares acerca da preservação e utilização de recursos naturais em propriedades rurais do município de Santa Cruz do Sul, RS, Brasil**. 262f, 2007. Dissertação (Mestrado em

Desenvolvimento Regional) Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2007.

LOZANO-CABEDO, C. La contribución de la producción ecológica a la cohesión territorial. **Agricultura Familiar en España**, p. 134-140, 2010.

MCGUIRE, A. M. **Quality of life in women with epilepsy**. In: M.R.Trimble (Edt.). Women and epilepsy. Chichester: John Wiley e Sons. 1991

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 7-29.

MOSCOVICI, S. **El psicoanálisis, su imagen y su público**. Buenos Aires: Editorial Huemul, 1979.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais. Investigações em psicologia social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

PLOEG, J. D. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre. UFRGS, 2008.

RADOMSKY, G. F. W. Práticas de certificação participativa na agricultura ecológica: rede, selos e processos de inovação. **Revista IDEAS**, v. 3, n. 1, jan./jun, 2009. p. 133-164.

SACCO DOS ANJOS, F.; VELLEDA CALDAS, N.; FROEHLICH, J. M. As indicações geográficas como instrumento do desenvolvimento territorial. **Revista Agropecuária Catarinense**, v.22, n.1, 2009, p.16-19.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V.; TRENTIN, I. C. L. Desafios e possibilidades: Certificação social e solidária no contexto da agricultura familiar. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 8, p. 334-343, 2006.

VEIGA, J. E. **Uma Estratégia de Desenvolvimento Rural para o Brasil**. Relatório Final do Projeto de Pesquisa e Formação Sindical CUT/CONTAG. São Paulo, 1997.

VEIGA, J. E. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: MDA/CNDRS/NEAD, 2001.

WANDERLEY, M. N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 21-55.

4 Itinerário Metodológico

4.1 O método e o enfoque qualitativo da pesquisa

Nessa pesquisa elegemos o método fenomenológico por entender que esse tipo de abordagem privilegia o modo através do qual os sujeitos compreendem o mundo exterior, as suas percepções com relação ao meio onde estão inseridos e a utilização dos recursos materiais e simbólicos em sua esfera de atuação. Este tipo de procedimento propõe o entendimento do viver dos sujeitos e não de definições ou conceitos. Sugere, portanto, uma compreensão voltada para os significados do percebido, ou seja, para expressões claras sobre percepções que os sujeitos investigados têm daquilo que está sendo pesquisado, as quais são expressas pelo próprio sujeito que as percebe (GIL, 1999).

A fenomenologia possui como precursor Franz Brentano, entretanto, foi Edmund Husserl (1859-1938) quem formulou as principais linhas desta abordagem e que abriu espaço para que diversos pensadores contemporâneos como M. Heidegger, K. Jaspers, J. P. Sartre, M. Merleau-Ponty, dentre outros, seguissem ampliando o conhecimento e entendendo o alcance desta escola.

A fenomenologia, como o próprio nome diz (do grego *phainesthai*, aquilo que se apresenta ou que se mostra, e *logos*, explicação, estudo) reafirma a importância dos fenômenos da consciência, os quais devem ser estudados em si mesmos – tudo o que podemos saber do mundo resume-se a esses fenômenos, a esses objetos ideais que existem na mente, cada um designado por uma palavra que representa a sua essência, sua significação (COBRA, 2005). Os objetos da fenomenologia são dados absolutos apreendidos em intuição pura, com o propósito de descobrir

estruturas essenciais dos atos (noesis) e as entidades objetivas que correspondem a elas (noema) (ALTEMBURG, 2011).

O método fenomenológico caracteriza-se pela ênfase ao "mundo da vida cotidiana" – um retorno à totalidade do mundo vivido (BOSS, 1979, p.3-4). Como não se apegam tão somente as coisas factualmente observáveis, mas visa "penetrar seu significado e contexto com um refinamento e previsão sempre maiores", utiliza-se de procedimentos que levam a uma compreensão do fenômeno por meio de relatos descritivos da vida social. Nesta perspectiva, são, particularmente, utilizados pelos pesquisadores quando voltados para fundamentos filosóficos de algum fenômeno (MARTINS E BICUDO, 1989).

Neste sentido, Coltro (2000) afirma que a compreensão do mundo social nos remete a intersubjetividade e, para a fenomenologia, as ciências sociais devem conhecer o mundo social tal como ele é vivido na atitude natural, precisando para isto adotar o ponto de vista compreensivo, o único capaz de apreender as coisas sociais enquanto significativas, e significativas graças a ação dos atores da cena social nas suas funções específicas (ALTEMBURG, 2011).

Nesta perspectiva, a pesquisa fenomenológica está dirigida para os significados, para as expressões claras sobre as percepções que o sujeito tem daquilo que está sendo pesquisado, as quais são expressas pelo próprio sujeito que as percebe (MARTINS e BICUDO, 1989). Assim, o pesquisador não está interessado apenas nos dados coletados, mas, principalmente, nos significados atribuídos pelos sujeitos entrevistados/observados.

Portanto, o problema e os objetivos subjacentes a esta investigação demandaram uma metodologia plural³⁵ com ênfase na análise de representações sociais (opiniões, atitudes, valores e crenças) dos alunos, dos servidores das escolas, os agricultores familiares agroecológicos e a administração pública, responsável pela operacionalização do programa nos três municípios investigados.

Assim, o presente estudo ancora-se na pesquisa qualitativa, por considerar o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1996).

³⁵ Nos referimos aqui a necessidade de uma metodologia que atenda os diversos públicos que abordaremos na pesquisa.

Convém lembrar que o termo “pesquisa qualitativa” traz consigo diferentes sentidos no que tange as ciências sociais. Abarcam um conjunto de distintas técnicas interpretativas, as quais vislumbram descrever e codificar os componentes de um sistema complexo de significados. Deste modo, possui a função de traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social. E, assim, estreitar as distâncias entre pesquisador e pesquisado, e até mesmo entre teoria e ação (MAANEN, 1979).

A pesquisa qualitativa possui uma essência diferenciada ela é, segundo Minayo (1996), um trabalho artesanal que não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, sendo construída com um ritmo próprio e particular. Compartilhando das impressões da autora, tivemos cuidado em delimitar nossas técnicas e instrumentos de trabalho. Os mesmos estão listados e fundamentados a seguir.

4.2 As categorias de análise

Em uma pesquisa de cunho qualitativo muitos são os leques que se abrem para investigação, deste modo, fizemos algumas opções de busca de informações que nos reportaram as seguintes categorias de análise no caso da comunidade escolar:

- ✓ O que é comida boa;
- ✓ O que é comida ruim;
- ✓ O que é um alimento saudável;
- ✓ Qual importância dada à regularidade das refeições que realizam;
- ✓ Que alimentos fazem parte dessas refeições;
- ✓ Qual caminho percorrem os alimentos até chegar na escola;
- ✓ Que representações sociais possuem sobre a merenda escolar.

Com relação aos agricultores e gestores elegemos outras categorias para nortear nossa busca empírica:

- ✓ Qual o entendimento de alimento saudável;
- ✓ Qual importância dada ao Programa Nacional de Alimentação Escolar;

- ✓ Como se dá a inserção dos agricultores familiares na participação das políticas públicas;
- ✓ Qual relevância dada ao PNAE como ferramenta de auxílio a segurança alimentar e nutricional;

4.3 As técnicas de Investigação

4.3.1 Grupo Focal

No tocante a investigação que foi realizada com os alunos nos interessava compreender o que pensam sobre a questão do alimento, das boas práticas de alimentação, o que é um produto agroecologicamente produzido, do valor do trabalho do agricultor, e mais especialmente, da agricultura agroecológica. Na perspectiva de elucidar estas questões, trabalhamos com grupo focal³⁶, por ser uma técnica que permite identificar percepções, atitudes, sentimentos e ideias dos participantes a cerca de um objeto ou tema.

Como pode ser observado nas palavras de Westphal (1992, p.91),

a função do grupo focal para os cientistas sociais é observar o processo através do qual, participantes especialmente selecionados respondem às questões da pesquisa para que, posteriormente, possam os dados serem teoricamente interpretados.

Deste modo, o uso desta técnica permite ao pesquisador trazer a tona expressões e opiniões acerca de um determinado tema, pois ao se reunir um grupo pequeno de pessoas cria-se uma atmosfera favorável à participação.

Ao definir os grupos focais, Caplan (1990), que são constituídos por pequenos grupos de pessoas que se reúnem para analisar conceitos ou identificar problemas, configurando-se como uma ferramenta corriqueira nas ciências humanas, usada inicialmente em pesquisas de marketing para determinar as reações dos consumidores a novos produtos, serviços ou mensagens promocionais e mais tarde em outras áreas com diversos fins.

³⁶ O histórico, as especificidades e os detalhes sobre o uso desta técnica são apresentados no Box 1.

Na área da educação, Vaughn et al. (1996), afirmam que o grupo focal é uma técnica qualitativa que pode ser realizada só ou combinada a outras técnicas, com o intuito de captar claramente as opiniões/ expressões dos participantes.

Box 1 – Especificidades metodológicas sobre o uso de grupo focal

Esta técnica que vem sendo empregada como alternativa ao uso de entrevistas e questionários tem sua utilização datada desde a década de 50 na área mercadológica. Entrementes, a partir da década de 80, vêm despertando interesse de pesquisadores em diversas áreas como Ciências Sociais, Ergonomia, Ciências Médicas, Ciência da Informação, dentre outras áreas, (DIAS, 2000).

No que se refere ao uso desta técnica na área de ciências humanas, tem-se o registro da primeira utilização na década de 80 pelos pesquisadores Kaske e Sanders. Na pesquisa em questão os mesmos realizaram vinte reuniões de grupo focal para desvendar quais as características necessárias de um sistema de recuperação automatizado para suportar o comportamento de buscas dos usuários de bibliotecas naquela época.

Desde então muitos pesquisadores têm recorrido a esta técnica, pelo grau de percepção e sensibilidade que a mesma pode oferecer nos levantamentos de dados subjetivos.

Na perspectiva de nossa pesquisa tal ferramenta será essencial no auxílio a coleta de dados, uma vez que permitirá aos alunos se expressarem individualmente e em grupo, diminuindo as chances de os mesmos ficarem inibidos. É bem verdade que para que isto ocorra iremos reforçar aos alunos que em nossas atividades não existe certo ou errado e principalmente que todas as opiniões e impressões são valiosas.

Realizamos os grupos seguindo as sugestões de Caplan (1990), que propõe uma progressão natural dos assuntos, migrando de tópicos mais gerais até chegar ao foco específico da pesquisa. Como em nosso trabalho possuímos mais de um objetivo subdividiremos as discussões em reuniões distintas, uma para tratar de cada objetivo específico, visando a maior ordenação de ideias.

Com relação ao nosso universo de estudo, como pode ser visualizado na Tabela 1, existe variação no número total de alunos por turma. De todo modo, trabalhamos com a perspectiva de no mínimo seis alunos e no máximo quinze por grupo³⁷. Na sequência apresentamos no Box 2 algumas observações em relação à equipe de trabalho para a realização dos grupos.

³⁷ Nossa flexibilidade em relação ao número de participantes deu-se em função de compreendermos que não é fácil para escolas organizarem lugar para nos receber com os alunos em turno inverso, bem como, para os alunos que residem longe da escola permanecerem na mesma o dia todo, como é caso, principalmente, dos alunos que moram na zona rural.

Tabela 1: Relação de alunos por escolas nos três municípios

Municípios	Escolas	Alunos no último ano ³⁸	Alunos no projeto
Canguçu	Castelo Branco	26	12
	Irmã Firmina Simon	34	10
Cerrito	Ulisses Guastucci	12	06
	Dr. Jaques	12	10
São Lourenço do Sul	Germano Ubner	28	10
	Marina Vargas	15	15

Fonte: Elaboração da autora.

Box 2 – Informações sobre a realização dos grupos

Para oportunizar a realização dos grupos contamos com uma mini equipe formada por dois pesquisadores³⁹ que atuaram como moderador e observador do trabalho. Esta situação não é incomum na área acadêmica.

Como afirma Dias (2000), em trabalhos acadêmicos é recorrente as equipes serem pequenas, em função das variáveis que imperam na realização de um trabalho acadêmico, como falta de recursos e tempo para o desenvolvimento das atividades.

De todo modo, parece-nos que o fato de termos uma equipe pequena não afetou o desenvolvimento e qualidade das atividades, pelo contrario, foi um ponto positivo no sentido de integração entre pesquisadores e pesquisados.

Ainda sobre a atuação da equipe, é fundamental esclarecer que o papel do moderador é de suma importância e está atrelada ao sucesso das atividades, pois este deve estar consciente de suas habilidades em dinâmicas de grupo e de sua neutralidade em relação aos pontos de vista expostos durante a discussão.

As atividades realizadas em grupo com os alunos foram registradas com filmadora e gravador com prévio consentimento dos pais⁴⁰.

³⁸ Convém lembrar que trabalhamos apenas com os alunos do último ano escolar.

³⁹ O trabalho do moderador foi desempenhado por mim, situação recorrente em trabalhos acadêmicos, e as observações foram realizadas pelo bolsista do projeto que desde o ano de 2011 vem sendo integrando as atividades do projeto.

⁴⁰ Os pais foram avisados que as imagens obtidas nos encontros de grupo focal servem apenas para compor o acervo de material do projeto e posteriormente empregadas para analisar os resultados do estudo.

Todas as atividades realizadas com os alunos constam no roteiro de atividades preparado para as escolas e foi apresentado à direção e coordenação pedagógica das mesmas (Apêndice A).

O roteiro foi construído partindo de uma abordagem mais pessoal, indagando hábitos e preferências dos alunos em relação à comida e na sequência apresentou questões mais específicas em relação à alimentação na escola, indagando de onde vem a merenda, porque ocorreram mudanças no sistema de alimentação escolar, quais representações possuíam os alunos sobre quem produz os alimentos que compõem a merenda.

Em diferentes leituras que fizemos sobre a quantidade de participantes por grupo nos deparamos com números que variam de 6 a 12 participantes (DIAS, 2000; NETO, et.al. 2002). Entretanto, estes autores alertam que não existe uma rigidez em relação ao número de participantes e o sucesso da aplicação da técnica, pois a quantidade deve ser tal que incite a manifestação e integração dos membros do grupo.

A observação se deu a partir de nosso convívio com os atores sociais envolvidos na pesquisa. Para tal, realizamos uma média de oito encontros em cada escola. Estas visitas proporcionaram as observações de atitudes e ações dos alunos, que por alguma razão poderiam não ser expressas em suas falas.

Entrementes, a observação participante, foi utilizada como um instrumento complementar aos grupos focais e as próprias entrevistas. Deste modo, convém destacar a importância desta técnica para garantir a imersão do pesquisador na realidade estudada. Haguette (1987), ao descrever possibilidades e limites da observação participante ponderou sobre o papel do observador dizendo que participando nas atividades do grupo que está sendo observado ele está livre para ver muitas coisas que um observador de fora jamais poderá ver.

Outra consideração importante a qual estivemos atentos, durante a realização da pesquisa foi o fato de que

O observador participante deve compartilhar nas atividades de vida e sentimento das pessoas em termos de relações face a face, um **compartilhar consciente e sistemático**, conforme as circunstâncias o permitam, nas atividades de vida e, eventualmente, nos interesses e afetos de um grupo de pessoas. (BRUYN, 1966, p.13 – grifos nossos)

4.3.2 As entrevistas

Conforme mencionamos anteriormente, esta pesquisa teve como fonte de informações distintos grupos sociais, assim, para desvelar as impressões dos demais grupos (servidores escolares, gestores municipais e agricultores familiares) trabalhamos com entrevistas em profundidade que nos permitiram uma aproximação com os sujeitos a partir dos discursos registrados nos encontros⁴¹.

Para obtermos as informações de nossos entrevistados fizemos uso de um roteiro, previamente elaborado, com questões abertas e fechadas que possibilitou a coleta de dados objetivos e subjetivos expressos em suas falas. Com relação a este aspecto, Cruz Neto (1996) afirma que através desta técnica, o pesquisador busca colher informes contidos no discurso dos atores sociais. Para ele, não significa uma conversa despretensiosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa, que vivenciaram uma determinada realidade que esta sendo focalizada. Em sua forma de realização pode ser de natureza individual e/ou coletiva.

Durante a realização das entrevistas tomamos especial cuidado uma vez que a subjetividade presente em sua aplicação, ao mesmo passo que caracteriza uma vantagem à pesquisa social permitindo ao pesquisador desvendar questões que estão por trás da cortina, também representa seu fator limitante (ALONSO, 1998, p.68). Isto porque, o sucesso de sua execução incidirá diretamente na neutralidade e não subjetividade do pesquisador. Pois, em uma “ciência em que o observador é da mesma natureza que o observado, ele mesmo – o observador – é uma parte de sua observação” (STRAUSS, 1975, p.215).

Com relação à coleta de dados nas entrevistas, elegemos utilizar o gravador, pois, segundo Queiroz (1991, p.57), “o mesmo garante um grau mais elevado de riqueza nos dados coletados”.

Preocupamos-nos com a possível inibição dos entrevistados, em função do uso do gravador, por esta razão explicamos o motivo de seu uso e solicitando o consentimento para sua utilização.

⁴¹ Os roteiros das entrevistas estão apresentados nos Apêndices B, C e D.

A caderneta de campo, neste estudo chamada de diário de bordo⁴², foi outro recurso que lançamos mão e que contém minhas impressões e sentimentos, em relação às visitas a campo, uma vez que permitiria acolher as situações que não pudessem ser transcritas, senão, no momento em que ocorressem e por quem o vivenciou.

4.4 Análises dos dados

Para dar cabo dos dados levantados no trabalho, recorreremos à análise de conteúdo já que constitui um método impar para descrever e interpretar o teor de diversas classes de documentos e textos. Essa análise, que conduz descrições sistemáticas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados em um nível que está para além de uma leitura comum (MORAES, 1999).

Esta metodologia baliza a busca teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais. Institui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias.

Destarte, a análise de conteúdo “é um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (BARDIN, 2011, p.15; destaques no original).

Seguindo na mesma vertente de pensamento, Olabuenaga e Ispizúa (1989) ao a descreverem acrescentam tratar-se de uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos, que analisados adequadamente nos abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social que, de outro modo, seriam inacessíveis.

O material de análise necessário para utilizar esta metodologia, como chama atenção Bardin (2011), é justamente o que coletamos em nossas atividades de campo, ou seja, gravações, entrevistas, diários pessoais, fotografias, vídeos, etc.

⁴² O termo diário de bordo foi utilizado em função de chamarmos nosso projeto de nave comida invisível.

Entretanto, há que registrar que estes materiais chegam ao investigador em estado bruto, necessitando então ser processados para, dessa maneira, facilitar o trabalho de compreensão, interpretação e inferência que se aspira da análise de conteúdo. Dentre os domínios possíveis deste método fizemos uso do código linguístico que tem suporte oral, como é o caso de entrevistas e grupos focais, procedendo com análise temática, sequencial e de oposições.

Lançamos mão também, em nosso itinerário metodológico, do registro de imagens e gravações de vídeos que são essenciais na leitura final de nosso estudo, pois como afirmam Bauer e Gaskell (2012), é fundamental para pesquisa qualitativa trabalhar com texto, imagem e som. Isto porque, segundo Loizos (2012, p.137) “as imagens com ou sem som oferecem um registro restrito, mas poderoso das ações temporais e dos acontecimentos reais – concretos, materiais”.

É mister lembrar que, além das metodologias citadas, os dados passaram pelo *software* “QRS NVIVO 10” que auxiliou no tratamento e organização dos dados. Seu uso é recorrente na área de ciências humanas e sociais, incluindo fundamentalmente trabalhos de cunho essencialmente qualitativo como o que realizamos nesta tese.

5 Relatório do trabalho de campo

Início este relatório destacando que começar um trabalho de campo é uma etapa ímpar na vida de um pesquisador, pois não se imagina, ou apenas se imagina, o que virá pela frente. Sem sombra de dúvida, é o momento de “sentir borboletas no estômago” e ver se o que se projetou/planejou dará certo. É quando confirmamos ou refutamos nossas hipóteses e encontramos respostas que muitas vezes estão para além das indagações que pensamos em realizar.

Cabe destacar que ao imergir no trabalho de campo, todo itinerário teórico buscado passou a fazer sentido e tantas outras leituras fizeram-se necessárias para dar conta da complexidade do objeto de estudo. Deste modo, percebi que o mundo que apenas imaginava se apresentou de fato diante dos meus olhos.

Vale dizer que esta etapa não foi tarefa fácil, exigiu muita dedicação, disciplina e esforço de minha parte, que em muitos momentos pude contar com um observador⁴³ e em outros tive que trabalhar sozinha, pois o trabalho tinha prazo, era extenso e precisava acontecer⁴⁴.

O relatório de pesquisa, apresentado na sequência, corresponde ao “Modelo de Relatório de Projeto de Pesquisa”, sugerido pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas, seguindo as orientações presentes no Manual de Normas de Trabalhos Acadêmicos (UFPel), cujo modelo para estrutura de Tese em Artigos consta no Anexo A.

⁴³ Quando me reporto à figura do “observador”, refiro-me aos bolsistas que fizeram parte do projeto, Rafael Becker, Leonardo Dias e Jéssica Gonzalez, além de minha irmã Cristiane e do Guilherme que além de motoristas, em alguns momentos, atuaram como *cameraman*.

⁴⁴ Os produtos gerados na etapa de campo constam no apêndice E.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PESQUISA**



RELATÓRIO DE PROJETO DE PESQUISA

☒ **Relatório Final**

☐ **Solicitação de Prorrogação**

NÃO É NECESSÁRIO ANEXAR ATAS

Título do Projeto: *A comida invisível: Representações sociais sobre a alimentação escolar ecológica entre a comunidade escolar e os agricultores familiares do extremo sul gaúcho.*

Código no COCEPE: 7.02.05.022

Coordenador: Nádia Velleda Caldas

Unidade: Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel

Departamento: Ciências Sociais Agrárias

Início: Março de 2011

Término: Fevereiro de 2014

Período de Prorrogação: _____

Nº de prorrogações solicitadas: _____

PRINCIPAIS RESULTADOS: (250 PALAVRAS)

- Há diversos fatores que impedem o pleno funcionamento do PNAE. A Falta de capacitação profissional dos responsáveis pela operacionalização dele é o principal limitante. Isso acarreta no descrédito do programa por parte dos agricultores que nestes casos não conseguem desenvolver uma participação cidadã.
- O limite do desdobramento do PNAE dentro das escolas está na postura assumida pelos gestores e servidores que não veem a alimentação escolar como uma premissa da educação básica, não incorporando-a aos currículos pedagógicos.
- Constatamos que mesmo tendo internalizado o que seja um alimento saudável e sua importância para a saúde, a maioria dos alunos não incorpora boas práticas alimentares; tem em suas representações que comida boa é a boa para o paladar, com bastante sal, gordura e outros ingredientes que, em excesso, são maléficos a saúde. A merenda ainda vista por eles como algo ruim e sem expressão dentro do processo escolar. Falar sobre esta temática não

faz parte do cotidiano dos alunos. A aproximação entre os agricultores familiares e a comunidade escolar, em geral não é vista como algo relevante, embora tenha se identificado, mesmo que de forma tênue, no município de Cerrito um movimento para a concretização de ações deste cunho.

- Foi possível verificar que as ações em curso do programa têm atuado no sentido de valorar o trabalho dos agricultores familiares que atualmente fornecem alimentos as escolas. Ter um mercado seguro, e a percepção de que há interesse em seus produtos como algo saudável para serem ofertados aos escolares é valorado pelos agricultores.

PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES:

Artigos produzidos através do banco de dados do projeto Comida Invisível

ANO 2011:

VII Congresso Brasileiro de Agroecologia

- ALTEMBURG, S. N.; SILVA, F. N.; ANDERSSON, F. S.; CALDAS, N. V.; BEZERRA, A. J. A. Entre o pragmático e o simbólico: as percepções dos gestores públicos sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em São Lourenço do Sul/RS In: Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2011, Fortaleza. **Anais...**, 2011.
- BECKER, C.; ANDERSSON, F. S.; ALTEMBURG S. N.; COSTA, L. C. Novas concertações sociais e antigos entraves “burocráticos”: a produção de base familiar e ecológica frente aos desafios de acesso ao PNAE In: VII Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2011, Fortaleza. **Anais...**, 2011.
- SILVA, F. N.; BECKER, C., ALTEMBURG, S. N.; POLLNOW, G. E. Para além da qualidade nutricional alimentar: o Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de São Lourenço do Sul - RS In: VII Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2011, Fortaleza. **Anais...**, 2011.

Salão Universitário – UCPel

- ALTEMBURG, S. N.; ANDERSSON, F. S., CALDAS, N. V.; BEZERRA, A. J. A. Os reflexos da inserção da Agricultura Familiar ecologista no Programa de Alimentação Escolar no Município de São Lourenço do Sul/ RS In: Salão Universitário 10º Mostra da Pós-Graduação, 2011, Pelotas. **Anais...**, 2011. v.1.

10ª Mostra da Produção Universitária – MPU/FURG

- ALTEMBURG, S. N.; ANDERSSON, F. S.; CALDAS, N. V.; BEZERRA, A. J. A. As interfaces da implantação do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE em três municípios do extremo sul gaúcho. In: 10ª Mostra da Produção Universitária – MPU - Ciência, Tecnologia e Compromisso Social: um desafio para a Universidade, 2011, Rio Grande. **Anais...** 2011. v.1.

ANO 2012:

11ª Mostra da Produção Universitária – MPU/FURG

- DIAS, L. C.; BECKER, R.; ALTEMBURG, S. N.; CALDAS, N. V. Merenda escolar: um produto da e para a agricultura familiar In: 11 mostra da produção universitária, 2012, Rio Grande. **Anais...**, 2012.

XIV - Encontro Nacional de Pós-Graduação – ENPOS/UFPeI

- ALTEMBURG, S. N.; BECKER, R.; DIAS, L. C.; BEZERRA, A. J. A.; CALDAS, N. V. Agricultura Familiar e Alimentação Escolar: a importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar nas escolas na perspectiva dos Agricultores Familiares de Base Ecológica do Município de Cerrito-RS In: XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação, 2012, Pelotas. **Anais...**, 2012.

XXI – Congresso de Iniciação Científica – CIC/UFPeI

- DIAS, L. C.; BECKER, R.; ALTEMBURG, S. N.; CALDAS, N. V. A importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar nas escolas: Uma leitura das representações dos Agricultores Familiares de Base Ecológica do Município de Cerrito-RS In: 21 congresso de iniciação científica - UFPeI, 2012, Pelotas. **Anais...**, 2012.

Ano 2013:

Artigos Completos Publicados em Congressos

- ALTEMBURG, S. N.; CALDAS, N. V.; BECKER, C. Representações sociais, participação cidadã: limites e possibilidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE In: XXIX Congresso Latinoamericano de Sociologia, 2013, Santiago do Chile. **Anais...**, 2013.
- ALTEMBURG, S. N.; CALDAS, N. V.; BECKER, C.; CRUZ, J. G. Interfaces entre alimentação saudável, segurança alimentar e políticas públicas: representações sociais dos agricultores ecologistas inseridos no programa nacional de alimentação escolar no extremo sul gaúcho In: VI Congresso Internacional Sistemas Agroalimentares Localizados: Os SIAL face às oportunidades e aos desafios do novo contexto global, 2013, Florianópolis. **Anais...**, 2013.

12ª Mostra da Produção Universitária – MPU/FURG

- CRUZ, J. G.; ALTEMBURG, S. N.; CALDAS, N. V. Programa nacional de alimentação escolar e produção de base ecológica: representações sociais dos agricultores ecologistas no extremo sul gaúcho In: 12º Mostra de Produção Universitária, 2013, Rio Grande. **Anais...**, 2013

XXII – Congresso de Iniciação Científica – CIC/UFPeI

- CRUZ, J. G.; ALTEMBURG, S. N.; FONSECA, C.; POLLNOW, G. E.; MOLIN, L. H.; CALDAS, N. V. Os desafios do pnae frente às preferências alimentares de alunos de escolas públicas no extremo sul gaúcho In: XXII Congresso de iniciação científica, 2013, Pelotas. **Anais...**, 2013.

VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia

- CRUZ, J. G.; ALTEMBURG, S. N.; SILVA, F. N.; DAL MOLIN, L. H.; CALDAS, N. V. Caminhos da Alimentação Escolar Agroecológica: um encontro de saberes entre alunos e agricultores em propriedades familiares agroecológicas no extremo sul do Brasil. **Cadernos de Agroecologia**. 2013.
- ALTEMBURG, S. N.; CRUZ, J. G.; BECKER, C.; NORONHO, A. P.; CALDAS, N. V. PNAE e Agroecologia: percepção dos agricultores agroecologistas sobre formas sustentáveis de produção para alimentação escolar no sul do Rio Grande do Sul. **Cadernos de Agroecologia**. 2013.

Revista Saúde e Sociedade

- ALTEMBURG, S. N.; BECKER, C.; SILVA, F. N.; ANDERSSON, F. S.; CALDAS, N. V.; SACCO DOS ANJOS, F. Práticas e estratégias para a adoção de hábitos alimentares saudáveis: a gestão local do Programa de Alimentação Escolar em perspectiva. **Revista Saúde e Sociedade** (aguardando aceite).

Ano 2014:

IX Congresso ALASRU

- ALTEMBURG, S. N.; CALDAS, N. V.; NORONHA, A. P. PNAE e AGROECOLOGIA: um caminho na reconstrução do horizonte de gerações? (aguardando aceite).
- CALDAS, N. V.; ALTEMBURG, S. N.; BECKER, C.; Desafios à consolidação do PNAE frente aos hábitos alimentares de escolares no sul do Brasil (aguardando aceite).

Capítulo de Livro

- ALTEMBURG, S. N.; CALDAS, N. V.; CRUZ, J. G. A comida Invisível: representações sociais sobre alimentação escolar ecológica no extremo sul do Brasil (no prelo).

Nas páginas que seguem, iniciamos a exposição da fase exploratória que antecedeu a pesquisa de campo, fornecendo elementos que auxiliaram a fazer os contornos necessários e que ajudaram no planejamento e no cronograma de ações para cada município.

Tais atividades foram registradas fotograficamente e serão apresentadas na sequência de cada quadro, com o intuito de aproximar os leitores de alguns destes momentos.

O Quadro 1 descreve, sucintamente, as ações realizadas no ano de 2011, momento em que o projeto estava em fase de construção. Cumpre dizer que este período foi de extrema relevância para delinear as ações que foram desenvolvidas no ano seguinte.

Quadro 1: Fase Exploratória da Pesquisa de Campo.

Data	Município	Síntese Descritiva de atividade(s)
06/05/2011	Cerrito	Entrevista com Nutricionista de Cerrito.
10/06/2011	Canguçu	Visita ao setor de alimentação escolar e realização de entrevista com Nutricionista e responsável pelo setor.
12/08/2011	São Lourenço do Sul	Entrevista com Nutricionista e vice-prefeito sobre a situação da alimentação escolar.
14/10/2011	Cerrito	Visita ao setor de alimentação escolar e entrevista coletiva com gestores e agricultores com a participação da pesquisadora Carmen Lozano Cabedo (UNED/ES).

A Figura 1 demonstra uma de nossas atividades exploratórias que aconteceu no município de Cerrito. Nesta oportunidade contamos com a presença dos

agricultores vinculados a COAFAC (Cooperativa dos Agricultores Familiares do Cerrito), gestores municipais locais e pesquisadores da Universidade Federal de Pelotas e Universidad Nacional de Educación a Distancia (Espanha).



Figura 1: Fotografias do trabalho de campo em Cerrito, RS.

Fonte: Acervo da autora (2011).

Em 2012, iniciamos as atividades de campo da pesquisa, a partir das orientações metodológicas e teóricas estabelecidas para realização deste trabalho, conforme já explicitados nas seções anteriores. Na sequência, os Quadros⁴⁵ 2, 3 e 4, apresentam dia a dia as experiências vivenciadas nos municípios de Canguçu, Cerrito e São Lourenço do Sul, respectivamente.

⁴⁵ A descrição completa das atividades desenvolvidas em cada grupo focal está descrita no Apêndice A; o roteiro de questões utilizadas nas entrevistas com os agricultores estão descritas no Apêndice B, com os servidores no Apêndice C e com os gestores no Apêndice D.

Quadro 2: Atividades realizadas na fase de campo, no município de Canguçu, RS.

Data	Síntese Descritiva de atividade(s)
15/02/2012	Apresentação do projeto para Secretário Municipal de Educação e solicitação de autorização para iniciar as atividades a partir do primeiro semestre letivo.
02/03/2012	Apresentação projeto para Escola Irmã Firmina Simon e reunião com direção e corpo pedagógico.
09/03/2012	Encontro na escola Irmã Firmina Simon para definir a data dos encontros e realizar o sorteio com os alunos para ver quais iriam participar do projeto.
17/04/2012	Grupo focal 1: apresentação do trabalho, identificação dos mediadores e dos participantes da escola Castelo Branco (primeiro encontro com os alunos).
18/04/2012	Grupo focal 1: apresentação do trabalho, identificação dos mediadores e dos participantes na escola Irmã Firmina Simon
02/05/2012	Grupo focal 2: elaboração de um cardápio com seis refeições diárias pelos alunos da escola Castelo Branco.
10/05/2012	Grupo focal 2: elaboração de um cardápio com seis refeições diárias pelos alunos da escola Irmã Firmina Simon
15/05/2012	Grupo focal 3: alunos assistiram ao clip <i>Comida</i> dos Titãs e produziram um texto expondo os sentimentos despertados na escola Castelo Branco.
24/05/2012	Grupo focal 3: alunos assistiram ao clip <i>Comida</i> dos Titãs e produziram um texto expondo os sentimentos despertados na escola Irmã Firmina Simon.
05/06/2012	Grupo focal 4⁴⁶: alunos realizaram um desenho que expressava sua opinião de como é a merenda e o explicaram na escola Irmã Firmina Simon.
08/06/2012	Grupo focal 5: alunos representaram o caminho (mapa) percorrido pelos alimentos até chegar à escola na forma de merenda na escola Irmã Firmina Simon.
19/06/2012	Grupo focal 4: alunos realizaram um desenho que expressava sua opinião de como é a merenda e o explicaram na escola Castelo Branco.
20/06/2012	Entrevista com professora Luzia ⁴⁷ – escola Irmã Firmina Simon.
02/07/2012	Grupo focal 5: alunos representaram (mapa) o caminho percorrido pelos alimentos até chegar à escola na forma de merenda na escola Castelo Branco
12/07/2012	Entrevista com merendeira Rafaela - escola Castelo Branco.
23/07/2012	Entrevista com diretora da escola Irmã Firmina Simon
19/09/2011	Grupo focal 6: alunos descreveram com palavras os agricultores que produzem os alimentos que você consome na escola Irmã Firmina Simon.
27/09/2012	Grupo focal 6: alunos descreveram com palavras os agricultores que produzem os alimentos que você consome na escola Castelo Branco
08/10/2012	Grupo focal 7: alunos assistiram documentário sobre hábitos alimentares – A DIETA DO PALHAÇO. - A partir do vídeo e produziram um desenho que expresse seu sentimento sobre a temática abordada na escola Irmã Firmina Simon.
10/10/2012	Grupo focal 7: alunos assistiram documentário sobre hábitos alimentares – A DIETA DO PALHAÇO. - A partir do vídeo e produziram um desenho que expresse seu sentimento sobre a temática abordada na escola Castelo Branco.
10/11/2012	Entrevista com dois agricultores vinculados a Cooperativa dos Apicultores e Fruticultores da Zona Sul
13/11/2012	Entrevista com dois agricultores vinculados a cooperativa CAFSUL.
22/11/2012	Entrevista com agricultor um da Cooperativa União das Associações Comunitárias

⁴⁶ A propósito ver Anexo F.

⁴⁷ Os nomes utilizados neste relatório de campo são fictícios, pois entendemos ser essencial preservar a identidade de nossos entrevistados.

	do interior de Canguçu e Região
23/11/2012	Entrevista com agricultor um da Cooperativa UNIÃO
26/11/2012	Entrevista professora Paula – escola Castelo Branco
28/11/2012	Grupo focal 8: Alunos elencaram as atividades desenvolvidas na escola que tratam sobre o tema da alimentação escolar, relatando como o tema é discutido e como eles percebem as mudanças no padrão de alimentação escolar na escola Castelo Branco
28/11/2012	Entrevista com diretor Romeu – escola Castelo Branco
06/12/2012	Palestra com Agricultor Nilo Schiavon – referente a atividade nove e dez nas escolas Irmã Firmina Simon e Castelo Branco
14/12/2012	Entrevista com um agricultor vinculado a cooperativa COOMELCA
14/02/2013	Entrevista com merendeira Ana – escola Irmã Firmina Simon

A Figura 2 retrata o universo encontrado com os agricultores em Canguçu. Dentre os agricultores locais que acessam o PNAE, a maioria está voltada a produção de pêssego, mel e espécies frutíferas para produção de sucos.



Figura 2: Fotografias do trabalho de campo em Canguçu, RS.

Fonte: Acervo da autora (2012).

A Figura 3 apresenta um pouco do universo que encontramos nas escolas com os alunos em Canguçu, na cidade e interior. Por sua vez, a Fig. 4 mostra o espaço onde é elaborada a merenda e a maneira como é exposto o cardápio nestas escolas.



Figura 3: Fotografias do trabalho de campo nas escolas Irmã Firmina Simon e Castelo Branco, em Canguçu, RS.

Fonte: Acervo da autora (2012).



Figura 4: Fotografias do trabalho de campo, em Canguçu, RS.

Fonte: Acervo da autora (2012).

Quadro 3: Atividades realizadas na fase de campo, no município de Cerrito, RS.

Data	Síntese Descritiva de atividade(s)
24/01/2012	Apresentação do projeto para Secretário Municipal de Educação e solicitação de autorização para iniciar as atividades no primeiro semestre letivo.
06/02/2012	Reunião com gerente municipal da Emater e técnicos, para realização de levantamento de espacial das propriedades rurais a serem visitadas.
24/02/2012	Participação na reunião com membros da COOAFAC, gestores municipais e técnicos da Emater. Agendamento de entrevistas.
05/03/2012	Visita técnica a três propriedades rurais para realização de 5 entrevistas.
06/03/2012	Visita técnica a três propriedades rurais para realização de 4 entrevistas.
10/03/2012	Reunião com corpo pedagógico da Escola Dr. Jaques
10/03/2012	Reunião com corpo pedagógico da Ulisses Guastucci Alto Alegre - interior .
20/03/2012	Grupo focal 1: apresentação do trabalho, identificação dos mediadores e dos participantes na escola Dr. Jaques
29/03/2012	Grupo focal 1: apresentação do trabalho, identificação dos mediadores e dos participantes na escola Ulisses Guastucci.
14/04/2012	Grupo focal 2: elaboração de um cardápio com seis refeições diárias pelos alunos na escola Dr. Jaques.
19/04/2009	Grupo focal 2: elaboração de um cardápio com seis refeições diárias pelos alunos na na escola Ulisses Guastucci.
03/05/2012	Grupo focal 3: alunos assistiram ao clip <i>Comida</i> dos Titãs e produziram um texto expondo os sentimentos despertados na escola Dr.Jaques.
03/05/2012	Grupo focal 3: alunos assistiram ao clip <i>Comida</i> dos Titãs e produziram um texto expondo os sentimentos despertados na escola Ulisses Guastucci.
17/05/2012	Grupo focal 4: alunos realizaram um desenho que expressava sua opinião de como é a merenda e o explicaram na escola Ulisses Guastucci.
17/05/2012	Grupo focal 4: alunos realizaram um desenho que expressava sua opinião de como é a merenda e o explicaram na escola Dr. Jaques.
14/06/2012	Grupo focal 5: alunos representaram (mapa) o caminho percorrido pelos alimentos até chegar a escola na forma de merenda na escola Dr. Jaques
14/06/2012	Grupo focal 5: alunos representaram (mapa) o caminho percorrido pelos alimentos até chegar a escola na forma de merenda na escola Ulisses Guastucci.
12/09/2012	Grupo focal 6: alunos descreveram com palavras os agricultores que produzem os alimentos que você consome na escola Ulisses Guastucci.
12/09/2012	Grupo focal 6: alunos descreveram com palavras os agricultores que produzem os alimentos que você consome na escola Dr. Jaques.
05/10/12	Grupo focal 7: alunos assistiram documentário sobre hábitos alimentares – A DIETA DO PALHAÇO. - A partir do vídeo e produziram um desenho que expresse seu sentimento sobre a temática abordada na escola Dr. Jaques.
05/10/12	Grupo focal 7: alunos assistiram documentário sobre hábitos alimentares – A DIETA DO PALHAÇO - a partir do vídeo e produziram um desenho que expresse seu sentimento sobre a temática abordada na escola Ulisses Guastucci.
24/10/12	Saída de campo com alunos das escolas Dr. Jaques e Ulisses Guastucci conjuntamente – visita a uma propriedade rural com a presença de técnicos da Emater, representantes do FNDE, gestores municipais e servidores escolares.
27/11/12	Grupo focal 9: Alunos elencaram as atividades desenvolvidas na escola que tratam sobre o tema da alimentação escolar, relatando como o tema é discutido e como eles percebem as mudanças no padrão de alimentação escolar na escola Ulisses Guastucci.

27/11/12	Grupo focal 9: Alunos elencaram as atividades desenvolvidas na escola que tratam sobre o tema da alimentação escolar, relatando como o tema é discutido e como eles percebem as mudanças no padrão de alimentação escolar na escola Dr. Jaques
18/12/2012	Realização de três entrevistas com servidores (professora, merendeira e diretora) das escola Dr. Jaques.
18/12/2012	Realização de três entrevistas com servidores (professora, merendeira e diretora) das escola Ulisses Guastucci – Alto Alegre.

A Figura 5 sintetiza nossa atividade de campo com os agricultores em Cerrito. Estes produtores possuem propriedades com lavouras bem diversificadas, produzindo diversos alimentos que são entregues à merenda escolar.



Figura 5: Fotografias do trabalho de campo em Cerrito, RS.

Fonte: Acervo da autora (2012).

A Figura 6 apresenta o universo encontrado nas escolas em Cerrito, na cidade e no interior. Mostra a diversidade de alunos e conta um pouco com a maneira como eram realizados nossos encontros.



Figura 6: Fotografias do trabalho de campo em Cerrito, RS.

Fonte: Acervo da autora (2012).

A Figura 7 apresenta alguns momentos da saída de campo que realizamos com os alunos na propriedade de um agricultor familiar. Nesta visita contamos com a presença de representantes do FNDE e de alguns gestores municipais.



Figura 7: Fotografias do trabalho de campo em Cerrito, RS.

Fonte: Acervo da autora (2012).

Quadro 4: Atividades realizadas na fase de campo, no município de São Lourenço do Sul, RS.

Data	Síntese Descritiva de atividade(s)
29/02/2012	Apresentação do projeto para Secretário Municipal de Educação e solicitação de autorização para iniciar as atividades no primeiro semestre letivo.
29/02/2012	Reunião com técnico COOPAR para levantamento espacial das propriedades a serem visitadas.
07/03/2012	Reunião na escola Marina Vargas com agendamento das atividades com os alunos.
07/03/12	Realização de três entrevistas com agricultores vinculados a cooperativa Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul.
14/03/2012	Grupo focal 1: apresentação do trabalho, identificação dos mediadores e dos participantes na escola Dr. Jaques escola Marina Vargas
14/03/2012	Reunião na escola Germano Hubner com agendamento das atividades com os alunos

31/03/2012	Grupo focal 2⁴⁸ : elaboração de um cardápio com seis refeições diárias pelos alunos na escola Marina Vargas
03/04/2012	Grupo focal 1 : apresentação do trabalho, identificação dos mediadores e dos participantes na escola Germano Hübner.
11/04/2012	Grupo focal 3 : alunos assistiram ao clip <i>Comida</i> dos Titãs e produziram um texto expondo os sentimentos despertados na escola Marina Vargas
24/04/2012	Grupo focal 2 : elaboração de um cardápio com seis refeições diárias pelos alunos na escola Germano Hübner.
25/04/2012	Grupo focal 4 : alunos realizaram um desenho que expressava sua opinião de como é a merenda e o explicaram na escola Marina Vargas.
09/05/2012	Grupo focal 3 : alunos assistiram ao clip <i>Comida</i> dos Titãs e produziram um texto expondo os sentimentos despertados na escola Germano Hübner.
09/05/2012	Grupo focal 5 : alunos representaram (mapa) o caminho percorrido pelos alimentos até chegar a escola na forma de merenda na escola Marina Vargas.
11/05/2012	Grupo focal 3 : alunos assistiram ao clip <i>Comida</i> dos Titãs e produziram um texto expondo os sentimentos despertados na escola Germano Hübner.
11/05/2012	Entrevista com professora Arlete – escola Marina Vargas
22/05/2012	Grupo focal 4⁴⁹ : alunos realizaram um desenho que expressava sua opinião de como é a merenda e o explicaram na escola Germano Hübner.
12/06/2012	Grupo focal 5 : alunos representaram (mapa) o caminho percorrido pelos alimentos até chegar a escola na forma de merenda na escola Germano Hubner.
25/09/2012	Grupo focal 6 : alunos descreveram com palavras os agricultores que produzem os alimentos que você consome na escola Germano Hübner
25/09/2012	Grupo focal 6 : alunos descreveram com palavras os agricultores que produzem os alimentos que você consome na escola Marina Vargas.
16/10/2012	Grupo focal 7 : alunos assistiram documentário sobre hábitos alimentares – A DIETA DO PALHAÇO. - A partir do vídeo e produziram um desenho que expresse seu sentimento sobre a temática abordada na escola Marina Vargas
16/10/2012	Grupo focal 7 : alunos assistiram documentário sobre hábitos alimentares – A dieta do palhaço. - A partir do vídeo e produziram um desenho que expresse seu sentimento sobre a temática abordada na escola Germano Hübner.
19/10/2012	Realização de 3 entrevistas com servidores (professora, merendeira e diretora) da escola Marina Vargas
19/10/2012	Realização de 3 entrevistas com servidores (professora, merendeira e diretora) da escola Germano Hubner
05/11/2012	Saída de campo com alunos das escolas Marina Vargas e Germano Hubner conjuntamente – visita a uma propriedade rural com a presença de servidores escolares e membros do NUPEAR.
29/11/2012	Grupo focal 9 : alunos elencaram as atividades desenvolvidas na escola que tratam sobre o tema da alimentação escolar, relatando como o tema é discutido e como eles percebem as mudanças no padrão de alimentação escolar na escola Marina Vargas
29/11/2012	Grupo focal 9⁵⁰ : alunos elencaram as atividades desenvolvidas na escola que tratam sobre o tema da alimentação escolar, relatando como o tema é discutido e como eles percebem as mudanças no padrão de alimentação escolar e fechamento das atividades na escola Germano Hübner.
12/12/2012	Tentativa de fechamento das atividades na escola Marina Vargas.

⁴⁸ O Anexo G exemplifica as atividades desenvolvidas em torno à elaboração de um cardápio.

⁴⁹ Como exemplo desta atividade o Anexo E acolhe o desenho elaborado por um dos alunos.

⁵⁰ O Anexo H traz o desenho elaborado por um dos alunos, expressando sua reflexão em torno às atividades realizadas no âmbito do Projeto Comida Invisível.

25/02/2013	Entrevista com três agricultores vinculados a Cooperativa Sul Ecológica.
26/02/2013	Entrevista com uma agricultora vinculada a Cooperativa Sul Ecológica
26/02/2013	Entrevista com uma agricultora vinculada a Cooperativa Sul Ecológica
02/03/2013	Entrevista com uma agricultora vinculada a Cooperativa Sul Ecológica

A Figura 8 expressa o universo encontrado nas propriedades agrícolas que visitamos em São Lourenço do Sul. Na oportunidade entrevistamos agricultores familiares agroecológicos e apicultores.



Figura 8: Fotografias do trabalho de campo em São Lourenço do Sul, RS.

Fonte: Acervo da autora (2012).

A Figura 9 mostra uma atividade de campo realizada pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) com agricultores da Cooperativa Sul Ecológica, da qual tivemos a oportunidade de participar. Cabe comentar que esta foi uma grande oportunidade de nos aproximarmos de alguns dos agricultores que faziam parte do grupo que iríamos entrevistar.



Figura 9: Fotografias de trabalho de campo em São Lourenço do Sul, RS.

Fonte: Acervo da autora (2012).

A Figura 10 retrata nosso convívio nas escolas da cidade e do interior, e explicita em certa medida a maneira e os espaços que as atividades eram desenvolvidas.



Figura 10: Fotografias de trabalho de campo em São Lourenço do Sul, RS.

Fonte: Acervo da autora (2012).

A Figura 11 demonstra a saída de campo realizada em uma propriedade rural com os alunos das duas escolas que trabalhamos. Estavam presentes na atividade, além dos alunos, professores das escolas e a coordenadora do projeto a Comida Invisível.



Figura 11: Fotografias de trabalho de campo em São Lourenço do Sul, RS.

Fonte: Acervo da autora (2012).

ARTIGO 1 - Produção agroecológica e Programa Nacional de Alimentação Escolar: um caminho para a natureza multidimensional da segurança alimentar e nutricional

Este artigo está formatado de acordo com as normas da Revista Saúde e Sociedade (1984-0470), conceito B1 (Ciências Agrárias I), as quais podem ser consultadas no Anexo B.



Produção agroecológica e Programa Nacional de Alimentação Escolar: um caminho para a natureza multidimensional da Segurança Alimentar e Nutricional⁵¹

Agro-ecological production and School Feeding National Program: a path to the multidimensional nature of food security

Shirley Grazieli Nascimento Altemburg. Mestre em Agronomia e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas. Rua General Osório, 1414, CEP 96600-000, Canguçu-RS, Brasil. shirley.altemburg@gmail.com

Nádia Velleda Caldas. Doutora em Agronomia e professora do Departamento de Ciências Sociais Agrárias e docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas, Campus Universitário, s/n, CEP. 96010-900, Pelotas-RS, Brasil. velleda.nadia@gmail.com

Resumo: O presente trabalho analisa o papel das representações sociais em torno dos alimentos produzidos por agricultores familiares nos municípios de Canguçu, Cerrito e São Lourenço do Sul, destinados à alimentação escolar. Discutimos em que medida as representações em torno da alimentação escolar por parte dos agricultores influencia na maneira de produção e, por outro lado, reflete na segurança alimentar e nutricional. É na perspectiva da construção de um novo patamar alimentar, que o poder público tem concentrado esforços em atuar no segmento de alimentação escolar em nosso país. Prova disto são as transformações recentes ocorridas na retórica e na legislação, que preconizam a reeducação alimentar nas escolas públicas brasileiras com foco no consumo de alimentos saudáveis, produzidos agroecologicamente. Realizamos pesquisa qualitativa, com entrevistas em profundidade, com vinte e três agricultores familiares, diretamente envolvidos com o PNAE. Os resultados foram processados através de análise de conteúdo. Constatamos que os agricultores familiares têm clareza da importância de produzir agroecologicamente, seja para fornecer ao PNAE ou a outro canal de comercialização. Em seus depoimentos, manifestaram suas inquietações com a despreocupação existente em torno da alimentação, principalmente em relação às crianças. As representações sociais dos agricultores em relação a um alimento saudável remetem ao não uso de agrotóxicos, ou qualquer produto que faça mal a saúde, tanto de quem consome quanto de quem produz e, que igualmente também não agrida a natureza. Nestes termos, segundo a opinião dos entrevistados, estaria garantida a segurança alimentar e nutricional tanto de quem consome quanto de quem os produz.

Palavras-chave: agricultura familiar; políticas públicas; representações sociais

Abstract: The present work analyzes the role of social representations around food produced by family farmers in the municipalities of Canguçu, Cerrito and São Lourenço do Sul, intended for school feeding. We discuss the extent to which representations around the feeding from this group influences the way of production and, on the other hand, reflects on food and nutrition security. It is in the perspective of the construction of a new feed level that the government has concentrated efforts on acting in school feeding segment in our country. Proof of this are the recent transformations occurred in rhetoric and legislation, that press for the food re-education in Brazilian public schools with a focus on healthy food consumption,

⁵¹ As autoras agradecem ao CNPq e a CAPES pela concessão da bolsa de doutorado e de Auxílio à Pesquisa, que possibilitaram a realização do estudo que fundamentou a elaboração desse artigo.

agro-ecologically produced. We conducted a qualitative research, with in-depth interviews, with twenty- three family farmers, directly involved with the School Feeding National Program. The results were processed using content analysis. We found that family farmers have clarity on the importance of producing agro-ecologically, either to provide to the School Feeding National Program or to another marketing channel. In their statements, they expressed their concerns with the existing nonchalance around feeding, especially in relation to children. Social representations of farmers in relation to a healthy food refer to the non-use of agrottoxics, or any product that is bad for health of those that consume it as well as of those who produce it, and that in the same way also do not harm nature. In these terms, according to the opinion of the respondents, it would be guaranteed food and nutrition security of both consumers and producers of it.

Keywords: family farming; public policies; social representations.

1- Introdução

Assunto amplamente debatido na atualidade a insegurança alimentar tem afetado populações em todo mundo. Além de se discutir sobre a falta de alimentos, o temor recai também sobre a qualidade do que se produz, gerando dúvidas sobre a eficiência e a qualidade dos grandes sistemas agroalimentares. Esta questão ganha mais força quando assistimos a todo o momento notícias sobre crises alimentares que afetam diversos setores da produção agrícola⁵² (CALDAS et al., 2012).

Diante deste cenário, percebe-se a crescente preocupação das pessoas pela segurança alimentar e qualidade dos produtos que consomem (BECK, 1998; DÍAZ MÉNDEZ e GÓMEZ BENITO, 2001; CALLEJO, 2005; AGUILAR CRIADO, 2007). Este fato culmina com um movimento de busca por formas tradicionais de produção que aproximam agricultor e consumidor, e remetem a construção da confiança entre ambos, o que assegura ao consumidor a qualidade dos alimentos.

Como consequência desta situação emerge um estímulo para a reconexão entre alimentação e segurança alimentar e nutricional, ou seja, começa-se a se repensar sobre o que se está comendo e quais as consequências disto. E, por esta razão, diversas iniciativas⁵³ passam a ser tomadas no sentido de se resgatar ações que remetam a esta segurança alimentar e nutricional para além dos espaços do dia a dia⁵⁴, ganhando peso inclusive na esfera pública através de mobilizações sociais que iniciaram na década de 1980. Este processo gerou um acúmulo conceitual e uma base social que culminou com a criação de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no ano de 2006 (MALUF, 2009), que visava atender às

⁵² Pode- se citar doença da vaca, louca, intoxicações por dioxinas, gripe aviária e suína, e a crise dos pepinos espanhóis.

⁵³ Sobre este assunto ler GRISA (2012).

⁵⁴ Ao nos reportarmos aos espaços do dia a dia estamos falando de pequenas ações realizadas isoladamente por consumidores e produtores para assegurar a compra e venda saudável de alimentos.

necessidades alimentares da população e atingir a autossuficiência nacional na produção de alimentos (HIRAI e SACCO DOS ANJOS, 2007).

Esta temática passou a fazer parte da pauta de prioridades em nosso país e diversos componentes começaram a ser incorporados a ela, como alude Valente (1995, p.2),

O conceito de Segurança Alimentar ampliava-se incorporando às esferas de produção agrícola e do abastecimento as dimensões do acesso aos alimentos, das carências nutricionais e da qualidade dos alimentos. Começava-se então a falar de Segurança Alimentar e Nutricional.

Na década seguinte, verifica-se que o consumo de alimentos ofertados através de políticas públicas em diversos países, como é o caso da alimentação escolar, passa a ser visto como prioridade (KENNEDY, 1996). Inicia-se o incentivo à educação alimentar para que a população reflita e incorpore formas saudáveis de alimentação.

Mesmo havendo um movimento progressivo em relação a este conceito, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso esse tema perde força, sendo resgatado com a chegada do governo Lula ao poder em 2003.

Deste modo, a segurança alimentar corresponde a um tema que conquistou grande relevância desde o final dos anos 1990 e vem suscitando um amplo debate tanto na perspectiva da atuação estatal (BELIK et al., 2001; FELICIELLO e GARCI, 1996; MALUF e VALENTE, 1996) quanto no plano estritamente acadêmico.

No primeiro caso, como consequência do surgimento de um conjunto de questões que vão desde a preocupação em torno à avaliação do impacto de políticas públicas de combate à fome e à insegurança alimentar, até discussões mais recentes que tratam da ampliação da produção de biocombustíveis e de supostas implicações sobre a oferta mundial de alimentos (GRAZIANO DA SILVA e TAVARES, 2008; HOFFMANN, 2006; FAO, 2009). No nosso caso, a ênfase está posta sobre a primeira perspectiva, especialmente a partir do surgimento de programas e políticas públicas que colocam o acesso aos alimentos, em quantidade e qualidade, culturalmente referenciados, como instrumento para a conquista da cidadania e enfrentamento das desigualdades.

Neste sentido, segurança alimentar e nutricional começam a ser entendidos como uma ferramenta para fomentar a soberania alimentar do país, com o incentivo aos mercados institucionais – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que favorecem, em grande medida, aos agricultores familiares. Além do Brasil, destacam-se no cenário internacional mobilizações ocorridas na Itália e no Japão, que preconizam a incorporação de ações de segurança alimentar via políticas públicas de caráter inovador. No Japão, o Plano Nacional de Educação Alimentar implementado em

2004, promoveu o “*Chisan-chisho*” que pode ser traduzida como o incentivo a produção local de alimentos, visando incorporar uma alimentação familiarizada das crianças com a cultura local nas escolas (OTSUKI, 2011). Já na Itália, o governo fixou por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar, orientações claras para a aquisição de produtos locais como parte do processo de criação de uma identidade local (MORGAN E SONNINO, 2008).

É na perspectiva da construção de um novo padrão alimentar, voltado ao consumo de alimentos saudáveis, produzidos localmente e com procedência conhecida, que o poder público tem concentrado esforços em atuar no segmento de alimentação escolar em nosso país. Prova disto são as transformações recentes ocorridas, no PNAE, na retórica e na legislação (OTSUKI, 2011), que preconizam a reeducação alimentar nas escolas públicas brasileiras com foco no consumo de alimentos saudáveis produzidos agroecologicamente.

No que pese a este programa, cumpre destacar que ele surgiu na década de 1950 (BELIK e CHAIM, 2009) e tinha como finalidade suprir apenas 15% das necessidades alimentares básicas das crianças durante o período escolar, perpassou pelos anos, e em 2009 sofreu significativas mudanças⁵⁵. Na atualidade, possui como meta o direito à alimentação apropriada, que atenda aos princípios nutricionais de convívio social e de respeito às culturas alimentares, deste modo, constitui uma das estratégias da vigente política de segurança alimentar e nutricional do país para combater a fome, a desnutrição e problemas relacionados às mudanças no padrão de consumo alimentar da população nas últimas décadas.

A grande novidade que traz a legislação brasileira faz alusão ao fato de que no mínimo 30% do orçamento gasto com a alimentação escolar deve ser referente à aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar⁵⁶, preferencialmente da produção orgânica e/ou agroecológica (BRASIL, 2009a). Deste modo, ela além de repercutir no destino da produção agrícola familiar, interferiu também na forma de como se deve proceder na alimentação dos estudantes. Algumas destas modificações estão contidas especialmente no inciso I do Art. 2º da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009, que estabelece:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica. (BRASIL, 2009a).

⁵⁵ No que tange as grandes mudanças sofridas pelo programa está a incorporação do caráter pedagógico que a alimentação possui dentro do processo ensino/aprendizagem (STAFANINI, 1997; BEZERRA, 2009).

⁵⁶ Para fins deste estudo, assumimos o conceito de agricultura familiar expresso por Wanderley (2001, p.23) em que a mesma considera como agricultores familiares aqueles “em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” e, além disso, utiliza os valores culturais e os saberes locais no desenvolvimento de suas atividades.

Nesta perspectiva, é fundamental ressaltar outros aspectos cruciais como o fato de que pela primeira vez a agricultura familiar é mencionada como forma social a ser privilegiada. Com efeito, no Inciso V, Art. 2º da mesma lei, consta:

o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos (BRASIL, 2009a, p.1).

No marco desta conquista, o a região sul movimenta-se de forma positiva possuindo fortes laços com a produção agrícola familiar e tem trilhado um caminho progressivo⁵⁷ em direção à sistemas saudáveis de produção.

É mister reafirmar que as organizações da agricultura familiar⁵⁸ que atuam na região de Pelotas, e que são atualmente fornecedoras de produtos para alimentação escolar, têm uma história de lutas marcada justamente pelo compromisso de contrapor-se ao padrão convencional de agricultura, altamente tributário do uso de agrotóxicos e de adubos químicos, assumindo, no limite, certos pressupostos filosóficos e ideológicos inerentes à agroecologia (BECKER, 2010). Mesmo antes da aparição da Resolução nº 38 de 16 de julho de 2009, algumas organizações sociais⁵⁹ já haviam assumido como princípio a entrega às escolas públicas diversos produtos cujos processos de elaboração seguem rigorosamente um padrão de produção identificado com os imperativos da sustentabilidade.

Compreender as representações sociais dos agricultores familiares envolvidos na dinâmica desta nova cadeia agroalimentar preconizada pelo PNAE, bem como, a filosofia⁶⁰ que rege seu trabalho, é um imperativo fundamental de nosso estudo.

Deste modo, cabe indagar quais representações sociais os agricultores possuem acerca de alimento saudável? Como estes percebem a importância de sua produção na promoção da segurança alimentar nas localidades em que operam? Qual o efetivo papel do PNAE na conformação das questões atinentes a produção de alimentos saudáveis e segurança alimentar?

Este artigo contempla, além da introdução, outras quatro seções. A primeira faz a apresentação do universo de estudo, traz os procedimentos metodológicos e o marco teórico

⁵⁷ Sobre este assunto ver Casalinho (2003).

⁵⁸ Fazemos menção às associações e cooperativas com gênese e vinculação ao CAPA, MST ou MPA, por exemplo.

⁵⁹ Como exemplo em nossa região temos as ações da Cooperativa Sul Ecológica, ARPA-SUL, COOPAR, UNAIC, dentre outras.

⁶⁰ Quando nos reportamos ao termo filosofia de trabalho estamos nos referindo ao entendimento que os agricultores possuem sobre sua produção, quais são os imperativos que os regem, ou seja, o que eles levam em consideração na hora de produzir.

que fundamenta o trabalho. A segunda propõe um diálogo entre produção agroecológica e segurança alimentar e nutricional. A terceira discute a teoria das representações sociais e seu papel no cotidiano dos agricultores familiares e a quarta e última seção traz algumas considerações a partir dos resultados do estudo.

2- Universo de estudo, procedimentos metodológicos e marco teórico da pesquisa

Este estudo tem como universo empírico três municípios que fazem parte da região sul, quais sejam, Canguçu, Cerrito e São Lourenço do Sul, tal como indica a Fig. 01. Foram entrevistados ao total, vinte e três agricultores familiares agroecologistas que residem e entregam alimentos ao PNAE.



Figura 1 - Mapa ilustrativo do Rio Grande do Sul (Brasil), destacando a localização dos municípios de Canguçu, Cerrito e São Lourenço do Sul.
Fonte: Elaboração das autoras.

Cabe destacar, que estes municípios possuem trajetórias⁶¹ diferentes no que tange ao acesso ao programa. Este fato, conforme identificamos, se deve principalmente à fatores como: a organização social para atender ao PNAE; parcerias com entidades locais; clareza sobre o funcionamento do programa e, interesse em fomentar a agricultura familiar local.

O município de São Lourenço do Sul, desde o ano de 2001, está inserido no propósito de acesso à políticas que contemplam as perspectivas do PNAE e, compra boa parte dos alimentos que irão compor a alimentação escolar da rede municipal de ensino da agricultura

⁶¹ As informações secundárias inseridas neste texto possuem como fonte entrevistas realizadas na fase exploratória da pesquisa, que deu origem ao artigo, junto aos setores de alimentação escolar dos três municípios, e participação em conferências sobre o tema.

familiar agroecológica. Opera com possui ainda uma metodologia diferencial⁶² especialmente, com relação à tratativa de compra de alimentos diretamente das famílias rurais inseridas neste processo.

O município de Cerrito tem adquirido em média 93% dos alimentos destinados a merenda escolar da agricultura familiar, entretanto, não existe a prioridade de que sejam produtos agroecológicos, embora se observe uma movimentação por parte dos gestores municipais para que isto aconteça. Outro ponto interessante neste município é que o mesmo iniciou a compra de alimentos da agricultura familiar antes mesmo da obrigatoriedade imposta pela legislação, e este feito se deu através de iniciativas do órgão público municipal em conjunto com EMATER⁶³ e os agricultores.

Canguçu, diferentemente de Cerrito e São Lourenço do Sul, tem encontrado dificuldades em atender as exigências do PNAE, conseguindo comprar apenas os 30% exigidos por lei. Dentre os fatores limitantes está o fato de haver pouca interação entre o órgão público municipal e a EMATER, assim como, falta de clareza em relação aos tramites legais para a compra de alimentos. Cabe destacar que existe um movimento de busca por cooperativas locais⁶⁴, em função de inicialmente este município ter comprado de cooperativas distantes. De todo modo, fica explícito que não há um entendimento entre as organizações da agricultura familiar local e os gestores na hora da compra de alimentos, e tampouco se tem priorizado a compra de gêneros alimentícios produzidos agroecologicamente.

A tabela 1 apresenta algumas diferenças sócio-demográficas dos três municípios, que em maior ou menor medida, podem contribuir para as dinâmicas de acesso as políticas públicas, como é o caso do PNAE.

Nos pareceu fundamental investigar três municípios representativos⁶⁵ da agricultura familiar, mas com parâmetros distintos na compra de alimentos para compor a merenda escolar, uma vez que a referida compra se configura como a mais recente estratégia a nível federal para fomentar os sistemas de produção e consumo locais.

⁶² O município de São Lourenço do Sul, assim como de Cerrito, têm primado pela aproximação entre os agricultores e o poder público, as chamadas públicas são elaboradas contemplando os produtos disponíveis pelos agricultores locais e respeitam a sazonalidade. Há também uma flexibilização nas entregas, pois alimentos podem ser substituídos e os cardápios são readaptados.

⁶³ Empresa Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul.

⁶⁴ Em entrevista com o Secretário de Educação ele mencionou o quanto tem cobrado do setor de alimentação escolar que busque as cooperativas da região para abastecer o município, mas comentou que esta tarefa não é fácil devido a falta de organização das cooperativas locais.

⁶⁵ Quando enfatizamos que estes municípios são representativos estamos nos referindo ao fato de possuírem forte laço com a agricultura familiar. Canguçu concentra o maior número de estabelecimentos familiares da região. São Lourenço possui grande percentual dos seus agricultores envolvidos com a produção agroecológica e Cerrito tem buscado através de iniciativas dos órgãos públicos locais fomentar o capital social existente entre os agricultores familiares.

Tabela 1: Índices Socioeconômicos dos municípios de Canguçu / Cerrito / São Lourenço do Sul⁶⁶

Índices Socioeconômicos	Canguçu	Cerrito	São Lourenço do Sul
IDH (2000) ^a	0,743	0,741	0,777
Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010) ^b	9,17%	12,08%	5,03%
PIB (2009) ^b	R\$ 545.155	R\$ 51.965	R\$ 528.960
PIB per capita (2009) ^b	R\$ 9.724	R\$ 7.679	R\$ 12.191
População Urbana ^c	19.696	3.747	24.234
População Rural ^c	33.572	2.657	18.880
Total População	53.268	6.404	43.114
Agricultores do município vinculados ao PNAE	65	30	80

Fonte: Elaboração das autoras a partir dos dados de: Notas: ^a Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; ^b FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser; ^c IBGE/CENSO 2010.

2.1 Procedimentos Metodológicos

Nossa imersão a campo se deu entre os meses de fevereiro e dezembro de 2012, através de visitas às propriedades dos agricultores. Neste momento foi possível conhecer a realidade destes atores, suas famílias, ouvir sobre suas perspectivas, compreender as dinâmicas que regem seu trabalho, quais as representações que constroem em torno do PNAE e da alimentação saudável e verificar o modo como os alimentos estão sendo produzidos.

Metodologicamente este trabalho ampara-se na pesquisa qualitativa por ser um tipo de pesquisa que considera o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1996).

Para a busca de informações utilizamos entrevistas em profundidade, que tiveram como base um roteiro com questões abertas e fechadas que, ao mesmo tempo em que possibilitaram a coleta de dados objetivos em relação ao público alvo da pesquisa, também serviram para apreender aspectos subjetivos expressos na fala dos entrevistados. Com relação a este aspecto, Cruz Neto (1996), afirma que através da entrevista, seja de natureza individual e/ou coletiva, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Para este autor, ela não

⁶⁶ Os dados referentes ao número de agricultores familiares envolvidos no PNAE em cada município foram coletados junto ao escritório da Emater municipal e as cooperativas que atuam em cada município investigado. O município de Cerrito conta com a cooperativa COOAFAC, em Canguçu estão envolvidas na entrega ao PNAE a CAFSUL, APISC, COOMELCA, e em São Lourenço atuam a Cooperativa Sul Ecológica e COOPAR.

significa uma conversa despretensiosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa, que vivenciaram uma determinada realidade que esta sendo focalizada.

Os dados foram processados através da análise de conteúdo, que de acordo com Bardin (2011), constitui-se em um método impar para descrever e interpretar o conteúdo de diversas classes de documentos e textos. Essa análise, que conduz descrições sistemáticas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados em um nível que ultrapassam uma leitura simples.

Frente ao aparato metodológico utilizado foi possível mergulhar no mundo das representações sociais de nossos entrevistados e entender questões aparentemente estão ocultas, porém carregadas de símbolos, como é o caso, da produção “limpa”, ou seja, sem agrotóxico. Da associação desta à segurança alimentar e quem ela atinge e qual a real importância das políticas públicas que estão para além da questão comercial e associada à valorização destes atores.

2.2 Marco Teórico

As representações sociais figuram entre as mais eficazes teorias para pensar o comportamento humano. Convém lembrar que os estudos sobre ela surgem após Durkheim ter apresentado em seus escritos o termo representações coletivas. Esta sendo entendida sociologicamente como um “artifício explanatório, irreduzível a qualquer análise posterior. Sua função teórica era semelhante ao átomo na mecânica tradicional, ou à dos genes na genética tradicional; isto é, átomos e genes eram considerados como existentes, mas ninguém se importava com sua estrutura ou com sua dinâmica interna” (MOSCOVICI, 2010, p.45). Deste modo, se compreende as dificuldades iniciais de compreender os desdobramentos que permeavam as representações, sendo necessário a partir da proposta do mesmo autor “transformar o que era visto como um conceito em fenômeno” Neste artigo consideramos que as representações versam num poderoso instrumento para dar cabo das grandes questões que conformam o problema a investigado. Concordamos com Moscovici (1979) quando este considera que a característica específica das representações sociais é a de que elas “corporificam ideias” em experiências coletivas e interações em comportamento.

Para Jodelet (1984) as representações sociais são produzidas pelas interações e comunicações no interior dos grupos sociais, refletindo a situação dos indivíduos no que diz respeito aos assuntos que são objeto do seu cotidiano, como a questão dos alimentos consumidos não somente em seus domicílios, como no âmbito das cantinas escolares que seus filhos frequentam.

Não menos importante é a posição assumida por Moscovici (2010) ao explicitar que a finalidade de todas as representações é tornar **familiar** algo **não-familiar** ou vice-versa. Neste sentido, ela pode agir como um veículo para que a sociedade possa reconhecer o valor e a importância do trabalho do agricultor, dos produtos agroecológicos e da alimentação servida nas escolas.

Nesse sentido, fazemos nossas as palavras de Moscovici (2010, p. 54) quando ele adverte:

O que eu quero dizer é que os universos consensuais são locais onde todos querem sentir-se em casa, a salvo de qualquer risco, atrito ou conflito. Tudo o que é dito ou feito ali apenas confirma as crenças e as interpretações adquiridas, corrobora, mais do que contradiz, a tradição.

Ao se pensar no papel das representações sociais para entender posições, sentimentos e ações, que se manifestam em diferentes grupos há que pensar que possuem duas funções distintas, “por um lado elas podem convencionalizar os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontra dando-lhes assim, uma forma definitiva, as localiza em uma determinada categoria e gradualmente as coloca em um modelo pré-determinado” (MOSCOVICI, 2010, p.35). Tudo que vier por conseguinte se encaixa neste modelo e sintetiza-se nele, ou, “elas podem ser prescritivas, impondo-se sobre nós com uma força irresistível. Essa força constitui a combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado” (MOSCOVICI, 2010, p.36).

Essa ideia encontra par na questão de que a maioria das nossas opiniões e sentimentos está norteada pela nossa carga social, estão ligadas as coisas e pessoas que conhecemos e com as quais interagimos.

Outrossim, como afirma Moscovici (2010, p. 40) “todas as interações humanas, surjam elas entre duas pessoas ou dois grupos, pressupõem representações. Na verdade é isto que as caracteriza”. O mesmo autor afirma que “o importante é a natureza da mudança, através da qual as representações sociais se tornam capazes de influenciar o comportamento do indivíduo participante de uma coletividade. É dessa maneira que o próprio processo coletivo penetra como fator determinante dentro do pensamento individual”.

Neste sentido, o fio que conduz as representações sociais no momento em que as mesmas expressam conhecimentos diversos, são estruturas **cognitivo-afetivas** e logo, não podem ser reduzidas apenas ao seu conteúdo **cognitivo**. A compreensão das mesmas só se dará através do contexto que as engendra e tendo como base sua funcionalidade nas interações sociais do cotidiano. Esta decisão implica na elucidação de dois aspectos que lhe são centrais: a teoria de conhecimento que lhe é subjacente e os determinantes de sua elaboração (MOSCOVICI, 2010).

Deste modo, a representação social que determinado grupo constrói sobre o que deve fazer para constituir sua rede de relações determina que se estabeleçam os mesmos objetos e procedimentos específicos para seus integrantes. Como enfatiza Sêga (2000, p. 128) “descobre-se um primeiro processo de representação social: a elaboração, por uma coletividade, sob indução social de uma tarefa que não leva em conta a ‘realidade’ do comportamento social, mas a organização do funcionamento cognitivo de grupo”.

Em última análise, segundo o mesmo autor, pode-se dizer que as representações sociais constituem uma forma de interpretar e pensar a realidade do dia a dia e oportuniza um maior conhecimento da atividade mental realizada pelas pessoas individual ou coletivamente, para enraizar seu posicionamento em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhes dizem respeito. Neste sentido, o aspecto social interfere de diversas maneiras: “pela comunicação que se estabelece entre eles, pelo quadro de apreensão que fornece sua bagagem cultural, por códigos, símbolos, valores e ideologias ligados às posições e vinculações sociais específicas” (SÊGA 2000, p. 128). É um saber prático que da vida as ações que tomamos por normais, modela as evidências da realidade consensual e contribui para a construção social da realidade.

3- Um diálogo entre produção agroecológica, segurança alimentar e políticas públicas

Muitas são as possibilidades de interface entre as três dimensões propostas para discussão nesta seção, entretanto nossa intenção é estabelecer um diálogo destes conceitos em nosso universo de estudo que tem como referência agricultores familiares agroecologistas.

Tendo como centro de discussão a agricultura familiar, cabe lembrar que recentemente esta categorial social foi posta, como protagonista⁶⁷ nos cenários em que transitam o desenvolvimento local e a segurança alimentar, sendo que diversos instrumentos de políticas públicas vêm ratificando os atributos inerentes a produção agrícola familiar, principalmente no que tange ao tema da segurança alimentar e nutricional e dos mercados institucionais (MACIEL, 2008).

A interlocução proposta recentemente por algumas políticas públicas, como é caso do PNAE, em torno da segurança alimentar associada à produção saudável de alimentos remete ao resgate das formas tradicionais de produção e ratifica a importância destes sistemas que tem em suas premissas o compromisso com cultivo de alimentos livres agrotóxicos.

⁶⁷ Mesmo reconhecendo a importância dada à agricultura familiar na atualidade pelo poder público, é necessário não fechar os olhos para a disputa que ocorre entre esta categoria e o Agronegócio na hora buscar investimentos. Sendo que, a maioria dos recursos acaba sendo destinados ao Agronegócio.

Os discursos que permeiam ações deste cunho trazem à tona, não apenas a importância dessas mudanças para garantir o acesso aos mercados por parte da agricultura familiar mas, sobretudo, visam assegurar a segurança alimentar e nutricional. O Art. 2º da Lei 11.947, inciso VI reafirma esta questão,

o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social (BRASIL, 2009a, p.1).

Ao assumir esta postura o referido programa representa a mudança de paradigma na elaboração de políticas públicas que assumem um caráter transversal e de incorporação dos pressupostos da sustentabilidade (OTSUKI, 2011), abrindo espaço para o fomento da produção agroecológica.

Diante deste cenário, evidencia-se que a produção preconizada pelo PNAE reconhece a importância dos pressupostos da Agroecologia, “à medida que incentiva um tipo de produção que faz bem ao ambiente e ao homem, rompendo com a ideia dominante de que a boa agricultura é a intensiva em capital, uso de recursos naturais não renováveis e energia” (CAPORAL e COSTABEBER, 2002, p.13).

Vista desta ótica, as políticas públicas que valorizam a produção agroecológica apresentam-se como ferramenta para o alcance de bases firmes que resultem em uma agricultura sustentável, seja em busca de práticas menos agressivas à natureza e à saúde da família agricultora ou da sociedade como um todo, ou mesmo como uma alternativa econômica, para alcançar mercados de produtos diferenciados e com melhores preços (CASALINHO, 2003).

As questões levantadas acima vão ao encontro de um tipo de produção que atenda ao conceito de segurança alimentar como o proposto na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada em 2004, na cidade de Olinda/PE,:

[...] a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2004, p. 4).

Deste modo, percebe-se que esse conceito apresenta-se de forma bastante ampla, pois, traz consigo elementos que tratam não só da disponibilidade de alimentos, mas também de sua qualidade nutritiva. Levando em conta o acesso aos mesmos, sua qualidade e suficiência, valorizando hábitos locais e adequados a cada realidade. Ou seja, a segurança alimentar e nutricional entendida como uma condição básica à cidadania.

As discussões aqui apresentadas até aqui nos permitem refletir sobre como estas questões se inserem na vida dos agricultores, qual a base para apregoar a produção saudável de alimentos, de que maneira se estabelecem as mudanças preconizadas pelas políticas públicas e como estas veiculam as mensagens para qual foram criadas, garantir segurança em sentido amplo a produtores e consumidores.

4- Representações sociais e seu papel no cotidiano dos agricultores familiares

As discussões que seguem tratam de demonstrar como os agricultores familiares estudados expressam suas representações em relação à noção de alimento saudável. Da mesma forma, apresentam-se questões atinentes aos hábitos alimentares modernos, a produção destinada ao PNAE e aos elementos que interferem na segurança alimentar de suas famílias e da sociedade. Além disto, exploram-se temas relativos à intervenção do programa nas representações que os próprios agricultores possuem acerca de si mesmos e enquanto membros de uma categoria singular na sociedade.

Como mencionamos na seção anterior, diante do cenário de insegurança alimentar que vivemos destacam-se as iniciativas que tem por finalidade incentivar à produção saudável de alimentos. Neste sentido, agricultores familiares agroecologistas assumem um papel de destaque por terem em suas mãos o compromisso com a produção de um produto livre de agrotóxicos e com alto valor nutricional que por meio de políticas públicas tornem-se acessíveis a população em geral.

Deste modo, conhecer a realidade de trabalho destes agricultores, bem como suas representações sobre o que é alimento saudável e que os motiva a produzi-lo foi o objetivo principal de nosso trabalho.

A partir do contato com a realidade constatamos o quanto os agricultores familiares têm clareza da importância de se produzir agroecologicamente, seja para fornecer ao PNAE ou a outro canal de comercialização. Isto demonstra como a produção saudável de alimentos está construída nas representações destes agricultores e representa uma opção de vida. O quadro 1 faz um recorte dos depoimentos dos agricultores entrevistados que expressam esta questão.

Quadro 1 - Razões que levaram os agricultores a optarem pela produção saudável de alimentos.

Excerto do relato	Identificação
[...] a gente começava a produzir devagarzinho, perdia muito mas, mesmo assim a gente persistiu, não queria voltar, e a nossa opção naquela época era, ou tu planta fumo ou tu parte para uma nova produção... E eu já plantei fumo quando solteira. Quando eu tava plantando fumo não achava ruim, mas hoje eu não quero voltar mais de jeito nenhum porque aquilo é uma vida bem escrava. Meus pais eram agricultores. A família toda, historicamente de agricultores. Eu gosto muito de trabalhar com a terra. Pra mim é uma coisa que eu não abro mão, produzir sem agrotóxico, quer dizer, eu faço um monte de coisas além de ser agricultor, mas se eu tiver que abrir mão da minha propriedade eu desisto de tudo, eu não abro mão disso.	Agricultora A, São Lourenço do Sul, 49 anos. Agricultor B, Canguçu, 49 anos.
A produção de orgânicos começou muito devagar, isso foi uma coisa que começou assim, se tinha alguma produção, não tinha pra quem vender e apodrecia no galpão, deu uns desânimos às vezes, e aos poucos ia e parava. Ai a gente começou a gostar do serviço também, era uma coisa mais saudável. Hoje eu digo que é tipo de produção que não faz mal ao próximo e faz bem a quem ta fazendo, e não faz mal a propriedade do lado. Aquela pode te fazer mal, menos tu pra ela”.	Agricultor D, São Lourenço, 58 anos.

Fonte: Elaboração das autoras a partir dos dados de campo (2012).

O quadro abaixo apresenta os principais sinônimos associados a alimento saudável durante as entrevistas. Vale destacar que as representações sociais dos agricultores em relação a um alimento saudável remetem ao não uso de agrotóxicos, sem qualquer produto que faça mal a saúde, dos consumidores e agricultores e, que igualmente também não agrida a natureza. Nestes termos, segundo a opinião dos entrevistados, estaria garantida a segurança alimentar tanto de quem consome quanto de quem os produz.

Quadro 2: Termos utilizados pelos agricultores entrevistados para designar um alimento saudável.

Termo	Designações
Alimento saudável	Sem produto químico Que alimento de fato Natural Plantado localmente

Fonte: Elaboração das autoras

Os dados apresentados sobre alimento saudável encontram par na concepção de trabalho de quem produz agroecologicamente, pois a sustentabilidade socioambiental é uma premissa básica deste tipo de produção que atrela à venda de alimentos a segurança alimentar e nutricional de quem consome e produz.

As representações expressas nos depoimentos de todos os atores entrevistados, remetem a ideia de que se é bom para “eu” consumir é bom para os outros também. Este sentimento é

resultado da rede de confiança que os agricultores agroecologistas procuram estabelecer com os consumidores de seus produtos⁶⁸.

Outro dado relatado em seus depoimentos foi a inquietação com a despreocupação existente atualmente em torno da alimentação, principalmente em relação às crianças. Segundo os entrevistados as mesmas comem qualquer coisa sem saber o que estão comendo e qual o efeito disto para suas vidas. O depoimento que segue retrata de forma incisa essa preocupação.

[...] Não é raro a gente ouvir dizer. Ah, tem que comer esses troços aqui com herbicida, com veneno porque mata os vermes. É, eles sabem que mata os vermes, mas ele pode ser um verme também, logo ali vai ser ele. Ninguém vai sobrar na vida [...] (Agricultor D, São Lourenço, 58 anos).

Esta questão reforça as representações sociais dos agricultores sobre a emergência do incentivo a sistemas de produção que garantam a segurança alimentar da população, como é o caso do PNAE, que conecta a esfera da produção à do consumo e ainda serve como instrumento para disseminar o tema da alimentação saudável.

Para os entrevistados, os consumidores pouco sabem sobre a procedência dos alimentos e o teor nutricional dos mesmos, sendo muitas vezes enganados na hora de adquirir tais produtos: *“É, infelizmente, hoje em dia, 90% do que nós estamos consumindo não é mais saudável, a maioria vem tudo com defensivos. Dizem defensivos, mas a maioria é veneno direto. [...] Vai venen⁶⁹... não dizem que é veneno, é defensivo”* (Agricultor H, Cerrito, 68 anos).

No rol destas discussões aflora outra questão que diz respeito à construção da despreocupação com relação à alimentação, pois segundo nossos entrevistados, representações como esta se constroem em casa com o que é passado pelos pais e se confirmam na escola através do que não é apreendido, a educação alimentar. As crianças se acostumam a fazer refeições apenas com comidas processadas, desconhecem o tempo dos alimentos⁷⁰ e o verdadeiro sabor que tem um alimento *in natura*: o relato de um entrevistado explicita esta visão,

Imagino eu que a maior parte seja assim, na correria do dia a dia e é ali que muitas vezes entra o problema dos sabores artificiais, que num primeiro momento ele é bom é prático, é ligeiro de se fazer uma comida, não é tão ruim assim, mas pra saúde ele é danoso e muito dessa cultura se leva de casa pra escola (Agricultor E, São Lourenço do Sul, 28 anos).

Nesta conjuntura, fica evidente o quanto precisa-se avançar sobre os temas que envolvem segurança alimentar. As construções dos entrevistados em torno da produção de alimentos saudáveis demonstram que o PNAE está para além de uma oportunidade de mercado, mas sim

⁶⁸ Sobre este tema ler Radomsky (2006).

⁶⁹ Mantivemos a expressão do agricultor que não completa a palavra, pois ele quer se referir ao fato das pessoas estarem sendo enganadas.

⁷⁰ Quando nos referimos ao tempo dos alimentos estamos fazendo alusão à sazonalidade.

como uma ponte para interligar a valorização dos produtos locais com a construção da soberania alimentar.

Quando perguntados sobre o fato das crianças receberem durante o período escolar uma alimentação diferenciada, elaborada com produtos da agricultura familiar, os agricultores demonstraram estarem satisfeitos com esta situação, pois de alguma forma está se rompendo com o imperialismo do consumo de alimentos supérfluos pelas crianças. O quadro 3 apresenta as representações dos agricultores em relação a este fato.

Quadro 3 - Opinião dos entrevistados sobre o fato das crianças receberem alimentos produzidos pela agricultura familiar na escola.

Excerto do relato	Identificação
Eu acho muito mais saudável que ver as crianças, que eu vejo nesses armazenzinhos pequenos aí na hora do recreio, vão com 5 pila lá vem trazendo coisa. Hoje em dia a maioria dos produtos que eles estão comprando é salgadinho e coisas que tem supérfluo, coisas que tem no meio é.. corante, e essas coisas que não é saudável, artificial. Isso aí é um baita erro, eu quero ver daí a trinta, quarenta anos não têm perigo de estar vivo.	Agricultor F, Cerrito, 38 anos.
E a criança que comer já sabe que é alimento colhido daqui. Ah de onde é que vocês estão comendo isso aqui??? Ah não sei de onde vem? Desses mercados?? Agora não, agora tá sendo daqui.	Agricultor G, Cerrito, 68 anos.
Porque eles recebem produtos de época, não produto resfriado ou de câmara fria. Essa é uma das maiores importâncias que eu vejo. E outra coisa é o produto fresquinho que nós entregamos. Então eles estão recebendo um produto de qualidade.	Agricultora A, São Lourenço do Sul, 49 anos.
Eu acho que é importante sobre vários aspectos assim, primeiro ele vai tá recebendo um alimento que tem origem na sua comunidade, portanto é conhecido. Provavelmente ele vai consumir alimentos que sai da casa deles, junto com outros colegas da escola. Então, isso é importante né do ponto de vista de qualidade e dessa coisa da degradação com a viagem, questão do favorecimento pra economia local, fortalecimento pra agricultura familiar local, garantindo renda pra mais famílias no campo, então por isso tudo além da questão de que se tu produzir um produto orgânico é incomparável a diferença disso na alimentação.	Agricultor B, Canguçu, 49 anos.

Fonte: Elaboração das autoras a partir dos dados de campo (2012).

As falas citadas expressam o quanto o movimento proposto por políticas públicas como o PNAE reflete na vida dos agricultores familiares, particularmente em relação as representações sociais sobre a valorização de seu trabalho, o respeito destes agricultores diante da sociedade, quando se enfatiza que a segurança alimentar da população está atrelada à produção dos gêneros alimentícios produzidos por esta categoria social.

Outra importante questão que observamos com este trabalho é que a maneira de produzir dos agricultores não se modifica em razão de sua produção ser destinada às crianças nas escolas,

continua sendo realizada como se fosse para o próprio consumo. Esta é uma característica comum entre agricultores agroecológicos em razão da maneira com que trabalham⁷¹.

Detectamos também que o fato de terem acesso a um mercado seguro os incentiva e estimula a produzir mais e assim terem a perspectiva de aumentar suas rendas, garantindo a própria manutenção familiar e da propriedade, além de valorizar e contribuir para a sua reprodução social.

O quadro 4 demonstra como a lógica familiar de organização do trabalho não muda com o acesso destes agricultores ao programa de alimentação escolar, ao contrário, só reforça seus sistemas de produção ao passo que significa uma garantia de acesso seguro aos mercados locais.

Quadro 4 – Opiniões dos entrevistados em relação ao fato do acesso aos mercados institucionais influenciar na sua forma de produzir.

Excerto do relato	Identificação
[...] é do mesmo jeito que a gente já plantava pro nosso gasto.	Agricultora I, Cerrito, 57 anos.
[...] Claro porque é uma alimentação boa, em tudo, então se eu planto, sabendo certo que eles vão comprar de mim, aí me influencia mais a plantar um pouco mais, né? Que dê pra eu vender também pra eu compensar o meu serviço que eu to trabalhando não é só pra comer tudo aqui em casa, então que saia pra escola também pra comer, isso já fica... a gente fica com mais vontade de plantar uma coisa assim.	Agricultor J, Cerrito, 67 anos..
Porque às vezes o pessoal reclamava que não adianta a gente plantá se não tem pra quem vender, e tendo o negócio da merenda escolar, a gente planta sabendo que tem aonde colocar aquele produto.	Agricultora L, Cerrito, 62 anos.
Assim a gente tem a chance de fazer mais alguma coisa e de produzir mais, se tu não sabe quanto tu vai vender, como tu vai produzir?	Agricultora M, São Lourenço do Sul, 37 anos.
[...] é a gente vê com outros olhos, olhos de a gente ganhar uns trocos pra gente sobreviver. e que tá fazendo o bem pros alunos nas escolas [..]	Agricultor N, Canguçu, 47 anos.

Fonte: Elaboração das autoras a partir dos dados de campo (2012).

Diante do exposto percebe-se que os agricultores familiares estudados têm claro os princípios que regem seu trabalho, bem como, do relevante desempenho que possuem junto a sociedade no que concerne a garantir a produção de alimentos de forma segura. Mais expressivo torna-se este papel para eles ao saberem que seus produtos, por força do PNAE, são entregues nas escolas locais. Neste grupo, as representações sociais sobre alimento seguro e qualidade alimentar não sofrem influência da agricultura moderna, o que estes compreendem é a importância do resgate do conhecimento dos sistemas produtivos e a utilização de práticas tecnológicas que não agredam o ambiente e o homem expressando os valores de cada agricultor no que faz.

⁷¹ À propósito ver Altemburg (2011); Lovatto,(2007).

Este fato reflete diretamente nas iniciativas em imprimir uma nova dinâmica alimentar na atualidade, principalmente entre as crianças e jovens em idade escolar. Deste modo, a efetivação de uma política pública específica que atua simultaneamente no âmbito da produção e do consumo de alimentos saudáveis, tem-se mostrado capaz de gerar novas expectativas entre os agricultores familiares, fato constatado com nossos entrevistados. Assim sendo, o novo padrão alimentar almejado parece-nos em condições de ser efetivamente alcançado à medida que se reforcem os elos entre os principais atores sociais envolvidos, atuando, sobretudo, na forma como estes se enxergam perante a sociedade.

5- Considerações finais

Identificamos neste estudo que, para o grupo de agricultores investigados, as representações sociais sobre alimento saudável estão associadas aos alimentos produzidos sem o uso agrotóxicos e respeito aos ciclos da natureza. Deste modo, não há prejuízos ao ambiente e a saúde, tanto na esfera da produção quanto do consumo.

Por meio das reflexões propostas neste artigo torna-se evidente que a agricultura familiar agroecológica possui papel fundamental na concretização de formas sustentáveis de produção. Este fato é resultado das representações sociais que possuem os agricultores familiares agroecologistas sobre a importância da qualidade de seu trabalho, do valor dos alimentos produzidos, do respeito ao ambiente e também do respeito aos consumidores de seus produtos. Como mostraram os resultados o que rege este tipo de produção não é o acesso aos mercados, embora sejam essenciais para a manutenção das famílias agricultoras, e sim o compromisso social que estes atores assumem para si.

Evidencia-se que as reformulações ocorridas no PNAE compactuaram para desencadear a promoção da segurança alimentar nos municípios estudados, pois estimularam a valorização da agricultura familiar agroecológica em esfera municipal, dando inclusive maior visibilidade a este tipo de produção em um coletivo que anteriormente não a acessavam, como é precisamente o caso dos alunos de escolas públicas.

Ainda é preciso avançar na consolidação deste programa dentro das próprias escolas, pois segundo o que averiguamos, estas representam o ponto frágil desta nova cadeia agroalimentar.

6 - Referências

AGUILAR CRIADO, E. Productos locales, mercados globales. nuevas estrategias de desarrollo en el mundo rural. In: garcía docampo, m. (ed.), **Perspectivas teóricas en desarrollo local**. La Coruña: netbiblo, p. 147-169. 2007.

ALTEMBURG, S. G. N. **A Percepção Ambiental dos Agricultores vinculados a uma Rede de Referência em agricultura familiar: Uma análise sobre as práticas Agroecológicas e a Qualidade de Vida**. 128f, 2011. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola

Familiar), Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011. ARENDT, H. **Men in Dark Times**. Londres: Jonathon Cape, 1970.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BECK, U. **¿Qué es la globalización?: falacias del globalismo, respuestas a la globalización**, Barcelona, Paidós Ibérica. 1998.

BECKER, C. **Mercados Institucionais e Agricultura Familiar: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em municípios do território Zona Sul do Rio Grande do Sul**. 129f. 2010. (Dissertação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar) - Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

BELIK, W.; SOUZA, L. R. Algumas reflexões sobre os programas de alimentação escolar na América Latina. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 33, 2009, p. 103-122.

BELIK, W.; SILVA, J. G.; TAKAGI, M. Políticas de combate à fome no Brasil. **Revista São Paulo em Perspectiva**, Fundação Seade - São Paulo, vol. 15, n. 4, 2001, p. 119-129.

BELIK, W.; CHAIM, N. A. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**. Campinas. v. 5, n. 22, 2009, p 595-607.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil, **Lei Nº 11.947**, de 16 de junho de 2009, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>. Acesso em Junho 2011.

BRASIL, Ministério da Educação, **Resolução/CD/FNDE Nº 38**, de 16 de julho de 2009, Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/areas/gapp/arquivos/res_alimentacao_escolar.pdf>. Acesso em Junho 2011.

CALDAS, N. V.; SACCO DOS ANJOS, F.; BEZERRA, A. J. A.; CRIADO, E. A. Certificação de Produtos Orgânicos: obstáculos à implantação de um sistema participativo de garantia na Andaluzia, Espanha. **Revista RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 50, Nº 3, p. 455-472, Jul/Set – Impressa em Setembro de 2012.

CALLEJO, J. Modos de consumo y sociedad del riesgo. **Revista Internacional de Sociología** (RIS), Tercera Época, nº 40, p. 133-157. 2005.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. **Agroecologia. Enfoque científico e estratégico**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.2, abr./junh. 2002.

CASALINHO, H. D. **Qualidade do Solo como Indicador de Sustentabilidade em Agroecossistemas**. 193f. 2003. Tese (Doutorado em Agronomia) – Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2003.

CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR. **Documento de Referência da II conferência de Segurança Alimentar e Nutricional**: “Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional”, Brasília, 2004. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/consea>. Acesso em julho de 2011.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1996. p.51-65.

DÍAZ MÉNDEZ, C.; GÓMEZ BENITO, C. Del consumo alimentario a la sociología de la alimentación. In: **Distribución y Consumo**, n. 60, p. 5-23. 2007.

FELICIELLO, D.; GARCIA, R. W. D. Cidadania e Solidariedade: as Ações Contra a Miséria. In: GALEAZZI, M. A. (org). **Segurança Alimentar e Cidadania; as Contribuições das Universidades Paulistas**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 352 p., 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J.; TAVARES, L. **Segurança alimentar e a alta dos preços dos alimentos**: oportunidades e desafios, Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 15(1): 62-75, 2008.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. 281 f. 2012. (Tese em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro. 2012.

HIRAI, W. G., SACCO DOS ANJOS, F. Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Nº 8, ano VI, dezembro de 2007.

JODELET, D. La representación social: fenómenos, conceptos y teoría. In: Moscovici, S. **Psicología social II. Pensamiento y vida social. Psicología social y problemas sociales**. Barcelona-Buenos Aires-México: Paidós. 1984.

KENNEDY, E. Healthy meals, healthy food choices, healthy children:USDA's Team Nutrition. **Preventive Medicine**, 25, p.56-60.

LAMARCHE, H. (Coord.) **A Agricultura Familiar. Comparação Internacional - Uma Realidade Multiforme**. (Trad. de TIJIWA, A.) Coleção Repertórios Campinas: Ed. UNICAMP, 1993. 336 p.

LOVATTO, P. B. **A percepção de agricultores familiares acerca da preservação e utilização de recursos naturais em propriedades rurais do município de Santa Cruz do Sul, RS, Brasil**. 2007. 262f. (Dissertação em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2007.

MACIEL, L.R. **Mercado institucional de alimentos: potencialidades e limites para a agricultura familiar**. 115f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) Programa de Pós-Graduação em Agronegócios. Faculdade de Brasília, Brasília, 2008.

MALUF, R. S. J. **Segurança Alimentar e Nutricional: Conceitos fundamentais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007. 174 p.

MALUF, R. S; MENEZES, F.; VALENTE, F.L. Contribuição ao tema Segurança Alimentar no Brasil. **Revista Cadernos em Debate**. NEPA, UNICAMP, 1966, p. 66-88.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 7-29.

MORGAN, K.; SONNINO, R. The School Food Revolution: Public Food and the Challenge of Sustainable Development. **Journal of Organic Systems**, Vol.3 n.2, 2008. London, 240 p.

MOSCOVICI, S. **El psicoanálisis, su imagen y su público**. Buenos Aires: Editorial Huemul, 1979.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais. Investigações em psicologia social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

OTSUKI, K. Sustainable partnerships for a green economy: A case study of public procurement for home-grown school feeding. **Natural Resources Forum**, v.35, p.213-222, 2011.

RADOMSKY, G. F. W. Práticas de certificação participativa na agricultura ecológica: rede, selos e processos de inovação. **Revista IDEas**, v. 3, n. 1, jan./jun, 2009. p. 133-164.

RADOMSKY, G. F. W. As redes sociais da economia local: um estudo de caso na Serra Gaucha. **Perspectiva Econômica** (São Leopoldo. Online), v. 2, 2006. p. 75-107,

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2. ed., 2009. 258 p.

SÊGA, R. A. O conceito de Representações Sociais nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. **Revista Anos 90**. Porto Alegre. N° 13, Julho de 2000. p. 128-133.
<http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/13/13art8.pdf>, acesso em 20/04/2013.

VALENTE, F. L. S. **A evolução, conceito e o quadro da segurança alimentar dos anos 90 no mundo e no Brasil**. Disponível em: <www.sept.pr.gov.br/conselhos/consea/artigos>. Acesso em: 4 abr. 2006.

WANDERLEY, M N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 21-55.

ARTIGO 2 - Exercitando a cidadania: Uma análise do PNAE como um instrumento promotor de inclusão social de agricultores familiares no sul gaúcho

Este artigo está formatado de acordo com as normas da Revista Antropolítica (ISSN: 1414-7378), conceito B2 (Ciências Agrárias I), as quais podem ser consultadas no Anexo C.

ANTROPOLÍTICA

Exercitando a cidadania: Uma análise do PNAE como um instrumento promotor de inclusão social de agricultores familiares no sul gaúcho⁷²

ALTEMBURG, S. N.

CALDAS, N.V.

Resumo

O artigo discute qual papel assume o PNAE na construção de uma participação cidadã por parte dos agricultores familiares que o acessam. Realizamos uma pesquisa qualitativa nos municípios de Canguçu, Cerrito e São Lourenço do Sul, no sul do Brasil. Foram realizadas 28 entrevistas, sendo 23 com agricultores familiares e 5 com gestores municipais. Os dados obtidos foram processados seguindo metodologia de análise de conteúdo. Os dados demonstram que nos municípios em que a gestão municipal está de fato incorporando as premissas do programa há um movimento positivo em torno da participação cidadã e emancipação dos agricultores, enquanto onde não há entendimento sobre a importância do programa e clareza de como opera-lo forma-se uma barreira para participação dos agricultores.

Palavras chave: políticas públicas; capital social; representações sociais.

Exercising Citizenship: an analysis of the School Feeding National Program as an instrument that promotes social inclusion of family farmers in Gaúcho south

Abstract

The article discusses what role assumes the School Feeding National Program in the building of a citizen participation by family farmers that access it. We conducted a qualitative research in the municipalities of Canguçu, Cerrito and São Lourenço do Sul, in southern Brazil. Were conducted 33 interviews, being 28 with family farmers and 5 with municipal managers. The data were processed following the methodology of content analysis. The informations show that in the municipalities where municipal management is actually incorporating the premises of the program there is a positive movement around citizen participation and emancipation of the farmers, while where there is no understanding about the importance of the program and clarity on how to operate it is formed a barrier to participation of the farmers .

Keywords: public policies; social capital; social representations.

⁷² As autoras agradecem ao CNPq e a CAPES pela concessão da bolsa de doutorado e de Auxílio à Pesquisa, que possibilitaram a realização do estudo que fundamentou a elaboração desse artigo.

Introdução

O início do novo século coincide, no Brasil, com um período de metamorfoses no meio rural. Nesta perspectiva, vemos que a própria definição de desenvolvimento⁷³ passa a incorporar as dimensões de território⁷⁴, liberdade, dando ênfase, especialmente, ao papel que o local assume neste processo.

Para Campanhola e Graziano da Silva (2000) o *local*, tem respaldo no processo de desenvolvimento porque é nele que as pessoas constituem relações, onde as instituições públicas e locais atuam para regular a sociedade conformando o espaço de encontro de relações de mercado e formas de regulação social determinando, deste modo, configurações distintas de organização e produção de diferentes habilidades inovadoras, tanto para produtos como para processos.

Neste sentido, a agricultura familiar agroecológica⁷⁵, passa a receber particular atenção neste processo e, de maneira especial, nas políticas públicas. Nesta perspectiva, podemos citar as recentes transformações ocorridas no Programa Nacional de Alimentação Escolar com a incorporação da Lei 11.947/2009, que ao preconizar a garantia de uma alimentação saudável para as crianças no período escolar também prioriza a compra de alimentos da agricultura familiar. As diretrizes desta Lei são apresentadas no inciso I do Art. 2º da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009:

o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica. (BRASIL, 2009).

⁷³ Cumpre destacar a obra Amartya Sen (2000), e os estudos de Ricardo Abramovay (2000), além de outros trabalhos que tratam desta temática e que ganham destaque no início deste novo século.

⁷⁴ Abramovay (2001, p. 1), alerta que “a ideia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico”.

⁷⁵ Utilizamos o termo “produtos agroecológicos”, por entender que esta inclui a dimensão ética, política, cultural, social, econômica e ambiental. Nesta perspectiva valemo-nos do conceito apresentado por Caporal e Costabeber (2004) o qual compreende a Agroecologia como uma nova ciência que transpõe as correntes teóricas convencionais, sendo construída a partir do pensamento social alternativo e em elementos absorvidos de diferentes ciências, formando um conjunto de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, respaldando as iniciativas à transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e da agricultura convencional para modos de desenvolvimento rural e práticas de agriculturas sustentáveis.

e no Art. 20 da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 encontramos indicada a prioridade atribuída aos alimentos orgânicos e/ou agroecológicos.

Os produtos da Agricultura Familiar e dos Empreendedores Familiares Rurais a serem fornecidos para Alimentação Escolar serão gêneros alimentícios, priorizando, sempre que possível, os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos. (BRASIL, 2009).

Deste modo, percebe-se que as políticas públicas vêm se reestruturando de forma a proporcionar a descentralização da gestão, incorporando as dinâmicas sociais que conformam os territórios. Nesta seara de mudanças, também se busca através de ditas políticas, promover a atuação da agricultura familiar como uma categoria social capaz de incorporar as recentes transformações por que vem passando as dinâmicas socioprodutivas no meio rural. Podemos observar o resgate das formas tradicionais de produção que visam valorizar os saberes tácitos e uni-los as características intrínsecas ao território. O que se busca com estas políticas é afirmação da autonomia dos agricultores, o resgate de sua autoestima e, especialmente, o acesso aos mercados locais (ANDERSSON et al, 2011).

Através de ações deste cunho busca-se, mesmo que de forma ainda tímida, uma emancipação por parte dos agricultores para que os mesmos consigam fortalecer seus laços fracos (GRANOVETTER, 1973) e expandir suas liberdades substantivas (SEN, 2000) e, deste modo, impulsionar o desenvolvimento local. Dizemos isto porque para o mesmo autor, a liberdade é central no processo de desenvolvimento, sua maior contribuição é mostrar que este desenvolvimento está essencialmente ligado às oportunidades que ele oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania⁷⁶. E isso inclui não apenas a garantia dos direitos sociais básicos, como saúde e educação, como também segurança, liberdade, habitação e cultura, bem como a capacidade de fazer escolhas.

Nesta perspectiva, o homem aparece como um ser ativo e não passivo na sociedade, como uma pessoa que age e causa transformações e cujas realizações podem ser avaliadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, indiferente de a avaliarmos ou não também segundo algum critério externo (SEN, 2000).

⁷⁶ Na atualidade, percebemos o quanto se fala em cidadania, no entanto, ao mesmo passo que este fato representa algo positivo, também banaliza o termo, dando a ele muitas vezes um sentido diferente do que possui ou deveria possuir. Face à velocidade e voracidade das várias apropriações dessa noção, é necessário delimitar a qual conceito de cidadania estamos nos reportando. Neste sentido, concordamos com Dagnino (1994, p. 103), quando ela enfatiza que a cidadania “organiza uma estratégia de construção democrática, de transformação social, que afirma um nexo constitutivo entre as dimensões da cultura e da política. Incorporando características da sociedade contemporânea, como o papel das subjetividades, a emergência de sujeitos sociais de novo tipo e de direitos de novo tipo, a ampliação do espaço da política, essa é uma estratégia que reconhece e enfatiza o caráter intrínseco e constitutivo da transformação cultural para a construção democrática”.

No contexto investigado as organizações⁷⁷ da agricultura familiar, que são atualmente fornecedoras de produtos para alimentação escolar, têm uma história de lutas e expansão de liberdade marcada justamente pelo compromisso de contrapor-se ao padrão convencional de agricultura, altamente tributário do uso de agrotóxicos e de adubos químicos, assumindo, no limite, certos pressupostos filosóficos e ideológicos inerentes à agroecologia (Becker, 2010). Mesmo antes da aparição da Resolução nº 38, algumas organizações sociais já haviam assumido como princípio o fornecimento aos consumidores deste mercado institucional – as escolas públicas – diversos artigos cujos processos de elaboração seguem rigorosamente um padrão de produção identificado com os imperativos da sustentabilidade em suas múltiplas dimensões.

Ainda assim, cabe destacar que nem sempre estas ações se concretizam em razão de haver um distanciamento entre o que expressam as leis e as representações dos atores sociais responsáveis por torna-las exequíveis, neste caso, os gestores locais e os agricultores familiares envolvidos no PNAE.

Deste modo, o objetivo do presente artigo está centrado em analisar que representações sociais possuem os agricultores em relação à participação cidadã preconizada pelo PNAE e como esta reflete na articulação entre os distintos grupos na gestão local nos municípios de Canguçu, Cerrito e São Lourenço do Sul (RS/Brasil). Portanto, discutiremos como estas representações motivam ou inibem a participação destes agricultores no processo de gestão local.

Concretamente cabe indagar: a partir das representações sociais que possuem, como os agricultores buscam desenvolver uma participação cidadã nos processos que cercam o PNAE nos municípios estudados? De que maneira a gestão pública municipal possibilita que esta participação aconteça, e qual sua relevância na perspectiva da gestão local? Qual o papel atribuído ao PNAE na construção dessa participação?

Além dessa introdução, o artigo contempla outras quatro seções. A primeira delas apresenta o universo de estudo, os procedimentos metodológicos e o marco teórico da pesquisa, a segunda discute os resultados do trabalho sob a luz da teoria geral das representações sociais e, a terceira e última seção apresenta algumas considerações.

⁷⁷ Fazemos menção às associações e cooperativas com gênese e vinculação ao CAPA, MST ou MPA, por exemplo.

2-Universo de estudo, procedimentos metodológicos e marco teórico da pesquisa

O universo empírico que serviu de base para elaboração deste artigo é representado pelos municípios Canguçu, Cerrito e São Lourenço do Sul, que fazem parte da região sul do Rio Grande do Sul (Fig. 1). Foram entrevistados no total, vinte e três agricultores familiares e cinco representantes do poder público municipal envolvidos com o PNAE.



Figura 1 - Mapa ilustrativo do Rio Grande do Sul (Brasil), destacando a localização dos municípios de Canguçu, Cerrito e São Lourenço do Sul.

Fonte: Elaboração dos autores.

Nosso interesse em trabalhar com este recorte espacial foi motivado pelo fato dos mesmos possuírem trajetórias⁷⁸ diferentes no que tange ao acesso ao PNAE. Isto se deve principalmente à fatores como: a organização; tamanho dos municípios; parcerias com entidades locais; clareza sobre o funcionamento do programa; e, interesse em fomentar a agricultura familiar local.

O município de São Lourenço do Sul, desde o ano de 2001, está inserido no propósito de acesso a políticas que contemplam as perspectivas do PNAE comprando boa parte dos alimentos que irá compor a alimentação escolar municipal da agricultura familiar

⁷⁸ Os relatos inseridos no texto sobre acesso ao PNAE nos três municípios possuem como fonte, entrevistas realizadas por mim, com os setores de alimentação escolar dos três municípios nos meses de julho e agosto de 2011 e a participação em conferências sobre o tema.

agroecológica, possuindo ainda, uma metodologia diferenciada⁷⁹ na tratativa de compra de alimentos diretamente das famílias rurais.

Cerrito tem adquirido em média 93% dos alimentos destinados à merenda escolar da agricultura familiar, porém não tem como prioridade que sejam oriundos da agricultura de base ecológica, muito embora exista uma movimentação⁸⁰ por parte dos gestores municipais para que isto ocorra. Outro aspecto importante a ser destacado reside em que a compra de alimentos da agricultura familiar iniciou-se antes mesmo da obrigatoriedade imposta pela legislação, através de iniciativas do órgão público municipal em conjunto com EMATER⁸¹ e os agricultores.

Diferentemente dos outros municípios, Canguçu vem encontrando dificuldades em atender as exigências do PNAE, conseguindo comprar apenas os 30% exigidos por lei, e para tal tem recorrido a cooperativas de outras regiões. Dentre os fatores limitantes está o fato de haver pouca interação entre o órgão público municipal e EMATER e falta de clareza em relação aos trâmites legais para a compra de alimentos oriundos da agricultura familiar.

Mesmo assim, fomos informados que existe um movimento de busca por cooperativas locais, em função de inicialmente este município ter comprado de cooperativas distantes. De todo modo, fica explícito que não há ainda um entendimento entre a agricultura familiar e os gestores locais na hora da compra de alimentos, e tampouco se tem priorizado a compra de gêneros alimentícios produzidos agroecologicamente.

Diante do histórico encontrado nas pesquisas exploratórias nos pareceu fundamental, investigar três municípios representativos⁸² para a agricultura familiar, mas com parâmetros distintos na compra de alimentos para compor a merenda escolar, uma vez que a referida compra se configura como a mais recente estratégia a nível federal para fomentar os sistemas de produção e consumo locais.

2.1 Procedimentos Metodológicos

⁷⁹ As nutricionistas, antes de estabelecerem os cardápios, verificam junto aos agricultores quais produtos poderão ser entregues e em que quantidade.

⁸⁰ A gestão municipal em conjunto com a Emater está fomentando a produção agroecológica no município.

⁸¹ Empresa Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul.

⁸² Quando enfatizamos que estes municípios são representativos estamos nos referindo ao fato de possuírem forte laço com a agricultura familiar. Canguçu concentra o maior número de estabelecimentos familiares da região. São Lourenço do Sul possui grande percentual dos seus agricultores envolvidos com a produção de base ecológica e Cerrito tem buscado, através de iniciativas dos órgãos públicos locais, fomentar o capital social existente entre os agricultores familiares.

O trabalho de campo que deu suporte a este artigo iniciou no mês de fevereiro de 2012 e se estendeu a dezembro de 2012, através de visitas as propriedades dos agricultores familiares, onde entrevistamos sempre que possível, os responsáveis pela produção (marido, esposa, filhos). Durante as entrevistas podemos conhecer um pouco a dinâmica das propriedades rurais, bem como, entender a rotina dos agricultores. As entrevistas foram realizadas ao ar livre e com explicações no entorno das lavouras. Percebemos que deste modo ficávamos mais próximos dos entrevistados deixando-os mais a vontade. Assim sendo, foi possível conhecer a realidade destes agricultores, de suas famílias, ouvir sobre suas perspectivas, compreender as dinâmicas que regem seu trabalho e verificar o modo como os alimentos estão sendo produzidos.

Como nossa proposta é compreender como se dá ou não a participação cidadã por conta do acesso ao PNAE também entrevistamos representantes do poder público municipal, as nutricionistas dos três municípios, secretários de educação e vice-prefeito.

Metodologicamente este trabalho ampara-se na pesquisa qualitativa por ser um tipo de pesquisa que considera o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1995).

Convém lembrar que o termo pesquisa qualitativa traz consigo diferentes sentidos no que tange a sua utilização nas ciências sociais. Abarcam um conjunto de distintas técnicas interpretativas, as quais vislumbram descrever e codificar os objetos que pertencem a uma complexidade de significados.

Para a coleta de dados utilizamos entrevistas em profundidade que tiveram como base um roteiro composto por questões abertas e fechadas. Com relação a este aspecto, Cruz Neto (1996), afirma que através da entrevista, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Para este autor, ela não significa uma conversa despretensiosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa, que vivenciaram uma determinada realidade que está sendo focalizada.

O tratamento dos dados se deu através de análise de conteúdo, por ir além da simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias. Destarte, como explicita Bardin (2011, p. 15), a análise de conteúdo “é um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante

aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. Dentre os domínios possíveis desta análise fizemos uso do código linguístico que tem suporte oral, como é o caso de entrevistas e grupos focais, procedendo com análise temática, sequencial e de oposições.

De posse do referido instrumental foi possível imergir no mundo das representações sociais e compreender questões que aparentemente estão ocultas, no entanto carregadas de símbolos, como é o caso, das escolhas e posições acerca do trabalho exercido por agricultores fornecedores de alimentos que se convertem na merenda consumida nas escolas, da dinâmica de reprodução familiar, da inserção destas famílias na sociedade, e a real importância das políticas públicas que estão para além da questão comercial e associada à valorização destes atores.

2.2 Marco Teórico

Para elaboração deste artigo valemo-nos da teoria geral das representações sociais proposta por Moscovici (2010). Embora na atualidade o conceito de representações sociais seja bastante difundido em áreas como a sociologia e psicologia social, foi na obra clássica de Emile Durkheim que o conceito apareceu pela primeira vez referido. Todavia, como esclarece Moscovici:

A sociologia vê, ou melhor, viu as representações sociais como artifícios explanatórios, irredutíveis a qualquer análise posterior. Sua função teórica era semelhante ao átomo na mecânica tradicional, ou à dos genes na genética tradicional; isto é, átomos e genes eram considerados como existentes, mas ninguém se importava com sua estrutura ou com sua dinâmica interna. A psicologia social, contudo, estaria e deveria estar pré-ocupada somente com a estrutura e a dinâmica das representações. Para nós, isso se explica na dificuldade de penetrar o interior para descobrir os mecanismos internos e a vitalidade das representações sociais o mais detalhadamente possível. [...] Assim, o que eu proponho fazer é considerar como um *fenômeno* o que era antes visto como um *conceito*. (MOSCOVICI, 2010, p.45; cursivas no original).

Assim, a representação social apresenta alguns elementos centrais que permanecem constantes e estruturam seu significado e outros elementos periféricos, que são dispensáveis. O núcleo da representação social é uma estrutura “que dá significado à totalidade da representação, ou seja, aos inúmeros elementos periféricos que, por sua vez, são negociáveis” (FLAMENT, 1994, p.7, tradução livre).

Sob esta ótica, coincidimos com Moscovici (1979) quando considera que a característica específica das representações sociais é a de que elas “corporificam ideias” em experiências coletivas e interações em comportamento.

Deste modo, as características principais do núcleo da representação são: a estabilidade, a coerência e seu caráter consensual; adicionalmente o núcleo central da representação social

está relativamente afastado em relação com o contexto material e social mais imediato, o que confere à representação a possibilidade de ser estável, sobretudo nos processos de comunicação (ABRIC, 1993, p. 75-76).

Nesse sentido, fazemos nossas as palavras de Moscovici (2010, p.54) quando adverte:

O que eu quero dizer é que os universos consensuais são locais onde todos querem sentir-se em casa, a salvo de qualquer risco, atrito ou conflito. Tudo o que é dito ou feito ali apenas confirma as crenças e as interpretações adquiridas, corrobora, mais do que contradiz, a tradição.

Essa ideia encontra par na questão de que a maioria das nossas opiniões e sentimentos está norteadas pela nossa carga social, estão ligadas as coisas e pessoas que conhecemos e com as quais interagimos.

Segundo Pardo (2007, p. 96),

as representações sociais descrevem e explicam a realidade, orientam as formas de dizer e fazer dos membros de um grupo e são um recurso de raciocínio e ação social, dão coesão a um grupo; por sua vez, as ideologias dão sentido ao mundo e fundamental a ação social. Ainda que evidentemente estas relações não sejam isomórficas, dão conta de alguma maneira em constituir-se como conhecimento social. (tradução livre)

Portanto, o fio que conduz as representações sociais no momento em que as mesmas expressam conhecimentos diversos, são estruturas **cognitivo-afetivas** e logo, não podem ser reduzidas apenas ao seu conteúdo **cognitivo**. A compreensão das mesmas só se dará através do contexto que as engendra e tendo como base sua funcionalidade nas interações sociais do cotidiano. Esta decisão implica na elucidação de dois aspectos que lhe são centrais: a teoria de conhecimento que lhe é subjacente e os determinantes de sua elaboração. (SPINK, 1993).

Deste modo, a representação social que determinado grupo constrói sobre o que deve fazer para constituir sua rede de relações determina que se estabeleçam os mesmos objetos e procedimentos específicos para seus integrantes. Como enfatiza Sêga (2000, p. 128) “descobre-se um primeiro processo de representação social: a elaboração, por uma coletividade, sob indução social de uma tarefa que não leva em conta a “realidade” do comportamento social, mas a organização do funcionamento cognitivo de grupo”.

De toda forma, pode-se dizer que as representações sociais constituem um modo de interpretar e pensar a realidade do dia a dia e oportunizam um maior conhecimento da atividade mental realizada pelas pessoas individual ou coletivamente, para enraizar seu posicionamento em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhes dizem respeito. Neste sentido, o aspecto social interfere de diversas maneiras: “pela comunicação que se estabelece entre eles, pela sua bagagem cultural, por códigos, símbolos, valores e ideologias ligados às posições e vinculações sociais específicas” (SÊGA, 2000, p. 128).

Assim, para o mesmo autor ela [a representação social] representa um saber prático que da vida as ações que nos são normais, maquia as evidencias da realidade consensual e auxilia a construção social da realidade.

3-Participação cidadã e Representações Sociais – um caminho em construção

As discussões que apresentaremos na sequência buscam analisar como se dão as relações que cercam o PNAE nos municípios estudados.

Um ponto chave para o debate consiste em compreender que representações os agricultores possuem de sua própria atividade profissional, pois esta os remete imediatamente ao que pensam sobre si mesmos. Neste quesito, a opinião dos entrevistados converge para a ideia que ficaram na atividade agrícola inicialmente por falta de outras opções⁸³, não por ser uma profissão importante para eles. No entanto, este fato não os impediu de reconhecer a importância desta profissão, que hoje é estimada por eles. Ainda assim, esta visão não é suficiente para emancipá-los em relação à importância que possuem diante da sociedade. No quadro 1 apresentamos alguns excertos que descrevem esta questão.

Quadro 1 – Opiniões dos entrevistados sobre a atividade agrícola.

Excerto do relato	Identificação
[...] Ah, eu não sei mas se não é a agricultura, aqui na cidade como eles vão viver [...] vão comer o que?	Agricultor A, Canguçu, dezembro de 2012.
[...] Eu acho que ela é pouco valorizada, porque ela é a única profissão que é considerado profissional mesmo que tenha aprendido com os pais, não precisa ir pra escola pra aprender. A profissão passa der pai pra filho né? Não precisa ir pro banco da escola pra aprender agricultura.	Agricultor B, Canguçu, outubro de 2012.
Olha... Primeiro a gente não tinha oportunidade de estudar, então os pais estavam na agricultura, a gente seguiu. Não era escolha, era seguiu. A gente gostou e foi indo. E os filhos uns também não queriam estudar. Queriam ficar então, esses ficaram. E ainda bem que eu tenho os dois em casa.	Agricultora C, Cerrito, fevereiro de 2012.
É muito importante. Eu não sobreviveria hoje, mesmo não na atividade se não tivesse agricultor na volta. A atividade do produtor em São Lourenço... se não tem colono a cidade tá na porta olhando, Canguçu não deve ser muito diferente. Então eu acho que o significado da atividade ela é muito, muito importante.	Agricultor D, São Lourenço do Sul, dezembro de 2012.

Pari passu com esta questão, é fundamental mencionar que convencionalmente pesaram sobre a agricultura representações sociais extremamente negativas do ponto de vista da natureza desta atividade, como referem alguns estudos (ABRAMOVAY, 1999; CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999) ao observar que no Brasil, e no continente latino-

⁸³ Sobre este tema ler Hirai (2008).

americano em geral, esse tipo de ofício era visto como próprio de pessoas para quem *“la cabeza no le da para más”*. Esse tipo de representação social se impôs de forma marcante nas mais diversas dimensões em que operam as relações sociais, tanto no âmbito das comunidades rurais quanto fora delas. Não obstante, condicionou por muito tempo, as escolhas dos jovens rurais, cada vez menos propensos ao exercício desse tipo de profissão, mas, sobretudo os investimentos em educação nos espaços rurais, a melhoria das infraestruturas e outros aspectos, de por si bem conhecidos.

Por outro lado, temos assistido, na atualidade, exemplos de união e cooperação no meio rural que começam a desmistificar representações como estas, pois são notáveis as mudanças sofridas em determinados processos de desenvolvimento rural. A última década aponta para significativas modificações neste âmbito ao incorporar políticas públicas e seus instrumentos para a agricultura familiar. Diante do exposto, nos parece claro que os olhares desta categoria sobre si mesma também vêm se transformando ao passo que ela reconhece sua transversalidade e assume um caráter estratégico no que concerne à soberania e a segurança alimentar. Cabe destacar que para ocorrer este processo de emancipação esta categoria teve de buscar uma ampla base em mecanismos associativos e estruturar sua organização social com intuito de respaldar sua participação em programas governamentais⁸⁴.

Com relação a realidade estudada, percebemos que as gestões municipais não têm incorporado na íntegra a transversalidade que se espera do programa. Embora, alguns municípios tenham avançado de forma mais satisfatória na incorporação da importância do programa, há, todavia, um longo caminho a se percorrer.

No que pese a este quesito, conforme constatamos Cerrito não tem poupado esforços para integrar os agricultores familiares aos mercados institucionais locais. A gestão municipal se reúne com os agricultores familiares e técnicos da Emater, para articular as ações do programa no município. Assim, há espaço para construção coletiva das ações em torno do PNAE.

Por esta razão o município consegue adquirir a quase totalidade do que é consumido pela alimentação escolar da agricultura familiar local. O esforço feito é verificado através da fala dos gestores, bem como, dos agricultores, fruto do entendimento que este tipo de ação fortalece a economia local, valoriza o agricultor familiar, devendo ser construído horizontalmente,

⁸⁴ Estamos nos referindo a inserção dos agricultores familiares em programas como o PAA e o PNAE que operam, ou deveriam operar, preconizando a participação dos agricultores na gestão e tomada de decisão.

Aqui o programa teve início em fevereiro de 2009 antes da sanção da Lei até porque o gestor entendeu que deveria valorizar o nosso agricultor, a agricultura familiar. O início do nosso namoro com a merenda escolar foi porque o prefeito resolveu que ia iniciar. A primeira coisa que nós fizemos, eu o secretário e o prefeito, foi uma reunião com os agricultores porque eles ainda não têm uma cooperativa, uma associação, estão se organizando. Bah me deu um medão porque a gente não sabia o que ia encontrar e eles também não. Ficavam pensando o que será que ela vai inventar. Eu não sabia bem como ia fazer, daí cheguei e disse para eles o que vocês têm para entregar pra merenda que eu vou me adaptar, eu sou a nutricionista eu monto os cardápios e posso me adaptar. Nossa foi uma alívio para mim e para eles, esse foi o depoimento que eles me deram. Bom então se tem dez molhos de couve eu uso os dez em uma escola e outros alimentos na outra. Porque assim eu incentivo eles a plantarem para no outro mês entregar cinquenta. E não foi fácil quebrar o paradigma de que prefeitura não paga, paga sim é só ter organização e boa vontade então assim, nós precisávamos valorizar o trabalho deles e mostrar pra eles que nós acreditávamos neles. (Gestor A, julho de 2011).

[...] eu sempre digo que isso aqui são engrenagens que vão tocando. Me parece que isso aqui por um tempo tava esquecido dentro do Cerrito, então apareceu alguém e acordou isso aqui e agora a gente tá caminhando. Então cada vez que eu [...] vejo o pessoal aqui é ver que o nosso trabalho não tá esquecido tá sendo valorizado (Agricultor A, Cerrito, Dezembro de 2012).

No município de Canguçu o processo vem se consolidando de forma mais lenta e vertical. Durante o período em que realizamos a pesquisa não havia um entendimento da relevância deste programa para o desenvolvimento do município que é eminentemente rural. As falas dos gestores municipais demonstram a metodologia de trabalho adotada por eles, “[...] a minha merenda é muito boa. Eu ofereço uma merenda de qualidade nas escolas. Eu quero comprar da agricultura familiar, mas eles não se organizam e aí não tem produtos para entregar” (Gestor B, Canguçu, março de 2012).

Através de nosso contato com a realidade percebemos que a limitação do município estava em interpretar a lei e assim dar espaço aos agricultores para se aproximarem das chamadas públicas e garantirem sua participação. Quando questionamos os encarregados do setor de alimentação escolar sobre quais eram as dificuldades encontradas para operacionalizar a efetivação do programa, obtivemos a seguinte resposta:

Os entraves são mais burocráticos mesmo. O entrave é a lei [...] nós não podemos fugir dela pra garantir a qualidade. Se a gente for fugir, tem aquela série de documentos, quando a gente lança uma chamada pública, eles [os agricultores] se queixam bastante da burocracia, dos documentos que é exigido. Então, são documentos, que por um lado são burocráticos, mas são necessários pra nós conseguir garantir a qualidade (Gestor C, Canguçu, janeiro de 2012).

Diante destas constatações, depreendemos que neste município há uma confusão no entendimento e cumprimento da lei provocando a exclusão dos agricultores do processo e, por consequência inviabilizando a comercialização de seus produtos, ao invés de proporcionar e

estimular e a participação cidadã destes atores. O depoimento⁸⁵ de um entrevistado chama atenção para as possibilidades de falhas que se abrem quando não se executa o programa com a presença dos atores locais e forma horizontal:

[...] eu brigava muito com o prefeito porque dentro da prefeitura tinha um esquema que funcionava as licitação, tinha que comprar tudo de uma pessoa, ou entidade [...] ia tudo para um empresário [...] ele comprava mel de nós pra vender pra prefeitura. Ele vendia, nós não podia vender, organizaram um esquema assim de uma maneira que ele fazia a entrega com mel e com batata, com arroz e com outras coisas [...], nós não conseguia porque nós não tinha feijão, nós não tinha abobrinha, nós não tinha.. esses outros produtos né, então ele agregava o mel junto com aqueles outros produtos e nós aí o que nós tinha que fazer? Nós vendia a R\$ 7,00 o mel pra ele e ele vendia certamente a R\$ 10,00 pra prefeitura né? Então ele ganhava a fatia maior e eu denunciava isso, eu denunciava isso [...] (Agricultor E, Canguçu, dezembro de 2012).

Esta situação desqualifica a atuação do programa no município e cria uma desconfiança por parte dos agricultores que ao não conseguirem participar do processo sentem-se desvalorizados. Neste sentido, o que os agricultores esperam da gestão municipal é que executem como mínimo, a obrigatoriedade dos 30% prevista em Lei, uma vez que constatamos em vários relatos que apenas esta mudança sendo operada já seria suficiente para os motivar.

O que eu espero de reconhecimento pra agricultura familiar é que os municípios que nós temos na nossa redondeza, façam valer a lei. No momento que fizer valer a lei de só os 30% da agricultura familiar, nós vamos conseguir fazer com que o produtor se incentive a plantar mais um pouco, produzindo alimento. Nós tirando essa abóbora, por exemplo, que ela não chegue na Ceasa, vai chegar valendo menos lá, e isso vai valorizar pro produtor que ia pra lá. Então o que a gente quer...essa é uma das partes que façam valer os 30% [...] (Agricultor E, Canguçu, dezembro de 2012).

Em São Lourenço do Sul encontramos um espaço mais consolidado em relação a participação dos agricultores nos programas governamentais, isto porque ações para este fim vem sendo desenvolvidas desde 2001. Atualmente o desafio está centrado na compra de alimentos oriundos da produção de base ecológica para alcançar a meta de 100% da merenda escolar. O processo *positivo* que ocorreu partiu tanto da organização e entendimento da gestão pública da importância deste processo como pela forte organização e emancipação dos agricultores que, através da cooperação⁸⁶, conseguiram consolidar seu espaço.

Mesmo assim, é possível perceber que o município está à frente nas discussões sobre a aquisição de alimentos da agricultura familiar de base ecológica via PNAE, bem como,

⁸⁵ Neste depoimento o agricultor está se referindo ao período de 2011 e 2012, embora o a lei 11.497 já estivesse em vigor, não havia ainda um grande entendimento sobre os trâmites que deveriam ser cumpridos para executar o PNAE.

⁸⁶ Os agricultores familiares que residem no interior do município de São Lourenço do Sul possuem uma trajetória recente de busca na horizontalização das relações com as gestões públicas municipais. Esse entendimento local proporcionou, ao longo dos anos, o fortalecimento dos agricultores familiares locais que vem se organizando e se estruturando cada vez mais em cooperativas e associações (BECKER, 2010).

demonstra a fundamental participação de seus atores, tanto para o desenvolvimento local, quanto para a garantia de uma alimentação escolar de qualidade. Esta afirmativa é confirmada no seguinte excerto: “[...] *além de estimular o desenvolvimento local e de gerar renda para o agricultor familiar que passa a ter um mercado garantido para seus produtos, estimula esses a desenvolver cada vez mais sua produção*”. (Gestor público E, 2011).

A organização dos agricultores foi determinante na viabilização do processo:

Nós começamos via cooperativa, e também aqui a gente tá muito próximo da prefeitura dos governantes, indiferente de partido, esse é o nosso papel de cidadão [...] (Agricultor D, dezembro de 2012)

[...] começou... foi a cooperativa, não o grupo surgiu em agosto mais ou menos e a cooperativa em dezembro, a Sul Ecológica. E aí começou a comercialização, levou uns dois anos até ela engrenar mesmo, aí depois ela começou a ganhar os programas de governo, PAA, PNAE [...]. E aí começou a ir produtos com mais facilidade [...] (Agricultora F, dezembro de 2012).

Apesar de tratar-se de uma política pública recente, que ainda necessita de ajustes, acreditamos que o PNAE vem contribuindo com a emancipação social e financeira dos agricultores familiares nos municípios em que é entendida como promotora de desenvolvimento local. Becker, et al (2011, p.4) afirma que

os agricultores familiares que estão tendo a oportunidade de acessar este mercado têm ampliado seu portfólio de possibilidades de reprodução social. De igual modo, o acesso por parte dos escolares a estes “novos alimentos” pode representar a incorporação de novos hábitos alimentares, condizentes com os pressupostos da segurança alimentar e nutricional sustentável. Neste sentido, o PNAE possui um potencial de atuar profundamente na alteração das relações de produção e consumo.

4- Considerações

Os resultados obtidos demonstram que a participação cidadã parece estar atrelada a capacidade de organização e articulação existentes nos territórios. Marcadamente, em regiões deprimidas⁸⁷, como é o caso dos municípios estudados, as representações negativas que possuem os atores sociais em relação a si mesmos, acaba inibindo a sua participação nos processos de desenvolvimento local. Muito embora, tenham-se identificados mecanismos de mobilização social, como o associativismo trata-se ainda de iniciativas tênues na construção do capital social, sobretudo, porque a participação cidadã não está em apenas acessar o programa e sim participar efetivamente na construção dele.

Nos municípios de Cerrito e São Lourenço do Sul o PNAE representa, em alguma medida, um vetor importante no que concerne a promoção da participação dos agricultores

⁸⁷ Trata-se da região correspondente a “Zona Sul do Estado do RS” dos territórios da cidadania, Brasil (PTDRS, 2009).

familiares na gestão das políticas públicas e no acesso aos mercados. Contudo, a importância dada pelos gestores públicos a este processo de inclusão social ainda está pouco evidente.

Os exemplos bem sucedidos detectados apontam para a automobilização e a modificação de ações entre agricultores e poder público, demonstrando o potencial que o PNAE pode assumir para promover processos de auto-gestão, em torno do desenvolvimento local, bem como da capacidade dos próprios agricultores em buscarem seu espaço dentro deste sistema, assim, a emancipação e união destes atores sociais apresenta-se como ingrediente principal na consolidação do capital social existente.

5- Referências

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada** – nº número 2, vol. IV. p. 379-39, 2000.

ABRAMOVAY, R. Ruralidade e desenvolvimento territorial. **Gazeta Mercantil** – São Paulo, 15 abr. 2001. p. A 3.

ABRIC, J. Central system, peripheral system: their functions and roles in the dynamic of social representations. **Papers on social representations**. Vol. 2. p. 75-78. 1993. Disponível em: <http://www.swp.uni-linz.ac.at/content/index.htm> Acesso em: mai./2013.

ANDERSSON, F. S.; BECKER, C.; ALTEMBURG, S. N.; CALDAS, N. V. A produção de base ecológica no território zona sul do Estado do Rio Grande do Sul: Controle social e protagonismo na agricultura familiar. **Revista de la Facultad de Agronomia (La Plata)**. v.112. 2013., p.62-71.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BECKER, C. **Mercados Institucionais e Agricultura Familiar: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em municípios do território Zona Sul do Rio Grande do Sul**. 129f. 2010. (Dissertação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar) - Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

BECKER, C.; ANDERSSON, F. S.; ALTEMBURG, S. G. N.; COSTA, L. C. Novas concertações sociais e antigos entraves “burocráticos”: a produção de base familiar e ecológica frente aos desafios de acesso ao PNAE. **Revista Cadernos de Agroecologia**, v. 6, 2011. p. 1-5.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, **Lei Nº 11.947**, de 16 de junho de 2009, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em: jun./2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução/CD/FNDE Nº 38**, de 16 de julho de 2009. Disponível em: http://www.mp.rs.gov.br/areas/gapp/arquivos/res_alimentacao_escolar.pdf>. Acesso em: jun./2011.

CAMARANO, A. A. e ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 23p., Texto para discussão, n.621.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v.17, n.1, p.11-40, 2000.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1996. p.51-65.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. **Anos 90 - Política e sociedade no Brasil**. (org). DAGNINO, E. Ed. Brasiliense, pg. 103-115, 1994.

FLAMENT, C. Consensus, salience, and necessity in social representations. **Papers on social representations** (versión en línea). Vol. 3. p. 98-105. 1994. Disponível em: <http://www.swp.unilinz.ac.at/content/index.html>. Acesso mai./2013.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**. University Chicago Press, Chicago, v. 78, Issue 6, p.1930-1938. 1973.

HIRAI, W. G., Agricultura familiar e segurança Alimentar: a importância da produção para o autoconsumo em três municípios do RS. 145f, 2008. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar), Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 7-29.

MOSCOVICI, S. A Representação Social Da Psicanálise. Rio De Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. **El psicoanálisis, su imagen y su público**. Buenos Aires: Editorial Huemul. 1979.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais. Investigações em psicologia social**. Petrópolis: Editora Vozes. 2010.

PARDO, N. G. Niveles de organización del significado en el discurso. **Discurso & Sociedad**, Vol 1(1), p. 85-115. 2007.

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (PTDRS): Território da Cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul. – Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2009, 68p.

SÊGA, R. A. O conceito de Representações Sociais nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. **Revista Anos 90**. Porto Alegre. N° 13, p. 128-133. 2000. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/13/13art8.pdf>. Acesso em: abr. 2013.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

ARTIGO 3 - HÁBITOS E PREFERÊNCIAS SOBRE A COMIDA: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E SUA INFLUÊNCIA NO COMPORTAMENTO ALIMENTAR ENTRE ALUNOS DE ESCOLAS RURAIS E URBANAS NO SUL DO BRASIL

Este artigo está formatado de acordo com as normas da Revista Archivos Latinoamericanos de Nutrición (ISSN: 0004-0622) conceito B1 (Ciências Agrárias I), as quais podem ser consultadas no Anexo D.

Hábitos e Preferências sobre a comida: As representações sociais e sua influência no comportamento alimentar entre alunos de escolas rurais e urbanas no sul do Brasil⁸⁸

Shirley Grazieli Nascimento Altemburg. Mestre em Agronomia e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas. Rua General Osório, 1414, CEP 96600-000, Canguçu-RS, Brasil. (5553-84242934). shirley.altemburg@gmail.com

Nádia Velleda Caldas. Professora do Departamento de Ciências Sociais Agrárias. Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas

Resumo

Os últimos dez anos coincidem com um conjunto de grandes mudanças nas políticas públicas no Brasil, destacando-se a criação de programas voltados ao consumo social que asseguram, por um lado, a compra antecipada de produtos da agricultura familiar no âmbito local, e por outro lado, o abastecimento dos refeitórios escolares urbanos e rurais. O Programa Nacional de Alimentação Escolar representa a culminação de um grande esforço de conciliar o acesso aos mercados para os agricultores familiares e uma educação para as boas práticas alimentares. No entanto, existem muitas dificuldades enfrentadas pelos agentes envolvidos nas iniciativas, sobretudo pela resistência das próprias crianças em incorporar novos hábitos alimentares. Este trabalho analisa as representações sociais de jovens sobre a comida, a partir de atividades de grupo focal realizadas em seis escolas de três municípios do estado do Rio Grande do Sul – Brasil - (Canguçu, Cerrito e São Lourenço do Sul), entre fevereiro e dezembro de 2012. Compreender os significados e as representações sobre comida saudável e não saudável foi um dos eixos de uma pesquisa eminentemente qualitativa. A principal conclusão aponta para a pouca importância dada ao papel da educação alimentar por parte dos servidores escolares, ao contrário da concepção que inspirou a criação deste programa e da dinâmica que deveria acompanhar as diversas etapas deste processo.

Palavras-Chave: alimentação escolar, políticas públicas, educação alimentar.

Habits and preferences about the food? Social representations and their influence on eating behavior among students from rural and urban schools in southern Brazil

Abstract

The last ten years coincide with a set of big changes in public policies in Brazil, where it is highlighted the creation of social consumption programs - institutional markets - that ensure, on the one hand, the anticipated purchase of products from family farming locally and, on the other hand, the supply of urban and rural school cafeterias. The School Feeding National Program represents the culmination of a great effort to conciliate access to the markets for family farmers and an education for good food practices. However, there are many difficulties faced by the agents involved in these processes, especially by the resistance from the children themselves to incorporate new eating habits. This work analyzes the social representations of young people about the food, from the activities of a focus group conducted in six schools in three municipalities of the state of Rio Grande do Sul - Brazil (Canguçu, Cerrito and São Lourenço do Sul), between February and December 2012. To understand the meanings and representations about healthy and unhealthy food was one of the axes of an eminently qualitative research. One of the main conclusions points to the lack of importance given to the

⁸⁸ As autoras agradecem ao CNPq e a CAPES pela concessão da bolsa de doutorado e de Auxílio à Pesquisa, que possibilitaram a realização do estudo que fundamentou a elaboração desse artigo.

role of food education by school servers, unlike the philosophy that inspired the creation of this program and the dynamics that should follow up the various steps of this process.

Keywords: school feeding, public policies, food education.

INTRODUÇÃO

O tema da “alimentação” parece o mais simples e essencial na história da humanidade, pois desde os primórdios o homem tem como tarefa principal alimentar sua família e a si mesmo. Entretanto, com o passar dos tempos, outras variáveis tem sido integradas ao ato de alimentar-se (1). A fome deixa de ser a única razão pela qual o homem se alimenta.

Nesta perspectiva, aspectos naturais e culturais se confluem na alimentação humana, ora se comer é uma tarefa vital, o quê e, quando comer são decisões que estão por trás de um universo de significados que se atribui ao ato de alimentar-se (2).

Deste modo, historicamente tem se buscado entender as variáveis que imperam sobre os hábitos alimentares, o que define as escolhas do que e onde comer em cada grupo ou sociedade. Decifrar estas perguntas torna-se tarefa nada fácil, pois,

a alimentação é fenômeno cultural, detentor de conteúdos simbólicos e cognitivos relativos às classificações sociais, à percepção do organismo humano e às relações entre este e as substâncias ingeridas, operantes por meio de um sistema de conhecimento e de princípios ordenadores que tratam a relação entre a alimentação e o organismo (3).

Assim, nas proposições acerca da abordagem sociocultural da alimentação destaca-se que não nos alimentamos apenas de nutrientes e calorias para garantir a manutenção de nosso corpo, “o comer envolve seleção, escolhas, ocasiões e rituais, imbrica-se com a sociabilidade, com ideias e significados, com as interpretações de experiências e situações” (4).

Como mencionamos anteriormente, o ato de se alimentar é carregado de símbolos e expressa a natureza dos modos de vida. Este fato justifica a ascensão das cadeias rápidas de alimentação, fato que se relaciona à emergência de novas representações sobre a comida no mundo moderno, as quais nos remetem aos imperativos de um estilo “moderno” de viver. Quem desconhece, na atualidade, a influência exercida pelos *fast-food* servidos pelo MC

Donald's, Burger King e por tantas outras redes que redefinem os espaços das refeições e do seu tempo e a própria estrutura da alimentação⁸⁹.

A partir da busca pela modernização alimentar “la alimentación se ha convertido en una industria”. O espaço da produção desaparece e em seu lugar surgem os produtos estrangeiros, que pouco a pouco vão dominando os mercados e transformando o “ecossistema” doméstico em algo hiperespecializado, ou seja, “a cocina se industrializa tanto como la agricultura y la transformación de sus productos” (5).

A questão é que a padronização do sistema alimentar (chegada dos *fast foods*, criação de grandes redes de supermercados e superfícies de varejo), característica marcante de nosso tempo, faz aflorar dúvidas sobre o que estamos consumindo. Não conhecemos mais quem produz os alimentos, como eles são elaborados e que matérias-primas são utilizadas nesses processos. Ao final temos apenas um produto de boa aparência na prateleira do supermercado, sendo esta uma faceta visível do processo de homogeneização dos produtos no aspecto comportamental do consumo⁹⁰.

Com os processos de modernização alimentar⁹¹, perde-se o elo com o valor intrínseco aos alimentos produzidos localmente. Assim, já não se sabe exatamente de que alimento se está falando. A noção do que é produzido e por quem se dissolve no tempo. Esta situação se torna perceptível com a veiculação das crises alimentares mundiais⁹². E como consequência aprofunda-se o temor em relação ao que de fato estamos comendo. Essa dúvida ocasiona a *ansiedade urbana*, a falta de certezas. Se, somos o que comemos somos muita coisa que não sabemos (6).

⁸⁹ Entendemos por alteração na estrutura da alimentação o fato das pessoas comerem em pé, em qualquer lugar e muitas vezes desenvolvendo atividades paralelas.

⁹⁰ Quando a modernização invadiu as sociedades, carregada de valor econômico, despertou nas pessoas a necessidade desenfreada de consumir, e mais ainda, a sensação de que se pode consumir qualquer produto em qualquer lugar.

⁹¹ Ao utilizarmos o termo modernização referimo-nos ao processo de globalização que incutiu em toda sociedade a falsa necessidade pelo novo, pelo alimento industrializado, rompendo com os laços de proximidade entre quem produz e quem consome (5).

⁹² A todo momento somos informados sobre grandes escândalos que cercam os sistemas alimentares. Desde a crise da vaca louca até a utilização da carne de cavalo na merenda escolar em países da Europa.

Nesta conjuntura, emerge a necessidade de construção de um novo padrão alimentar, voltado ao consumo de alimentos saudáveis, produzidos localmente e com procedência conhecida. É por esta razão que o poder público tem concentrado esforços em atuar no segmento de alimentação escolar em nosso país. Prova disto são as transformações recentes ocorridas na retórica e na legislação (7), que preconizam a reeducação alimentar nas escolas públicas brasileiras, e tendo como propósito o consumo de alimentos saudáveis.

Deste modo, a necessidade de construir um patamar sólido em torno das questões alimentares inicia-se em casa e deve estender-se até a escola através da educação alimentar. Está é uma das premissas vigentes do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - contida no inciso I do Art. 2º da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009, que estabelece:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica (8).

Cabe destacar, portanto, que a alimentação escolar⁹³ integra um universo complexo, que tem como protagonistas crianças e adolescentes de diferentes faixas etárias e níveis sociais, que levam para dentro da escola suas representações em torno da comida. Neste sentido, o ato de comer no ambiente escolar também é carregado de símbolos que muitas vezes estão para além das questões nutricionais.

Diversos pesquisadores têm se debruçado em compreender as relações que cercam as atividades alimentares nas escolas, dando ênfase aos alimentos que compõem a merenda e sua produção (9,10,11). Entretanto, pouco ou nada se sabe sobre as representações sociais dos adolescentes sobre a merenda escolar ou sobre a comida de um modo em geral.

Frente a este cenário nos perguntamos como se dão os processos de educação alimentar nas escolas? Que representações possuem os adolescentes que frequentam as escolas públicas

⁹³ Neste trabalho utilizamos a palavra merenda escolar como sinônimo de alimentação escolar. Embora seja de nosso conhecimento as discussões sobre a diferença destas duas expressões no que pese a desqualificação do primeiro em relação ao segundo termo. De todo modo, com a imersão a campo, percebemos que nosso público alvo utilizava o termo “merenda” sem desqualificá-lo.

sobre o ato de alimentar-se? Qual o número de vezes que se alimentam diariamente? Quais alimentos compõem suas preferências? O que caracteriza uma comida boa? O que é comida ruim? Que representa um alimento saudável?

Para dar cabo destas questões, o presente artigo discute o perfil alimentar dos alunos que frequentam o último ano do ensino fundamental em escolas públicas em Canguçu, Cerrito e São Lourenço do Sul, revelando seus hábitos e preferências alimentares, as representações sociais que regem o seu comportamento alimentar. Buscamos ainda apontar os principais conflitos dos hábitos destes jovens com as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no ambiente escolar em nosso país.

UNIVERSO DE ESTUDO, PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E MARCO TEÓRICO DA PESQUISA

Esta pesquisa tem como universo empírico os municípios de Canguçu, Cerrito e São Lourenço, que fazem parte da região de Pelotas, RS. Os dados que a sustentam foram coletados em seis escolas da rede pública municipal, entre os meses de fevereiro e dezembro de 2012. Os três municípios vem se estruturando de forma diferenciada⁹⁴ em relação ao acesso e a participação no PNAE, possuem características marcantes⁹⁵ e expressam um cenário que representa as dinâmicas da agricultura familiar na região.

Convém comentar que São Lourenço do Sul, desde o ano 2001, possui iniciativas de implantar uma alimentação saudável em algumas escolas, fato que reforçado em 2009 com as reformulações ocorridas no programa. Cerrito dá ênfase a esta questão, a partir da aprovação da lei, e incorporando significativas mudanças, que vão desde a proibição de bar ou cantina

⁹⁴ Os relatos inseridos no texto sobre acesso ao PNAE nos três municípios possuem como fonte, entrevistas realizadas nos setores de alimentação escolar dos três municípios, durante a fase de pesquisa exploratória da tese realizadas, no segundo semestre de 2011 e participação em conferências sobre o tema.

⁹⁵ Quando enfatizamos que estes municípios são representativos estamos nos referindo ao fato de possuírem forte laço com a agricultura familiar. Canguçu concentra o maior número de estabelecimentos familiares da região. São Lourenço possui grande percentual dos seus agricultores envolvidos com a produção de base ecológica e Cerrito tem buscado através de iniciativas dos órgãos públicos locais fomentar o capital social existente entre os agricultores familiares.

para venda de guloseimas nas escolas, até a compra de quase 100% dos alimentos da agricultura familiar local para compor a merenda escolar. Em Canguçu, existem certas dificuldades que impedem o atendimento às exigências do PNAE, conseguindo comprar no âmbito local, apenas os 30% exigidos por lei. Com base neste histórico foram selecionadas seis escolas, duas por município⁹⁶, uma na zona rural e outra na zona urbana. Foram realizados 49 grupos focais e 02 visitas a propriedades rurais. Em cada atividade contamos com os alunos do último ano escolar que estavam dispostos a participar do projeto. Os encontros foram realizados nas dependências das escolas em dias e turnos estabelecidos junto à direção com a concordância dos alunos. A tabela 1 traça um breve panorama das escolas estudadas em cada município.

Procedimentos Metodológicos

Elegemos como técnica de investigação o grupo focal, por entendermos que permite identificar as percepções, atitudes, sentimentos e ideias dos participantes acerca de um objeto ou tema (12). O uso de grupos focais permite ao pesquisador trazer a tona expressões e opiniões acerca de um determinado tema, pois ao se reunir um pequeno grupo de pessoas cria-se uma atmosfera favorável à participação. Podemos dizer que estes grupos definem-se como “pequenos grupos de pessoas reunidos para avaliar conceitos ou identificar problemas”, configurando-se como uma ferramenta muito utilizada nas ciências humanas e que foi inicialmente usada em pesquisas de marketing para determinar as reações dos consumidores a novos produtos, serviços ou mensagens promocionais e mais tarde em outras áreas com fins diversos (13).

O tratamento dos dados se deu através de análise de conteúdo, pois institui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias. Destarte, a análise de conteúdo, “é um conjunto

⁹⁶ A partir da revisão bibliográfica nos pareceu coerente investigar escolas rurais e urbanas, em razão das diferenças existentes entre estes dois espaços.

de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. Dentre os domínios possíveis desta análise fizemos uso do código linguístico que tem suporte oral, como é o caso de grupos focais e entrevistas, procedendo com análise temática, sequencial e de oposições (14). Os dados coletados foram avaliados e estruturados com o auxílio do *software* de análise qualitativa, *QRS NVIVO 10*, o que permitiu a organização e sistematização dos resultados que serão apresentados nas seções subsequentes.

Marco teórico

O conceito de representações sociais, aparece referido pela primeira vez na clássica obra do sociólogo francês Emile Durkheim. Todavia, como esclarece:

A sociologia vê, ou melhor, viu as representações sociais como artifícios explanatórios, irredutíveis a qualquer análise posterior. Sua função teórica era semelhante ao átomo na mecânica tradicional, ou à dos genes na genética tradicional; isto é, átomos e genes eram considerados como existentes, mas ninguém se importava com sua estrutura ou com sua dinâmica interna. A psicologia social, contudo, estaria e deveria estar pré-ocupada somente com a estrutura e a dinâmica das representações. Para nós, isso se explica na dificuldade de penetrar o interior para descobrir os mecanismos internos e a vitalidade das representações sociais o mais detalhadamente possível. [...] Assim, o que eu proponho fazer é considerar como um *fenômeno* o que era antes visto como um *conceito* (cursivas no original). (15)

O autor afirma que as mesmas não são algo passivo, apreendidas como nos moldes de uma fotografia. Expressam-se a partir da compreensão ativa, uma vez que ela modelam o que é dado pelo exterior. Assim, se reproduzem através do remanejamento de estruturas e produz uma remodelação dos elementos anteriores.

A representação social apresenta alguns elementos centrais que permanecem constantes e estruturam seu significado e outros elementos periféricos, que são dispensáveis. O núcleo da representação social é uma estrutura “que dá significado à totalidade da representação, ou seja, aos inúmeros elementos periféricos que, por sua vez, são negociáveis” (16). Sob esta ótica, concordamos que a característica específica das representações sociais é a de que elas “corporificam ideias” em experiências coletivas e interações em comportamento (15).

Neste artigo consideramos que as representações consistem num poderoso instrumento para auxiliar nas grandes questões que conformam o problema investigado, pois o foco deste estudo foi desvelar valores acerca do que é uma comida saudável, da importância dos alimentos, que se convertem na merenda consumida nas escolas.

As representações sociais nos permitem entender como uma determinada pessoa conhece ou reconhece um objeto, e também como esta pessoa pode ou não, dentro de um grupo e, como o próprio grupo, chegar a este conhecimento ou reconhecimento. Neste sentido:

 pessoas e grupos criam representações no decurso da comunicação e da cooperação. Representações, obviamente, não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem (15).

Assim sendo, toda representação social está voltada para algo, ação ou objeto, e é realizada por alguém, não evidenciando uma realidade concreta, tampouco uma situação imaginária, apenas remete ao olhar característico deste sujeito. Deste modo, a representação está para o objeto, condicionada a símbolos, conferindo a este um significado (18).

Deste modo, as representações sociais possuem forte influência nas decisões que regem nossas escolhas, pois elas se tornam do senso comum “entram para o mundo simples e cotidiano em que nós habitamos e discutimos com nossos amigos e colegas e circulam na mídia que lemos e olhamos” (15). Essa ideia encontra par na questão de que a maioria das nossas opiniões e sentimentos está norteadas pela nossa carga social, estando ligadas as coisas e pessoas que conhecemos e com as quais interagimos.

As representações sociais são produzidas pelas interações e comunicações no interior dos grupos sociais, refletindo a situação dos indivíduos no que diz respeito aos assuntos que são objeto do seu cotidiano (19), como é precisamente o caso dos alimentos consumidos não somente em casa, como no âmbito dos refeitórios e cantinas escolares.

Imergir no mundo das representações sociais e transpor o que está por trás das escolhas alimentares de adolescentes de escolas públicas no sul do Brasil representou um dos pontos cruciais do itinerário metodológico da pesquisa que deu suporte a este trabalho.

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E SUA INFLUÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DOS HÁBITOS ALIMENTARES

A centralidade de nossas discussões se dá em torno das representações que possuem os jovens que frequentam escolas públicas na região sul sobre os alimentos que consomem. O peso do estudo recaiu sobre o que pensam acerca da alimentação, o número de vezes que se alimentam por dia e quais alimentos compõem sua dieta, bem como o que representa uma comida boa, ruim e um alimento saudável para eles.

A alimentação entre crianças e adolescentes está em pauta nas mais diversas esferas em nosso país sendo tema de destaque nos noticiários na atualidade. De todo modo, pesquisas realizadas ao longo dos anos demonstram as dificuldades e limites que se constroem em torno deste objeto em razão da falta de rigor e seriedade (21, 22) com que o mesmo é tratado⁹⁷. Esta questão torna-se mais preocupante pelo desinteresse demonstrado por estes jovens com as discussões que envolvem a alimentação e interferem diretamente em sua saúde e qualidade de vida⁹⁸.

Nesta perspectiva, o problema reside na homogeneização do padrão alimentar, que faz inclusive com que as crianças sequer conheçam alimentos “*in natura*”. Em recente matéria veiculada em um programa de televisão⁹⁹ foi apresentado o quanto as crianças estão à mercê das discussões sobre alimentação saudável e aos efeitos disto para suas vidas. Como mostrou esta reportagem, os pais estão despreparados para lidar com as pressões decorrentes do

⁹⁷ Chamamos a atenção para a quantidade de reportagens que tratam deste tema nos dias atuais, enfatizando o grande problema que se tem para resolver, especialmente porque, as dificuldades não recaem apenas sobre a falta de alimentos, mas também, e, principalmente, sobre a qualidade destes.

⁹⁸ A qualidade de vida tornou-se um conceito popular que faz parte da linguagem do homem comum, dos especialistas aos leigos. Esta disseminação do conceito é, de fato, um dos principais obstáculos à sua discussão científica. "todos têm a sua própria ideia do que é a qualidade de vida, e é nisso que reside o problema" (25).

⁹⁹ Estamos nos referindo ao programa Fantástico da Rede Globo exibido no dia 17 de março de 2013.

cotidiano, do culto aos alimentos industrializados que circulam na mídia, entrando no imaginário das crianças se perpetuando até a fase adulta.

É bem verdade que muitos movimentos surgem contra este processo homogeneizador, rompendo com o modelo de produção em massa - que não valoriza os atributos intrínsecos dos alimentos produzidos localmente- e dando espaço a um novo paradigma no qual a qualidade, tanto dos produtos quanto dos processos, passa a ser o objetivo central (23). De todo modo, se discute como estes movimentos chegam aos jovens, que na maioria das vezes influenciados pela *modernidade alimentar*¹⁰⁰ não se preocupam com o que estão consumindo (24).

Diante desta realidade, atribui-se relevante papel ao compromisso das escolas em abordarem de forma eficiente este tema, mostrando aos alunos a importância de possuir hábitos alimentares saudáveis para o desenvolvimento e formação dos mesmos.

Neste sentido, através da análise dos dados levantados nesta pesquisa foi possível constatar que entre os jovens investigados o tema “alimentação” não está na pauta de suas discussões, não se configurando em uma preocupação para eles. Por mais elementar que possa parecer, estes adolescentes não costumam falar sobre o assunto nem dentro e nem fora do ambiente escolar.

Em uma de nossas atividade de grupo focal foi solicitado aos alunos que preenchessem uma planilha com seus hábitos alimentares diários. Esta tarefa foi realizada com grande dificuldade pela maioria deles, pois declaram não fazer muitas refeições no dia e não pensarem sobre seus hábitos alimentares. Esta afirmativa se verifica nos relatos feitos por alguns alunos, “[...] *Mesmo sendo um assunto importante, a gente não pensa sobre isto*”(Aluno A, Escola Castelo Branco); “[...] *Nunca planejo o que vou comer... simplesmente como o que dá vontade, sem*

¹⁰⁰ Estamos nos reportando ao processo homogeneizador que tem sua expressão máxima nas comidas industrializadas como os *fast-foods*.

pensar nas consequências disto” (Aluno B, Escola Irmã Firmina Simon); “[...] *A gente come muita bobagem porque não pensa no que come*” (Aluna C, Escola Marina Vargas).

Na mesma atividade foi possível constatar que o número de vezes que os alunos, pertencentes a zona urbana e rural, se alimentam varia entre três e oito refeições diárias (Fig. 1). A média de refeições fica em cinco vezes ao dia. Esta situação seria excelente se os alunos não considerassem que comer balas é fazer uma refeição. Diante desta situação, ficou comprovado que para estes Jovens o ato de se alimentar representa algo banal, desprovido do peso familiar que em outros tempos recaia sobre as refeições. Mesmo o grupo que se alimenta seis vezes ao dia, o que coincide com o indicado pelos parâmetros nutricionais da Organização Mundial de Saúde e do Guia Alimentar Brasileiro, não soube responder o porquê age desta forma. Este dado parece apontar para o descaso com o hábito alimentar, situação recorrente entre os adolescentes que na maioria dos casos não associa a alimentação à saúde e ficam expostos aos perigos que isto significa.

O Quadro 1 apresenta a diversidade de alimentos que compõem corriqueiramente a dieta alimentar do público investigado, separando o que é consumido no espaço rural e urbano. Com relação à diversidade de alimentos que compõem suas rotinas alimentares destaca-se o consumo diário de arroz, feijão, leite e pão, tendo pouco espaço em seus cardápios para verduras, legumes e frutas. Daí a estranheza dos alunos que consomem a merenda da escola, ao deparar-se, quase que diariamente com este tipo alimento (26). Não sendo possível identificar grandes diferenças entre os dois universos.

De todo modo, chama-se a atenção para o consumo de refrigerantes e guloseimas, que se apresenta com maior expressão nas escolas da zona urbana. A menor frequência no consumo destes produtos na zona rural, de acordo com os alunos que vivem neste espaço, diz respeito a que em casa **não** é possível consumir com regularidade estes alimentos, seja pela resistência dos pais que não possuem o hábito de comprar estes produtos considerados como supérfluos,

seja pela dificuldade de acesso que estes adolescentes possuem para adquirir tais produtos. Nesta conjuntura, evidencia-se que faz parte do dia a dia desses jovens o interesse em consumir alimentos industrializados, artificiais, sem procedência conhecida, pois isto os aproxima aos produtos que são veiculados pela mídia e estão presentes em suas representações. Nossos dados demonstram que de fato o consumo de alimentos processados é maior e com maior frequência na zona urbana, não por uma questão de consciência em torno da alimentação saudável no meio rural e sim pelo fato dos alimentos *in natura* serem mais baratos e de fácil acesso a este grupo. Ainda foi possível verificar, através de nossa pesquisa, que quando os dois públicos se alimentam fora de casa, a busca por alimentos processados e industrializados é igual, o que reafirma a falta de preocupação com a qualidade do que está sendo ingerindo em ambos espaços.

Em suma, os dados apresentados (Fig. 1 e Quadro 1) deflagram um cenário preocupante no que diz respeito aos hábitos alimentares de crianças e adolescentes. Pesquisas publicadas recentemente alertam para os perigos em relação ao processo de transição alimentar que vivemos, uma vez que a desnutrição não é mais o único mal que nos afligi, sendo superada pelos altos índices de obesidade (27).

Estas questões se tornam mais preocupantes quando percebemos que a deficiência na formação da educação alimentar desses adolescentes começa em casa e se efetiva na escola, pois mesmo havendo um Programa Nacional de Alimentação Escolar, poucas são as iniciativas que atuam no sentido de torna-lo universal e uma ferramenta de auxílio para alterar o quadro de insegurança alimentar verificada no Brasil.

Os excertos na sequência relatam o quanto os jovens e crianças em idade escolar ainda precisam ser zelados, monitorados, educados pelos pais, para que o cuidado e a exigência na escola faça algum sentido, “[...] *Meu pai briga muito comigo por eu tomar bastante Coca-Cola, mas eu era bem pequenininho e eles me davam Coca-Cola na mamadeira...agora não*

adianta reclamar” (Aluno D, Escola Castelo Branco). E, “[...] *não como coisas saudáveis porque não tenho vontade de comer. Minha mãe não me incomoda*” (Aluna E, Escola Irmã Firmina Simon).

Quando indagamos aos alunos sobre o que representa para eles um alimento saudável, todas as respostas foram de que: *é um produto natural, sem agrotóxicos e de procedência conhecida*, porém, conforme constatamos em nosso estudo, não é este que compõem suas refeições favoritas, seja no ambiente escolar ou até mesmo em casa. Diante desta realidade, mais uma vez fica evidente que embora tenham consciência do que representa um alimento saudável isto não é suficiente para mudar suas rotinas e preferências alimentares.

Reforçamos as questões expostas anteriormente, ao pedirmos aos alunos que descrevessem o que gostariam de comer no momento em que estávamos em atividade (Fig. 2). As respostas recaíram sobre uma diversidade de alimentos que estão no imaginário deles e que não representam apenas alimentos saudáveis.

Deste modo, as discussões acerca do ‘comer na escola’ também apresentaram proposições muito relevantes para entender a viabilidade do que se espera com a atuação deste tipo de programa. No universo investigado, quatro das seis escolas possuem bar ou cantina¹⁰¹ (conforme Tab. 2). Estes espaços concorrem diretamente com a adesão a alimentação servida no ensino público em nosso país. Pesquisas realizadas em outros estados brasileiros confirmam que os alunos preferem os alimentos servidos pelas cantinas a ofertada gratuitamente pela escola (28,29, 11). Esta situação vai de encontro às premissas básicas do PNAE, pois, este programa foi concebido para ser universal, mas acaba atuando de forma focalizada em razão de não se conseguir romper com as representações de que ele serve apenas para atender alunos carentes e desnutridos (24).

¹⁰¹ A expressão bar ou cantina é usada para designar os espaços em que são vendidos, dentro das escolas, alimentos industrializados, geralmente com baixo teor nutricional, por exemplo: bolachinhas recheadas, salgadinhos, frituras, chocolates, balas e refrigerantes.

Verificamos que o interesse se torna maior pelos alimentos vendidos na cantina no caso dos alunos das comunidades rurais por ser no período da escola que podem consumir guloseimas e alimentos processados, o que não é comum em casa. Esta situação carregada de símbolos os aproxima do estilo de vida urbano, almejado pela maioria dos jovens que vivem no meio rural. Esta constatação pode ser verificada nos seguintes trechos: “[...] *Se a gente quiser comer essas coisas (salgadinhos, bolacha e chocolate) tem que ser na escola porque aqui fora não tem venda perto de casa, senão, só quando a gente vai na cidade (Aluna E, Escola Germano Hubner).* “[...] *Não, não como a merenda, eu gosto das coisas diferentes. Salgadinho, bala, essas coisas. Por isso que eu gosto do bar da escola (Aluno F, Escola Castelo Branco).*

Já nas escolas urbanas existe uma oscilação entre comer no refeitório e na cantina, que segundo os alunos se deve ao fato de os mesmos possuírem recursos ou não para acessarem tais alimentos, como demonstra a fala a seguir “[...] *quando a mãe me dá dinheiro como no bar, mas às vezes ela não dá... daí se to com fome como a merenda*”. (Aluna G, Escola Marina Vargas).

Apenas no município de Cerrito onde as escolas não possuem cantina, a adesão dos alunos que participaram do projeto é total a merenda da escola (Tab. 2). Nestes espaços, em maior ou menor medida, se garante a segurança alimentar dos alunos durante o período escolar, enquanto que nos demais municípios a preferência deste público recaí sobre comer as guloseimas vendidas na cantina. Neste sentido, promover ações que levem estes adolescentes a se alimentar saudavelmente torna-se fundamental, uma vez que as opções deles nem sempre, ou quase nunca, recaem sobre alimentos saudáveis e práticas alimentares adequadas, o que é muito preocupante no estágio de vida em que estes adolescentes estão (24).

Frente a esta situação, questionamos se os alunos recebem orientações sobre a alimentação no período escolar, as respostas foram taxativas, “*não, nunca*”. Situações assim corroboram com

as representações negativas sobre os hábitos alimentares de adolescentes, mostrando que estas estão incrustadas por toda parte e que pouco se faz para mudar este cenário¹⁰². Deste modo, as próprias escolas, ao negligenciarem informações e buscarem soluções, são complacentes com tais hábitos.

As discussões até aqui apresentadas encontram par nas considerações feitas por diversos autores (30, 31, 32, 33), nas quais se chama a atenção para o fato de que as atividades educativas em nutrição desenvolvidas no ambiente escolar não têm conseguido alterar as representações em torno da “merenda”, deixando que impressões e percepções negativas se formem sobre esta e os alimentos que a compõe. Há que se ter em mente que este processo é histórico e se reforça com a falta de discussões nos ambientes escolares. Soma-se a isto a falta de diálogo em casa que esclareça a relevância de se manter bons hábitos alimentares (22).

Em outra atividade realizada com os alunos solicitamos que elaborassem um cardápio ideal, apenas com os alimentos que os mesmos gostariam de ingerir. Em geral os cardápios não destoaram muito do que realmente os alunos consomem em seu dia a dia, porém no horário da merenda na escola os alunos criaram refeições pouco saudáveis compostas por refrigerantes, salgadinhos, frituras e doces.

Este fato confronta a própria fala dos alunos que afirmam saber que alimentos deste tipo fazem mal para a saúde. Percebe-se que existe no inconsciente destes adolescentes a percepção do que é saudável e o que não é, todavia, as representações sociais que possuem sobre a merenda e o que comer na escola, atua como uma barreira a *emancipação alimentar*¹⁰³. A Figura 3, elaborada a partir das construções feitas pelos alunos, traz uma síntese destas discussões e somada aos trechos apresentam o paradoxo entre bom e saudável.

¹⁰² Convém mencionar que algumas escolas estudadas desenvolvem na pré-escola e nas séries iniciais do ensino básico trabalhos que tratam sobre a alimentação escolar, no entanto, no decorrer do processo educativo essas iniciativas vão perdendo força e questões referentes a este tema vão sendo deixadas de lado.

¹⁰³ Entende-se por emancipação alimentar o ato de alimentar-se sem levar em conta a pressão da mídia sobre o consumo dos alimentos.

Os trechos que seguem reforçam e demonstram que a consciência dos alunos não é suficiente para fazê-los mudar suas rotinas alimentares: **a)** *“Eu sei que como **errado**...podia estar comendo **coisas saudáveis**. É que quanto mais **gorduroso e saboroso**, melhor!”* (Aluna A, Escola Marina Vargas); **b)** *“No encontro passado a gente só falou sobre comida saudável e que nós temos que comer em casa e hoje a gente fez **nosso cardápio** e que não **teve muita comida saudável**. Teve mais comida gordurosa”* (Aluno B, Escola Presidente Castelo Branco); **c)** *“É que nem sempre a gente come o que quer comer e no horário que queremos. Nem sempre tem aquele alimento que a gente tem desejo de comer. [...] hoje eu falei o que eu gostaria de comer todos os dias, às vezes sabendo que **não faz bem para saúde**, mas a gente acaba comendo por gula”* (Aluna C, Escola Germano Hübner).

Grande atenção tem que ser dada a este fato, pois muitas vezes estas representações não se constroem na escola e sim fora dela, através da falta de reais informações e da propaganda que se faz em torno dos alimentos industrializados. Todavia, nos parece que a escola é um local chave para auxiliar na reconstrução dessas representações através da informação desses jovens sobre o tema, e da oferta apenas de alimentos saudáveis durante o período escolar, atendendo-se assim a proposta do PNAE: uma alimentação equilibrada e saudável.

Como mostramos anteriormente, das seis escolas estudadas quatro possuem cantinas, fato que possibilita aos alunos comerem o que quiserem durante a permanência na escola. Não fosse a gravidade desta questão em si, há também o fato de que se as escolas vendem é porque não é proibido comer e, mais ainda, se pode comer. Nos defrontamos com as mais inusitadas situações no desenvolvimento de nosso trabalho, que reforçaram nossa percepção em relação a importância dada a merenda escolar que não é vista como uma garantia de segurança

alimentar para os alunos e sim como uma possibilidade de fazer um caixa¹⁰⁴ para escola, mesmo que isto reforce os péssimos hábitos alimentares.

Em uma das escolas, onde existe o dia da merenda ser vendida pelos alunos, o dia foi trocado para o dia em que desenvolvíamos nossas atividades, assim, a venda de alimentos industrializados se justificaria, pois era em prol da viagem de fim de ano dos alunos. Em outra escola, a venda no bar era quase que secreta, dentro de uma sala de aula, em uma prateleira havia todos os tipos de guloseimas que se pode imaginar. Entretanto, a situações mais preocupante que encontramos foi o funcionamento do bar dentro do refeitório em uma das escolas no interior, incentivando a vontade dos alunos em comer “porcarias” e, reforçando aos olhos de todos a ideia de que só come a merenda da escola quem realmente não pode comprar no bar.

A partir das questões apresentadas neste artigo fica evidente que no universo estudado, os hábitos alimentares dos adolescentes apontam para um quadro crescente de insegurança alimentar, respaldado pela falta de diálogos construtivos acerca do tema e fácil acesso aos alimentos com baixo teor nutricional. Deste modo, iniciativas como as que regem o PNAE não tem se configurado como um instrumento pedagógico, capaz de constituir um espaço educativo que estimule a integração de questões relativas à nutrição no currículo escolar. Este fato está associado à gestão do programa, realizada pelas escolas, já que estas possuem autonomia para isto. Soma-se a este fato a necessidade de romper com os mitos sobre a alimentação ou merenda escolar, agregando valor a mesma tanto do ponto de vista nutricional quanto social, pois é crucial mudar o cenário em nosso país para garantir a segurança alimentar dos escolares dentro e fora da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹⁰⁴ A necessidade de fazer um caixa extra pelas escolas se deve a manutenção das mesmas, pois segundo os diretores entrevistados, é esse recurso que garante as trocas de fechaduras, vidros quebrados e outras pendências diárias que surgem e precisam ser resolvidas com urgência.

O propósito essencial deste trabalho esteve centrado não apenas em apresentar os hábitos alimentares seguidos atualmente pelos adolescentes que frequentam escolas públicas no extremo sul do Brasil, mas também de investigar como se apresentam as representações sociais que se conformam em torno deste tema e, analisar igualmente como estas representações se relacionam com as mudanças propostas para alimentação escolar através do PNAE.

A partir da análise dos dados foi possível inferir que os hábitos alimentares praticados pelas crianças dentro das escolas não se encaixam com o que se preconiza para um novo perfil alimentar escolar que garanta a segurança alimentar e nutricional. Tem contribuído para este cenário a ineficiência dos gestores escolares que não trabalham a educação alimentar dentro da educação básica na maioria das escolas públicas e em quase todas as escolas investigadas. A que se ter em mente que as construções em torno da educação alimentar devem permear toda seara do processo educacional, começando na pré-escola e perpassando todas as etapas do período escolar, pois só assim, será possível construir junto a esta comunidade um novo olhar¹⁰⁵.

Parece-nos que o fato de existir uma resistência norteadas pelas preferências culturais, pelo paladar, pela rejeição voluntária a alimentação saudável, constituem também um dos grandes problemas relacionados à alimentação na atualidade. Sendo assim, há necessidade de construir espaços para que novas representações sejam em relação a alimentação, através do desenvolvimento de programas de educação nutricional que envolvam a comunidade escolar (chamando os pais para este debate) priorizando a orientação, a informação e a discussão deste tema, o que poderá refletir na melhor aceitação de uma dieta alimentar saudável produzida preferencialmente a partir de alimentos provenientes da agricultura familiar local.

¹⁰⁵ Quando nos referimos a um novo olhar sobre alimentação estamos falando de romper com os mitos sobre a merenda como algo ruim ou desqualificado, que boa alimentação é a industrializada, isto não apenas para as crianças mais também como para muitos pais.

Deste modo, poderemos caminhar para a consolidação de hábitos alimentares saudáveis com a incorporação de maior variedade de alimentos na dieta habitual das crianças e adolescentes, podendo assim imprimir novas representações sobre o ato social de alimentar-se, com qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 FREITAS, M. C. S. **Agonia da fome**. Ed. UFBA, Salvador, 2003.
- 2 MACIEL, M. E. **Identidade Cultural e Alimentação**. In: CANESQUI, J. C. (org.), Uma Introdução à Reflexão sobre a Abordagem Sociocultural da Alimentação. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2005, p. 49-55.
- 3 CANESQUI, A. M. **Comentários sobre os Estudos Antropológicos da Alimentação**. Uma Introdução à Reflexão sobre a Abordagem Sociocultural da Alimentação. In: CANESQUI, J. C. (org.), Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2005, p. 23-48.
- 4 CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. M. D. Antropologia e nutrição: um diálogo possível Alimentação. In: CANESQUI, J. C. (org.), Uma Introdução à Reflexão sobre a Abordagem Sociocultural da. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2005, p. 9-19.
- 5 FISCHLER, C. **El (h)omnívoro: El gusto, la cocina y el cuerpo**. Barcelona: Editorial Anagrama; 421p. 1995.
- 6 MENASCHE, R. Alimentos transgênicos, incerteza científica e percepções de risco: leigos com a palavra. **Antropolítica**, Niterói, n. 21, p. 109-125, 2006.
- 7 OTSUKI, K. Sustainable partnerships for a green economy: A case study of public procurement for home-grown school feeding. **Natural Resources Forum**, v.35, p.213-222, 2011.
- 8 BRASIL Presidência da República, Casa Civil, **Lei Nº 11.947**, de 16 de junho de 2009, Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>. Acesso em Junho 2011.
- 9 PELIANO, A. M. Quem se Beneficia dos Programas Governamentais de Suplementação Alimentar. **IPEA**, Brasília, n. 205, 1990. 10p.
- 10 LOPES, J. R. B, TELLES, S. M. S., Caracterização das populações pobres no Brasil e de seu acesso a programas sociais. In: Galeazzi, M.A.M (Org.). **Segurança alimentar e cidadania**. Campinas: Mercado de Letras; 1996. p. 63-92.
- 11 DANELON, M. S., SILVA, M. V. Análise das condições higiênico-sanitárias das áreas de preparo e consumo de alimentos, disponíveis para alunos de escolas públicas e privadas. *Revista Higiene Alimentar*, v. 21, n. 152, p. 25–30, jun. 2007.
- 12 WESTPHAL, M. F. **Participação Popular e Políticas Municipais de Saúde: Cotia e Vargem Grande Paulista**. 1992. Livre Docência. Departamento de Prática de Saúde Pública, da Faculdade de Saúde Pública da USP, Concurso de Livre Docência. USP. São Paulo.

- 13 CAPLAN, S. Using focus group methodology for ergonomic design. **Ergonomics**, v. 33, n. 5, p. 527-33, 1990.
- 14 BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo, Edições 70, 2011, 279.
- 15 MOSCOVICI, S. **Representações sociais. Investigações em psicologia social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- 16 FLAMENT, C. Consensus, salience, and necessity in social representations. **Papers on social representations** (versión en línea). Vol. 3. p. 98-105, 1994. URL disponible: <http://www.swp.unilinz.ac.at/content/index.html>> acesso em maio de 2013.
- 17 MOSCOVICI, S. **El psicoanálisis, su imagen y su público**. Buenos Aires: Editorial Huemul, 1979.
- 18 VALA, J. Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano. In: J. Vala, e M. B. MONTEIRO (Org.). **Psicologia Social**. 4.^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. p. 457-502.
- 19 JODELET, D. La representación social: fenómenos, conceptos y teoría. In: Moscovici, S. **Psicología social II. Pensamiento y vida social. Psicología social y problemas sociales**. Barcelona-Buenos Aires-México: Paidós. 1984
- 20 MOSCOVICI, S. **A Representação Social Da Psicanálise**. Rio De Janeiro: Zahar, 1978.
- 21 PAIVA, J. B. **Hábitos alimentares regionais no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar em um município do sertão baiano: uma abordagem qualitativa**. 132 f. 2011. (Dissertação em Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde, Escola de Nutrição) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- 22 BEZERRA, J. A. B. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo. V. 14 n. 40 jan./abr. 2009.
- 23 LOZANO, C.; AGUILAR, E. Natural, tradicional y de la tierra. La promoción de la calidad agroalimentaria en los nuevos espacios rurales andaluces. In SOLER, M. y GUERRERO, C. (Coords.) **Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza**. Sevilla: Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico, Consejería de Cultura, p. 126-139, 2010.
- 24 STURION, G.L, SILVA, M.V., OMETTO, A.M.H., FURTUOSO, M.C.O., PIPITONE, M.A.P. Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação Escolar no Brasil. **Revista de Nutrição**. Campinas, v.18, n.2, p. 167-81, mar./abr. 2005.
- 25 MCGUIRE, A.M. Quality of life in women with epilepsy. In: M.R.Trimble (Edt.). **Women and epilepsy**. Chichester: John Wiley & Sons. 1991.
- 26 MONIS, L. V. P. Educação nutricional e a formação do hábito alimentar no contexto do escolar. Relatório de Iniciação Científica. 142f. 2004. Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP. Piracicaba – SP, 2004.
- 27 IBGE, 2011 - **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009**. Análise do Consumo Alimentar Pessoal no Brasil.
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009_analise_consumo/comentario.pdf
- 28 CAROBA, D. C. R. **A escola e o consumo alimentar de adolescentes matriculados na rede pública de ensino**. 2002. 162f. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos), Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz. Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2002.

29 CARVALHO, L. M. F. **Preferências alimentares de crianças e adolescentes matriculados no ensino fundamental da rede pública da cidade de Bauru: uma análise de fatores ambientais no estudo da obesidade**. 96f. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicobiologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2005

30 ABREU, M. Alimentação escolar: combate à desnutrição e ao fracasso escolar ou direito da criança e ato pedagógico? **Em Aberto**, Brasília, v.15, n.67, p.5-20, 1995.

31 CASTRO, C. M., PELIANO, A. M. Novos alimentos, velhos hábitos e o espaço para ações educativas. In: CASTRO, C. M., COIMBRA, M. (Org.). **O problema alimentar no Brasil**. São Paulo : Unicamp, 1985. p.195-213.

32 MOYSES, M. A. A., COLLARES, C. A. L. Aprofundando a discussão das relações entre desnutrição, fracasso escolar e merenda. **Em Aberto**, Brasília, v.15, n.67, p.33-56, 1995.

33 PIPITONE, M. A. P. A relação saúde e educação na escola de 1º Grau. **Alimentação e Nutrição**, São Paulo, n.65, p.48-52, 1995.

FIGURAS E TABELAS

Tabela 1: Informações gerais sobre as escolas estudadas e seu público.

Municípios	Escolas	Localização	Alunos no último ano	Alunos no projeto	Total de Professores	Nº de Merendeiras
Canguçu	Castelo Branco	Rural	26	12	17	2
	Irmã Firmina Simon	Urbano	34	10	42	2
Cerrito	Ulisses Guastucci	Rural	12	06	11	2
	Dr. Jaques	Urbano	10	12	18	1
São Lourenço do Sul	Germano Hubner	Rural	28	10	28	2
	Marina Vargas	Urbano	17	15	44	2

Fonte: Pesquisa de campo (2012)

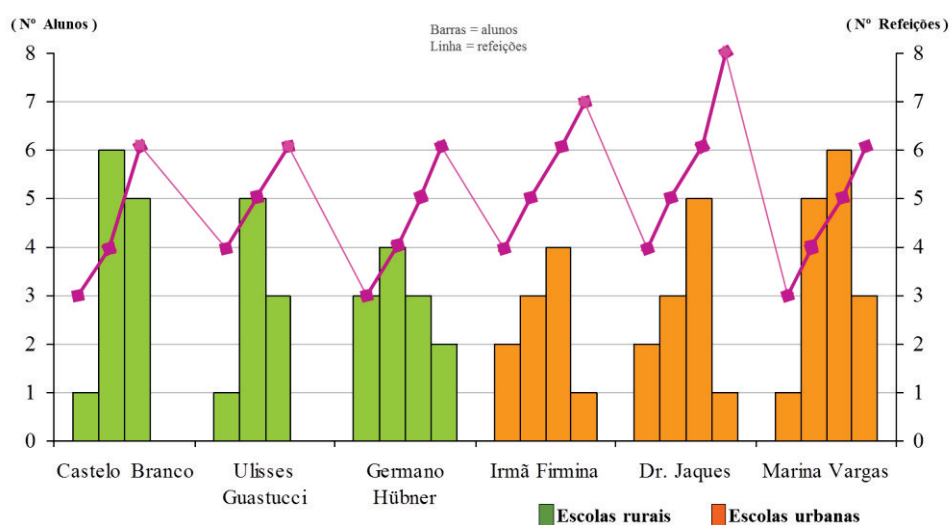


Figura 1 – Distribuição do número de refeições diárias realizadas por aluno no espaço urbano e rural.

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Quadro 1. Diversidade de alimentos e frequência de consumo diário, por aluno, no espaço rural e urbano.

Alimentos	Frequência de Consumo Diário	
	Rural	Urbano
Arroz	84,2%	96,9%
Pão	78,9%	68,8%
Feijão	76,3%	93,8%
Carnes	63,2%	87,5%
Legumes	55,3%	15,6%
Verduras	39,5%	31,3%
Leite	39,5%	65,6%
Bolacha	36,8%	46,9%
Geléia	31,6%	-
Guloseimas*	31,6%	37,5%
Massas	28,9%	37,5%
Margarina	21,1%	34,4%
Frutas	21,1%	40,6%
Torradas	5,3%	15,6%
Pastel frito	2,6%	9,4%
Lanches**		31,3%
Batata fritas		21,9%
Achocolatado		15,6%
Pizza		3,1%
Bebidas		
Café	78,9%	43,8%
Suco	44,7%	43,8%
Refrigerante	13,2%	59,4%
Iogurte	5,3%	15,6%
Água	5,3%	6,3%

* balas, salgadinhos, bolacha recheada.

**cachorro-quente, baúru.

Fonte: Pesquisa de campo (2012).



Figura 2 – Nuvem de palavras em tamanho referente a frequência de menção.
Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Tabela 2: Distribuição dos alunos segundo o seu comportamento alimentar no ambiente escolar.

Escola	Alunos que merendam no refeitório	Alunos que merendam na cantina	Não merendam na escola	Total de alunos
Dr. Jaques	11	.*	-	11
Marina Vargas	3	11	1	15
Firmina Simon	6	3	1	10
Ulisses Guastucci	9	.*	-	9
Castelo Branco	3	9	-	12
Germano Hubner	-	13	-	13

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Nota: Não possui cantina.

Termo	Designações	Termo	Designações
Comida Boa	Com sal	Alimento Saudável	Não processado
	Com temperos		Plantado localmente
	Gordurosa		Sem agrotóxicos
	Doce		Sem gorduras
	I N D U S T R I A I S		N A T U R A I S

Figura 3: Representações dos alunos em relação as categorias “comida boa” e “alimento saudável”.

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

6 Considerações finais

A pesquisa desenvolvida nos últimos três anos reuniu um conjunto de informações bastante amplo com respeito à dinâmica da agricultura familiar no Sul do Brasil, particularmente, com a questão do PNAE. Ficou evidenciado o caráter transversal desta política pública, assim como o leque de aspectos que se apresentam quando realizamos a aproximação com o papel dos atores envolvidos nas experiências em curso.

Ao longo dessa tese buscamos abordar os diversos elementos que delineiam as escolhas dos alimentos feita por escolares, bem como, os aspectos que são levados em consideração pelos agricultores na hora de produzi-los. Além disto, procuramos compreender a forma como os gestores municipais vêm conduzindo este processo, e qual espaço é reservado aos agricultores.

Frente à realidade estudada, constatamos a confirmação de algumas hipóteses que deram origem a nossa pesquisa e a refutação de outras, cujos aspectos centrais discutiremos na sequência.

Nosso estudo identificou a complexidade envolvida no estabelecimento das novas redes agroalimentares. Diversos autores vêm abordando as modificações nas esferas da produção e do consumo. Embora se possa observar relativa mudança nos discursos sobre a alimentação escolar em nosso país, na prática não verificamos efetivas transformações além da mudança das falas, isto porque, para que se estabeleçam novos hábitos alimentares é necessário se efetivar ações que não sejam verticais e, sim horizontais, construídas por todos e para todos.

No município de Canguçu, de modo geral, não foi possível perceber uma coesão de ações que culminem no esclarecimento sobre a urgência das alterações no padrão alimentar, na valorização do que é produzido pela agricultura familiar local, e a relação destas ações com a qualidade na educação. As gestões municipais de Cerrito e São Lourenço do Sul apresentaram uma maior clareza em

relação a este aspecto, mas ainda esbarram na dificuldade de que todos os envolvidos no processo tenham essas premissas como denominador comum.

Neste sentido, mesmo que se reconheça que as modificações recentemente introduzidas no Programa Nacional de Alimentação Escolar e o fortalecimento dos mercados institucionais como um processo mais amplo de afirmação do espaço da agricultura familiar.

O cenário encontrado nos três municípios apresentou-se de forma heterogênea, sendo que em Cerrito o limite está em trabalhar o caráter pedagógico adjacente ao PNAE. Em relação a São Lourenço do Sul a maior dificuldade constatada reside na incompreensão da gestão escolar (direção e professores) em materializar ações que reflitam na adoção dos bons hábitos alimentares, sobretudo, pela presença dos bares nas escolas. Por sua vez, em Canguçu detectou-se um contexto mais preocupante, pois os gestores municipais ainda não haviam sequer incorporado as diretrizes para operacionalizar o programa. Soma-se a isto, a falta de assistência técnica local e desarticulação dos agricultores por defrontarem-se com estas questões. Desta forma, o processo de participação cidadã acaba não ocorrendo e os agricultores esbarram na construção de uma organização estratégica e democrática que viabilize a transformação da realidade social.

É evidente que a gestão e funcionamento do PNAE depende de um entendimento conjunto de diversos órgãos. Deste modo, seu peso recai sobre a capacitação profissional das pessoas responsáveis pelo programa em cada município. Constatou-se que ainda existe um despreparo por parte de alguns funcionários municipais para que o funcionamento deste programa aconteça forma a contemplar a sua transversalidade e integralidade. Esse fato, aliado aos entraves burocráticos do PNAE, acarretam em alguns casos, desconfiança e descrédito por parte dos agricultores, que sabidamente se apresentam como grandes interessados em que o programa funcione evidenciando, portanto, um distanciamento entre o que preconiza a lei em termos dos seus objetivos e a realidade estudada.

Cumprе resgatar que a alimentação escolar está inserida num contexto mais amplo, ligado às questões pedagógicas, aos hábitos alimentares e aos valores simbólicos das coletividades em que opera. Nesta perspectiva, foi possível identificar que um dos maiores limites do desenvolvimento pleno do programa está na postura assumida pelos gestores e servidores das escolas, que não veem a alimentação escolar como uma premissa da educação básica, não incorporando-a aos currículos

pedagógicos. Neste sentido, há que se repensar os currículos escolares como forma de dar à alimentação escolar o peso que realmente possui junto ao processo educativo. Entretanto, para que isto aconteça há que se trabalhar no sentido modificar certas práticas em torno da alimentação por parte de todo grupo que compreende a comunidade escolar.

O que discutimos até aqui se torna mais relevante ao constataremos que mesmo estando internalizado o que é um alimento saudável e sua importância para a saúde, a maioria dos alunos com os quais trabalhamos não incorpora boas práticas alimentares. As representações sociais sobre comida boa associam o que é bom para o paladar, com bastante sal, gordura e outros ingredientes que, em excesso, são maléficos à saúde. A merenda ainda é vista por eles como algo ruim e sem expressão dentro do processo escolar. Discutir este tema não faz parte do cotidiano dos alunos, especialmente porque possuem suas preferências assentadas em produtos industrializados e de marca popularmente conhecida¹⁰⁶. Estes dados corroboram para a constatação de que o ambiente escolar não se mostra preparado para desenvolver seu papel nesse processo.

Outro ponto frágil que constatamos com o desenvolvimento do trabalho é a falta de importância dada à necessária aproximação entre os agricultores familiares (fornecedores de alimento para as escolas) e a comunidade escolar propriamente dita, ainda que de forma tênue, no município de Cerrito houvesse algumas ações neste sentido. A relevância deste fato se dá principalmente por julgar que essa seria uma forma eficaz de modificar o olhar dos jovens rurais para as representações que pairam historicamente sobre o rural, como um lugar desinteressante e monótono. Mostrar nas escolas que os agricultores familiares são a chave para se construir a segurança alimentar e nutricional em nosso país é afirmar a importância desta categoria.

Por outro lado, foi possível verificar que as ações que encontram-se em andamento devem atuar mais fortemente no sentido de valorizar o trabalho dos agricultores familiares que atualmente fornecem alimentos às escolas. A consolidação do acesso destes agricultores aos mercados institucionais, particularmente no caso estudado, o PNAE, fortalece a produção de alimentos

¹⁰⁶ Exemplo: Coca-cola, Elma chips, Mcdonalds, dentre outras.

saudáveis sendo uma das mais importantes estratégias para assegurar a soberania alimentar neste país.

Finalmente, consideramos que o presente estudo não teve a pretensão de esgotar o assunto em relação às representações sociais em torno da alimentação escolar, ao contrário, sinaliza o quanto existe ainda a ser explorado para que de fato possamos evoluir no processo de educação alimentar e no fortalecimento dos laços com a produção agrícola familiar agroecológica.

Referências

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada** – nº 2, vol. IV. p. 379-39, 2000.

ABRAMOVAY, R.; BALDISSERA, I. T.; CORTINA, N.; FERRARI, D.; SILVESTRO, M.; TESTA, V. M. - **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios** - Chapecó, Brasília - Convênio FAO-INCRA/CPPP-EPAGRI – Edições UNESCO, 1998.

ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R. Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações brasileiras de agricultores familiares. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, nº 24, 2010, p. 268-306.

ABREU, M. Alimentação escolar: combate à desnutrição e ao fracasso escolar ou direito da criança e ato pedagógico? **Em Aberto**, Brasília, v.15, n.67, p.5-20, 1995.

ABRIC, J. Central system, peripheral system: their functions and roles in the dynamic of social representations. **Papers on Social Representations**. Vol. 2. p. 75-78. 1993. Disponível em: <http://www.swp.uni-linz.ac.at/content/index.htm>. Acesso em: Mai./2013.

AGUILAR CRIADO, E. Productos locales, mercados globales. Nuevas estrategias de desarrollo en el mundo rural. IN: GARCÍA DOCAMPO, M. (ED.), **Perspectivas teóricas en desarrollo local**. La Coruña: Netbiblo, p. 147-169. 2007.

ALONZO, L.E. La mirada cualitativa en sociologia una aproximación interpretativa. **Colección Ciencia**. Editorial Fundamentos. Caracas. 268p. 1998.

ALTEMBURG, S.G. N. **A Percepção Ambiental dos Agricultores vinculados a uma Rede de Referência em agricultura familiar: Uma análise sobre as práticas**

Agroecológicas e a Qualidade de Vida. 128f, 2011. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar), Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

ALTIERI, M. **Agroecologia:** a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4a ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 110p. 2004.

AMON, D., MENASCHE, R. Comida como narrativa da memória social. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 13-21, 2008.

ANDERSSON, F. S. **O Processo de Certificação de Hortaliças na Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda.: Um estudo de caso.** 132f, 2011. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar), Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

ANDERSSON, F.S.; BECKER, C.; ALTEMBURG, S. N.; CALDAS, N.V. A produção de base ecológica no território zona sul do Estado do Rio Grande do Sul: Controle social e protagonismo na agricultura familiar. **Revista de la Facultad de Agronomia (La Plata)**, v.112, p.62-71, 2013.

ANGELIS, R. C. **Fisiologia da nutrição.** São Paulo: Edart/USP, p. 22, 1977.

ARENDT, H. **Men in Dark Times.** Londres: Jonathon Cape, 1970.

BAPTISTA, P.; VENÂNCIO, A. **Os perigos para a segurança alimentar no processamento de alimentos.** Ed. Forvisão – Consultoria em formação integrada, LDA. 1º Ed. 2003 disponível em:
http://www.ciencia20.up.pt/attachments/article/92/manual_4_perigos.pdf.

BARBOSA, L. Feijão com arroz e arroz com feijão: o Brasil no prato dos brasileiros. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 87-116. 2007.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2011.

BAUER, M.W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. (Trad. Pedrinho A. Guareschi). 10ª ed. Petrópolis. Rio Janeiro: Ed. Vozes. 516p. 2012.

BECK, U. **¿Qué es la globalización?:** falacias del globalismo, respuestas a la globalización, Barcelona, Paidós Ibérica. 1998.

BECKER, C. **Mercados Institucionais e Agricultura Familiar: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em municípios do território Zona Sul do Rio Grande do Sul.** 129f. 2010. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar), Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

BECKER, C.; ANDERSSON, F. S.; ALTEMBURG, S.G.N.; COSTA, L.C. Novas concertações sociais e antigos entraves “burocráticos”: a produção de base familiar e ecológica frente aos desafios de acesso ao PNAE. **Revista Cadernos de Agroecologia**, v. 6, p. 1-5, 2011.

BELIK, W.; SILVA, J. G.; TAKAGI, M. Políticas de combate à fome no Brasil. In: **Revista São Paulo em Perspectiva**, Fundação Seade - São Paulo, vol. 15, n. 4, p. 119-129, 2001.

BELIK, W.; SOUZA, L. R. Algumas reflexões sobre os programas de alimentação escolar na América Latina. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 33, p. 103-122, 2009.

BELIK, W.; CHAIM, N. A. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**. Campinas. v. 5, n. 22, p. 595-607, 2009.

BEZERRA, J. A. B. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.

BOSS, M. Na Noite Passada Eu Sonhe. ... 3. ed. **Revista Summus**, São Paulo, 1979.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. **Programas, PNAE, Apresentação.** 2012a. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>. Acesso em nov/2013.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.** 2012b. Disponível em:

http://portal.mda.gov.br/portal/sra/arquivos/download/PNAE_SAF.pdf?version_id=14503821. Acesso em nov/2013.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, EMENDA CONSTITUCIONAL 64, de 04 de fevereiro de 2010, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2003- Acesso em: jun./2011.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, DECRETO Nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_07/_Ato2010/2010- Acesso em: agost./2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução/CD/FNDE Nº 38**, de 16 de julho de 2009a. Disponível em: http://www.mp.rs.gov.br/areas/gapp/arquivos/res_alimentacao_escolar.pdf>. Acesso em: jun./2011.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, **Lei Nº 11.947**, de 16 de junho de 2009b, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em: jun./2011.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, **Lei Nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: jun./2011.

BRUNORI, G.; MALANDRIN, V; ROSSI, A. Trade-off or convergence? The role of food security in the evolution of food discourse in Italy. **Journal of Rural Studies**, 2012, p. 11.

BRUYN, S. **La Perspectiva Humana en Sociología**. Buenos Aires: Amorrortu, Editores. 1966.

CALDAS, N. V. **Estudo comparativo entre sistemas de certificação de produtos orgânicos nos contextos da agricultura familiar brasileira e espanhola**. 208f. 2011. Tese (Doutorado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar). Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2011.

CALDAS, N. V. **Agricultura Familiar e Previdência Social Rural**: um estudo comparativo em quatro municípios gaúchos. 2008, 118f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar), Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

CALDAS, N. V., SACCO DOS ANJOS, F., BEZERRA, A. J. A., CRIADO, E. A. Certificação de Produtos Orgânicos: obstáculos à implantação de um sistema participativo de garantia na Andaluzia, Espanha. **Revista RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 50, N° 3, p. 455-472, Jul/Set., 2012.

CALDAS, N. V.; ANJOS, F.S.; BECKER, C.; FERREIRA, A. G. Desafios e possibilidades: certificação social e solidária no contexto da agricultura familiar. In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira Economia e Sociologia Rural. Londrina: UFPR-SOBER, 2007. **Anais...**Londrina, 2007.

CALLEJO, J. Modos de consumo y sociedad del riesgo. In: **Revista Internacional de Sociología** (RIS), Tercera Época, nº 40, p. 133-157. 2005.

CAMARANO, A. A. e ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 23p., Texto para discussão, n.621.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.17, n.1, p.11-40, 2000.

CANESQUI, A. M. Uma Introdução à Reflexão sobre a Abordagem Sociocultural da Alimentação. In: CANESQUI, J. C. (org.), **Comentários sobre os Estudos Antropológicos da Alimentação**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2005, p. 23-48.

CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. M. D. Antropologia e nutrição: um diálogo possível Alimentação. In: CANESQUI, J. C. (org.), Uma Introdução à Reflexão sobre a Abordagem Sociocultural da. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2005, p. 9-19.

CAPLAN, S. Using focus group methodology for ergonomic design. **Ergonomics**, v. 33, n. 5, p. 527-33, 1990.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER/-IICA, 2004. 166 p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. **Agroecologia. Enfoque científico e estratégico**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.2, abr./junh. 2002.

CARMO, M. B, TORAL, N, SILVA, M. V, SLATER, B. Consumo de doces, refrigerantes e bebidas com adição de açúcar entre adolescentes da rede pública de ensino de Piracicaba, São Paulo. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, nº 9, p.121-30, 2006.

CAROBA, D. C. R. **A escola e o consumo alimentar de adolescentes matriculados na rede pública de ensino**. 2002. 162p. (Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos), Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz. Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2002.

CARVALHO, L. M. F. **Preferências alimentares de crianças e adolescentes matriculados no ensino fundamental da rede pública da cidade de Bauru: uma análise de fatores ambientais no estudo da obesidade**. 96f. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicobiologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2005.

CASALINHO, H. D. **Qualidade do Solo como Indicador de Sustentabilidade em Agroecossistemas**. 193f. 2003. Tese (Doutorado em Agronomia) – Faculdade de Agronomia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2003.

CASCUDO, C. História da alimentação no Brasil. 1983 [1963] Brasil. 2 vols. São Paulo, Itatiaia.

CASTRO, C. M., PELIANO, A. M. Novos alimentos, velhos hábitos e o espaço para ações educativas. In: CASTRO, C. M., COIMBRA, M. (Org.). **O problema alimentar no Brasil**. São Paulo: Unicamp, 1985. p.195-213.

CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro pão ou aço**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 318p.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COBRA, R. Q., Fenomenologia. **Temas de Filosofia**. 2005. Disponível em: <http://www.cobra.pages.nom.br> Acesso em: 10 de novembro de 2011.

COLTRO, A. **A fenomenologia: um enfoque metodológico para além da modernidade**. Caderno de Pesquisas em administração, São Paulo, v.1, n.11, 2000.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR. **Documento de Referência da II conferência de Segurança Alimentar e Nutricional:** Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional, Brasília, 2004.

CRUZ, F. T. **Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais : um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do queijo serrano dos Campos de Cima da Serra.** 292f. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. (Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, p.51-65, 1996.

DA MATTA, R. Sobre comidas e mulheres... In: DA MATTA, R., **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, p. 49-64, 1997.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. DAGNINO, E. (org). **Anos 90 - Política e sociedade no Brasil.** Ed. Brasiliense, p. 103-115, 1994.

DANELON, M. S.; SILVA, M. V. Análise das condições higiênico-sanitárias das áreas de preparo e consumo de alimentos disponíveis para alunos de escolas públicas e privadas. **Revista Higiene Alimentar**, v. 21, n. 152, p. 25-30, 2007.

DIAS, C. Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. **Informação Sociedade**, v. 10, n.2, 2000.

DÍAZ MÉNDEZ, C.; GÓMEZ BENITO, C. Del consumo alimentario a la sociología de la alimentación. In: **Distribución y Consumo**, n. 60, p. 5-23. 2007.

DURKHEIM, E. **As Regras do método Sociológico.** SP: Ed. Nacional, 1978.

FELICIELLO, D.; GARCIA, R. W. D. Cidadania e Solidariedade: as Ações Contra a Miséria. In: GALEAZZI, M. A. (org). **Segurança Alimentar e Cidadania:** as Contribuições das Universidades Paulistas. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 352 p., 1996.

FISCHLER, C. **El (h)omnívoro:** El gusto, la cocina y el cuerpo. Barcelona: Editorial Anagrama; 1995. 421p.

FISCHLER, C. El comensal Del siglo XX. In: FISCHLER, C. **El (h)omnívoro: el gusto, la cocina y el cuerpo**. Barcelona: Anagrama, 1995. p. 175 – 218.

FISCHLER, C. A “MCDonaldização” dos costumes. In História da alimentação. p.841-862. FLANDRIN, J. L. (org.) e MONTANARI, M. (org.); tradução de Luciano Vieira Machado, Guilherme J. F. Teixeira - São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FLAMENT, C. Consensus, salience, and necessity in social representations. **Papers on social representations** (versión en línea). Vol. 3. p. 98-105. 1994. Disponível em: <http://www.swp.unilinz.ac.at/content/index.html>. Acesso mai./2013.

FLANDRIN, J. L. Le goût a son histoire. **lemangeur-ocha.com** - Piault, Fabrice (sous la direction de). Le mangeur. Menus, maux et mots. Autrement, Coll. Mutations/Mangeurs N°138, Paris, 1993, 171 p.

FLANDRIN, J. L. MONTANARI, M. (Orgs). História da alimentação. tradução de Luciano Vieira Machado, Guilherme J. F. Teixeira - São Paulo: Estação Liberdade, 1998. 885p.

FREITAS, M.C.S. **Agonia da fome**. Ed. UFBA, Salvador, 2003.

FRIEDMANN, H.; MCMICHAEL, P. Agriculture and State System. **Sociologia Ruralis**, v.29, n.2, p.93-117, 1989.

GALVÃO, M.C. C. As múltiplas facetas do espaço agrário no Brasil. In: **O ensino de geografia de 1º e 2º graus frente às transformações globais**. 1º ed .Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: IGEO/UFRJ, 1996. p. 101-116.

GERMOV, J. e WILLIAMS, L. 1996, **The sexual division of dieting: women's voices**, Sociological Review, vol. 44, p. 630-47.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5º edição. São Paulo, Atlas, 1999.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia – Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 653p. 2005.

GOODY, J. Panorama general. In: **Cocina, cuisine y clase**: estudio de sociología comparada. Barcelona: Gedisa, 1995, p.23-59.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, University Chicago Press, Chicago, v. 78, Issue 6, p.1930-1938. 1973.

GRAZIANO DA SILVA, J.; TAVARES, L. **Segurança alimentar e a alta dos preços dos alimentos**: oportunidades e desafios, Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 15(1): p.62-75, 2008.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. 281 f. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2012.

HARRÉ, R. Some reflections on the concept of 'social representation': **Social Research**, 51, p. 927-938, 1984.

HIRAI, W. G., **Agricultura familiar e segurança Alimentar: a importância da produção para o autoconsumo em três municípios do RS**. 145f, 2008. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar), Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

HIRAI, W. G., SACCO DOS ANJOS, F. Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Nº 8, ano VI, dez. 2007.

HOFFMANN, R. Segurança Alimentar e Produção de Etanol no Brasil. Campinas: **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**; 2006 13(2). Disponível em: http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/Producao_de_Etanol.pdf

IBGE, 2011 - **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009**. Análise do Consumo Alimentar Pessoal no Brasil. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009_analise_consumo/comentario.pdf. Setembro de 2013.

INSTITUTO DA CIDADANIA. **Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil**. 2001.

JODELET, D. La representación social: fenómenos, conceptos y teoría. In: Moscovici, S. **Psicología social II. Pensamiento y vida social. Psicología social y problemas sociales**. Barcelona-Buenos Aires-México: Paidós. 1984.

JODELET, D. Folie et représentations sociales. Paris: PUF, 1989.

KAC, G. VELÁSQUEZ-MELÉNDEZ; G. A transição nutricional e a epidemiologia da obesidade na América Latina. Cadernos de Saúde Pública, v. 19, p. 4-5, 2003.

KENNEDY, E. Healthy meals, healthy food choices, healthy children:USDA's Team Nutrition. **Preventive Medicine**, 25, p.56-60.

LAMARCHE, H. (Coord.) **A Agricultura Familiar. Comparação Internacional - Uma Realidade Multiforme**. (Trad. de TIJIWA, A.) Coleção Repertórios Campinas: Ed. UNICAMP, 1993. 336 p.

LEITE, S. P. **Estado, padrão de desenvolvimento e agricultura: o caso brasileiro**. Estudos sociedade e agricultura, Rio de Janeiro, v. 13, no. 2, p. 280-332, out. 2005.

LEVENSTEIN, H. A. Dietética contra gastronomia: Tradições culinárias, santidade e saúde nos modelos de vida americanos. In História da alimentação. p.825-840. FLANDRIN, J. L. (org.) e MONTANARI, M. (org.); tradução de Luciano Vieira Machado, Guilherme J. F. Teixeira - São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

LÉVI-STRAUSS, C. "A eficácia simbólica". **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.

LOPES, J.R.B, TELLES, S.M.S., Caracterização das populações pobres no Brasil e de seu acesso a programas sociais. In: Galeazzi, M.A.M (Org.). **Segurança alimentar e cidadania**. Campinas: Mercado de Letras; 1996. p. 63-92.

LOVATTO, P. B. **A percepção de agricultores familiares acerca da preservação e utilização de recursos naturais em propriedades rurais do município de Santa Cruz do Sul, RS, Brasil**. 262f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2007.

LOZANO CABEDO, C. **El sabor de la naturaleza. Agricultura ecológica en parques naturales andaluces**. Sevilla: Fundación Blas Infante, 2011.

LOZANO CABEDO, C.; AGUILAR, E. Natural, tradicional y de la tierra. La promoción de la calidad agroalimentaria en los nuevos espacios rurales andaluces. In SOLER, M. y GUERRERO, C. (Coords.) **Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza**. Sevilla: Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico, Consejería de Cultura, p. 126-139, 2010.

LOZANO CABEDO, C. La contribución de la producción ecológica a la cohesión territorial. **Agricultura Familiar en España**, p. 134-140, 2010.

MAANEN, J.V. Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface. **Administrative Science Quarterly**, Vol 24, nº4, December 1979, p. 520-526.

MACIEL, L.R. **Mercado institucional de alimentos: potencialidades e limites para a agricultura familiar**. 2008. 115f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios), Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Faculdade Nacional de Brasília, Brasília, 2008.

MACIEL, M. E. Uma Introdução à Reflexão sobre a Abordagem Sociocultural da Alimentação. In: CANESQUI, J. C. (org.), **Identidade Cultural e Alimentação**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2005, p. 49-55.

MDA/SDT. Referências conceituais do Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável. CONDRAF/NEAD, 2003.

MALUF, R. S. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MALUF, R. S. J. **Segurança Alimentar e Nutricional: Conceitos fundamentais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009. 174 p.

MALUF, R. S; MENEZES, F.; VALENTE, F.L. Contribuição ao tema Segurança Alimentar no Brasil. **Revista Cadernos em Debate**. NEPA, UNICAMP, 1966, p. 66-88.

MARTINS, J.; BICUDO, M.A.V. **A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos**. São Paulo: Moraes/ EDUC, 1989.

MATTEI, L. F. Pronaf 10 anos : Mapa da produção acadêmica. Brasília : MDA, 2006. 202 p.

MCGUIRE, A.M. **Quality of life in women with epilepsy**. M.R.Trimble (Edt.). Women and epilepsy. Chichester: John Wiley & Sons. 1991.

MEDEIROS, L. Sem terra, “assentados”, “agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. GIARRACCA, Norma. **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001.

MENASCHE, R. Alimentos transgênicos, incerteza científica e percepções de risco: leigos com a palavra. **Antropolítica**, Niterói, n. 21, p. 109-125, 2006.

MINAYO, M.C.S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 7-29.

MINTZ, S.W. Comida e antropologia Uma breve revisão. **Revista brasileira de Ciências Sociais** - vol. 16 Nº. 47. 2001.

MIRASSE, J; MENASCHE, R. Nativo, cativo e estrangeiro: categorias alimentares e percepções sobre Segurança Alimentar e Nutricional. In: IV Encontro da Rede de Estudos Rurais, Curitiba, 2010. **Anais...**Curitiba, 2010.

MONIS, L.V.P. **Educação nutricional e a formação do hábito alimentar no contexto do escolar**. Relatório de Iniciação Científica. 142f. Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP. Piracicaba – SP, 2004.

MORGAN, K.; SONNINO, R. The School Food Revolution: Public Food and the Challenge of Sustainable Development. **Journal of Organic Systems**, Vol.3 n.2, 2008. London, 240 p.

MOSCOVICI, S. **A Representação Social Da Psicanálise**. Rio De Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. **El psicoanálisis, su imagen y su público**. Buenos Aires: Editorial Huelmul, 1979.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**. Investigações em psicologia social. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOYSES, M.A.A., COLLARES, C.A.L. Aprofundando a discussão das relações entre desnutrição, fracasso escolar e merenda. **Em Aberto**, Brasília, v.15, n.67, p.33-56, 1995.

NETO, O. C.; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M. Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto. Minas Gerais, 2002. **Anais...Ouro Preto**, 2002.

OLABUENAGA, J.I. R.; ISPÍZUA, M.A. **La descodificacion de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa**. Bilbao, Universidad de deusto, 1989.

ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACION- FAO. **El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo: Crisis económicas: repercusiones y enseñanzas extraídas**. Disponível em <<http://www.fao.org/docrep/012/i0876s/i0876s00.HTM>>. Acesso em nov. 2013.

OTSUKI, K. Sustainable partnerships for a green economy: A case study of public procurement for home-grown school feeding. **Natural Resources Forum**, v.35, p.213-222, 2011.

PAIVA, J. B. **Hábitos alimentares regionais no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar em um município do sertão baiano: uma abordagem qualitativa**. 132 f. 2011. Dissertação (mestrado em Alimentos, Nutrição e Saúde), Escola de Nutrição, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

PARDO, N. G. Niveles de organización del significado en el discurso. **Discurso & Sociedad**, Vol 1(1), p. 85-115. 2007.

PELIANO, A. M. Quem se Beneficia dos Programas Governamentais de Suplementação Alimentar. Brasília: **IPEA**; nov. 1990. n. 205, 10p.

PEREIRA, P.A. Política Social, cidadania e Neoliberalismo: reflexão sobre a experiência brasileira. In: CARVALHO, D.B.B. de; DEMO, P.; SOUSA, N.H.B. de (Orgs.). Novos paradigmas da política social. Brasília: UnB, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2002.

PETER, L. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. (Trad. Pedrinho A. Guareschi). 10ª ed. Petrópolis. Rio Janeiro: Ed. Vozes. 2012. p.137-155.

PILLA, M. C. B. A. Gosto e deleite: construção e sentido de um menu elegante. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 42, p. 53-69, 2005. Editora UFPR.

PINHEIRO, A.R.O. Análise histórica do processo de formulação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2003-2006): atores, ideias, interesses e instituições na construção de consenso político. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós- Graduação em Política Social (PPGPS/UnB). Brasília (DF), 2009.

PIPITONE, M.A.P. A relação saúde e educação na escola de 1º Grau. **Alimentação e Nutrição**, São Paulo, n.65, p.48-52, 1995.

PLOEG, J.D. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre. UFRGS, 2008.

POLLAN, M. **Em defesa da comida**. (Traduzido por Adalgisa Campos da Silva), Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008. 272p.

POTILHO, F. CASTAÑEDA, M. CASTRO, I.R. R. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, 16 (1): 99-106, 2011.

QUEIROZ, M. I. P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991 – (Biblioteca básica de Ciências Sociais). Série 2. Textos; v.7.

QUENZA, C.J. P. Representaciones sociales del comer saludablemente: un estudio empírico en Colombia, **Univitas Psychologicas**, v.5, n°.3, Bogotá, 2006. Disponível em <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/revPsycho/article/view/465>. Acesso em nov. 2013.

RADOMSKY, G.F.W. Práticas de certificação participativa na agricultura ecológica: rede, selos e processos de inovação. **Revista IDEas**, v. 3, n. 1, jan/jun,. p. 133-164. 2009.

RADOMSKY, G. F. W. As redes sociais da economia local: um estudo de caso na Serra Gaúcha. **Perspectiva Econômica** (São Leopoldo. Online), v. 2, p. 75-107, 2006.

ROMANELLI, G. **O significado da alimentação na família**: uma visão antropológica. *Medicina*, 2006. 39(3):333-339.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUPEL, 2003. 374 p.

SACCO DOS ANJOS, F.; VELLEDA CALDAS, N.; FROEHLICH, J. M. As indicações geográficas como instrumento do desenvolvimento territorial. **Revista Agropecuária Catarinense**, v.22, n.1, p.16-19, 2009.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda; TRENTIN, I. C. L. Desafios e possibilidades: Certificação social e solidária no contexto da agricultura familiar. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 8, p. 334-343, 2006.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2. ed., 2009. 258 p.

SÊGA, R. A. O conceito de Representações Sociais nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. **Revista Anos 90**. Porto Alegre. N° 13, p. 128-133. 2000.
Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/13/13art8.pdf>. Acesso em: abr. 2013.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

SIMMEL, G. Sociologia da Refeição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n° 33, jan/junho, p. 159-166, 2004.

STEFANINI, M. L.R. **Merenda escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança**. 105f. 1997. Tese (Doutorado em Nutrição), Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

STURION, G. L, SILVA, M. V., OMETTO, A. M. H., FURTUOSO, M.C.O., PIPITONE, M.A.P. Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação

Escolar no Brasil. **Revista de Nutrição**. Campinas, v.18, n.2, p. 167-81, mar./abr. 2005.

TORAL, N., CONTI, M. A., SLATER, B., A alimentação saudável na ótica dos adolescentes: percepções e barreiras à sua implementação e características esperadas em materiais educativos. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 25, n.11, 2386-2394, 2009.

TORAL, N., SLATER, B., SILVA, M.V. Consumo alimentar e excesso de peso de adolescentes de Piracicaba, São Paulo. **Revista de Nutrição**, v.20, nº 5, Campinas, 2007.

TRICHES, M. R, **Reconectando a produção ao consumo: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar**. 2010, 295f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

TRICHES, M. R, SCHNEIDER, S. Reconstruindo o “elo perdido”: a reconexão da produção e do consumo de alimentos através do programa de alimentação escolar no município de dois Irmãos (RS). Campinas – SP. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**. Volume XVII 1 – 2010.

VALA, J. Representações sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano. In J. Vala, e M. B. Monteiro (Eds.), **Psicologia Social**, 4.^a ed., p. 457-502, 2000. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

VAUGHN, S; SCHUMM, J. S; SINAGUB, J. M. **Focus group interviews in education and psychology**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1996.
VEIGA, J. E. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: MDA/CNDRS/NEAD, 2001.

VEIGA, J. E. **Uma Estratégia de Desenvolvimento Rural para o Brasil**. Relatório Final do Projeto de Pesquisa e Formação Sindical CUT/CONTAG. São Paulo, 1997.

VELOSO, C. **Trinta regimes alimentares**. Rio de Janeiro: Leitura, 1968, p. 40.

WAGNER, W. Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. In: P. A. Guareschi e S. Jovechelovitch (Orgs), **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1999.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 21-55.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo Rural como um Espaço de Vida: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 330p.

WESTPHAL, M. F. **Participação Popular e Políticas Municipais de Saúde: Cotia e Vargem Grande Paulista**. 1992. Livre Docência. Departamento de Prática de Saúde Pública, da Faculdade de Saúde Pública da USP, Concurso de Livre Docência. USP. São Paulo.

ZIMMERMANN, S. A. **A pauta do povo e o povo em pauta: as Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, Brasil – democracia, participação e decisão política**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

Apêndices

Apêndice A



Universidade Federal de Pelotas
Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
Departamento de Ciências Sociais Agrárias
Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e
Políticas Públicas para a Agricultura Familiar



Projeto:

A comida invisível: Representações sociais sobre a alimentação escolar ecológica entre a comunidade escolar e os agricultores familiares na região de Pelotas, RS.

Roteiro Geral para atividades nas escolas

Atividade 1

- Encontro para apresentação da proposta de trabalho, identificação de mediadores e participantes.
- Preenchimento (em casa) de uma ficha de identificação, constando nome, idade, descendência étnica, nº de familiares e profissão dos pais.
- Preenchimento (em sala de aula) de formulário com hábitos alimentares, horários de alimentação, descrição dos alimentos e líquidos.
- Apresentação oral (em sala de aula), indicando:
 - a refeição mais importante e justificando a escolha;
 - quais alimentos devem compor esta refeição e quais devem ser priorizados;
 - quem cozinha em sua casa;
 - o que gostariam de comer neste instante;
 - o que associam à comida;
 - o que caracteriza uma comida boa e uma comida ruim.

Atividade 2

- Montagem de um cardápio com seis refeições diárias para, pelo menos, três dias da semana, incluindo comidas e bebidas que gostariam de consumir.
- Avaliação para o grupo dos cardápios elaborados por cada aluno
- Eleição individual de um alimento e uma bebida favorita no cardápio elaborado.

Atividade 3

- Ouvir música *Comida* do grupo Titãs
- Solicitar aos alunos que falem o que a música os fez pensar e que sentimentos despertou neles.
- Produção de um texto reflexivo, a partir dos sentimentos despertados pela música e das conversas realizadas até o momento.

Atividade 4

- Elaboração e explicação de um desenho expressando sua opinião sobre a merenda escolar.
- Discussão em grupo a partir de roteiro:
 - Analisar se o cardápio é adequado para o horário em que a merenda é servida.
 - Indicar, hierarquizando, tipos de merenda por ordem de preferência. Justificar as escolhas.
 - Responder qual merenda não gostam, indicando o porque.

Atividade 5

- Representação através de um mapa do caminho percorrido pelos alimentos até chegar a eles na forma de merenda escolar.
- Elaboração de um desenho representando o local onde os alimentos por eles consumido são produzidos.

Atividade 6

Descrição escrita dos agricultores que produzem os alimentos que por eles consumidos.

- Discussão em grupo seguindo roteiro:
 - Indicar se a atividade que este agricultor desenvolve (produção de alimentos) é importante e justificando sua resposta.
 - Responder e justificar se a agricultura poderia ser sua futura profissão.
- Assistir um vídeo sobre atividades agrícolas agroecológicas (CAPA)

Atividade 7

- Assistir documentário sobre hábitos alimentares: A dieta do palhaço.
- A partir do vídeo, elaborar um desenho que expresse seu sentimento sobre a temática abordada.

Atividade 8

- Elencar as atividades desenvolvidas na escola que tratam sobre o tema da alimentação escolar, indicando o tema tratado nestas atividades.
- Discussão em grupo seguindo roteiro:
 - Avaliar se a escola discute o que levou as mudanças no padrão de alimentação escolar.
 - Responder porque não se poderia comer salgadinho, bolachinha recheada, etc..
 - Opinar sobre as mudanças propostas em relação a alimentação na escola.

Atividade 9

- **Saída de Campo:** Visita a um agricultor do município vinculado ao PNAE.

Atividade 10

- Discussão em grupo seguindo roteiro:
 - Debater as impressões da saída de campo.
 - Avaliação, por parte dos alunos, das atividades realizadas.
 - Opinar sobre a relevância, ou não, do tema escolhido para o desenvolvimento do projeto
 - Apontar se houve (e no que) mudanças a respeito da percepção deles em relação ao tema comida e agricultura, justificando a resposta.

Apêndice B



Universidade Federal de Pelotas
Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
Departamento de Ciências Sociais Agrárias
Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e
Políticas Públicas para a Agricultura Familiar



Projeto:

A comida invisível: Representações sociais sobre a alimentação escolar ecológica entre a comunidade escolar e os agricultores familiares na região de Pelotas, RS.

Roteiro geral de questões para entrevistas com agricultores

Data: Hora: Cidade:
Nome:
Idade:
Escolaridade/Formação:
Nº de familiares na atividade agrícola:

1. Conte um pouco de sua história:
2. Na sua opinião, qual a importância da atividade agrícola que você desenvolve? (A ideia é que ele expresse seus sentimentos em relação ao seu trabalho)
3. Como você descreveria os consumidores de seus produtos? (Quais representações sociais construídas por eles em relação aos consumidores de seus produtos)
4. O que é um alimento saudável, para você?
5. Onde você vende (entrega) seus produtos?
6. Você conhece o Programa Nacional de Alimentação Escolar – Merenda escolar? Se conhece, como ficou conhecendo?
7. Na sua opinião, é importante as crianças receberem alimentos produzidos pela agricultura familiar na escola? Sim ou não? Por quê?
8. Saber que os alimentos que você produz estão sendo fornecidos para merenda escolar influenciou sua maneira de produção?
9. Na sua opinião, as crianças sabem que os alimentos que elas consomem na escola é produzido por você?
10. Você acredita ser vantajoso ter um programa (política pública) que garante a comercialização de seus produtos?
11. Quais são as perspectivas futuras em relação a sua produção e entrega de seus produtos?
12. Quais destes canais de comercialização lhe dá maior retorno econômico?
13. Você sabe como funciona a entrega de produtos ao PNAE?

Apêndice C



Universidade Federal de Pelotas
Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
Departamento de Ciências Sociais Agrárias
Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e
Políticas Públicas para a Agricultura Familiar



Projeto:

A comida invisível: Representações sociais sobre a alimentação escolar ecológica entre a comunidade escolar e os agricultores familiares na região de Pelotas, RS.

Roteiro geral de questões para servidores das escolas

Data: Hora: Cidade:
Nome:
Idade:
Escolaridade/Formação:

1. Fale um pouco sobre a trajetória da merenda Escolar aqui no município?
2. Quando começou o processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar no município e qual a razão?
3. Como se deu esse processo e quais impactos teve/têm essa política?
4. Qual o papel, num primeiro momento, do PAA e, atualmente, do PNAE na consolidação deste processo?
5. Quais são os atores envolvidos para a efetiva realização do PNAE no município?
6. Quais implicações (entraves e/ou possibilidades) da utilização da política do PNAE?
7. A partir do quadro que se tem hoje, quais perspectivas se tem com ou sem a continuidade do PNAE.
8. Na efetivação deste processo (compra de alimentos da agricultura familiar), quais mudanças ocorreram/ocorrem na alimentação escolar?
9. Na sua visão, quais os reflexos da implantação deste programa para a agricultura familiar?

Apêndice D



Universidade Federal de Pelotas
Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
Departamento de Ciências Sociais Agrárias
Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e
Políticas Públicas para a Agricultura Familiar



Projeto:

A comida invisível: Representações sociais sobre a alimentação escolar ecológica entre a comunidade escolar e os agricultores familiares na região de Pelotas, RS.

Roteiro geral de questões para gestores municipais

Data:	Hora:	Cidade:
Nome:		
Idade:		
Escolaridade/Formação:		

1. Fale um pouco sobre a trajetória da merenda Escolar aqui no município?
2. Quando começou o processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar no município e qual a razão?
3. Como se deu esse processo e quais impactos têm essa ação?
4. Qual o papel, num primeiro momento, do PAA e (se o município participa), atualmente, do PNAE na consolidação deste processo?
5. Quais são os atores envolvidos para a efetiva realização do PNAE no município?
6. Quais implicações (entraves e/ou possibilidades) da utilização da política do PNAE?
7. A partir do quadro que se têm hoje, quais perspectivas se tem com ou sem a continuidade do PNAE.
8. Na efetivação deste processo (compra de alimentos da agricultura familiar), quais mudanças ocorreram/ocorrem na alimentação escolar?
9. Na sua visão, quais os reflexos da implantação deste programa para a agricultura familiar?

Apêndice E



Universidade Federal de Pelotas
Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
Departamento de Ciências Sociais Agrárias
Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e
Políticas Públicas para a Agricultura Familiar



Projeto:

A comida invisível: Representações sociais sobre a alimentação escolar ecológica entre a comunidade escolar e os agricultores familiares na região de Pelotas, RS.

Materiais e produtos do Projeto Comida Invisível

- ✓ Atividades nas escolas: 49 grupos focais
- ✓ Observações dos grupos focais
- ✓ Confeção de um Diário de Bordo
- ✓ Textos e desenhos realizados pelos alunos
- ✓ Saída de campo com os alunos a propriedades de agricultores
- ✓ Áudios:
 - 03 entrevistas com nutricionistas
 - 18 entrevistas com agricultores
 - 06 entrevistas com merendeiras
 - 06 entrevistas com professores
 - 06 entrevistas com diretores
 - 02 entrevistas coletivas alunos e agricultores – saída de campo com as escolas
 - 02 entrevistas de reuniões com agricultores, técnicos e gestores.
 - 01 entrevista com representante MDA
- ✓ Composição de um banco de dados com acervo fotográfico e audiovisual (vídeos e gravações de voz), com transcrição integral do material audiovisual.
- ✓ Participação curso de formação para serventes e merendeiras no município de Canguçu;
- ✓ Realização do I Seminário sobre Alimentação Escolar em Cerrito.

Anexos

Anexo A

Estrutura em Artigos – segundo Manual de Normas da UFPEL (Aprovada pelo COCEPE)

Nível de Descrição em Artigos

Elementos Pré-Textuais

- **Folha de Rosto**
- **Folha de Aprovação**
- Dedicatória
- Agradecimentos
- Epígrafe
- **Resumo** (geral do trabalho)
- **Resumo em Língua Estrangeira**
- Lista de Figuras
- Lista de Tabelas
- Lista de Abreviaturas e Siglas
- Lista de Símbolos
- **Sumário**

Elementos Textuais

- **Introdução** (Justificativa, Revisão da Literatura (esta pode estar em capítulo à parte), Objetivos e Hipótese)
- **Revisão da Literatura** (se não constar na Introdução)
- **Projeto de Pesquisa**¹ (NBR 15287)
- **Relatório do Trabalho de Campo**²
- **Artigo 1** (segundo norma da revista)
- **Artigo 2** (segundo norma da revista) e assim por diante
- **Conclusões ou Considerações Finais**

Elementos Pós-Textuais

- Referências (toda bibliografia utilizada ao longo do trabalho, inclusive as utilizadas nos artigos)
- Glossário
- Apêndices
- Anexos
- Índice

Nota: **em negrito** são os elementos obrigatórios.

¹ Modelo estruturado de Projeto de Pesquisa sugerido pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

² Modelo de **Relatório de Projeto de Pesquisa** sugerido pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Para a utilização devem ser consultadas as Coordenações dos Cursos de Graduação ou Programas de Pós-Graduação sobre o uso dos modelos sugeridos.

Anexo B

Normas da Revista Saúde e Sociedade¹⁰⁷
(ISSN: 1984-0470)



Diretrizes para Autores

Forma e preparação de manuscritos

Formato

Papel tamanho A4, margens de 2,5 cm, espaço 1,5, letra Times New Roman 12. Número máximo de páginas: 20 (incluindo ilustrações e referências bibliográficas).

Estrutura

Título: Conciso e informativo. Na língua original e em inglês. Incluir como nota de rodapé a fonte de financiamento da pesquisa.

Nome e endereço do(s) autor(es): todos devem informar maior grau acadêmico; cargo; afiliação institucional; endereço completo incluindo rua, cidade, CEP, estado, país, e-mail.

Resumos: Devem refletir os aspectos fundamentais dos trabalhos, com no mínimo 150 palavras e no máximo 250, incluindo objetivos, procedimentos metodológicos e resultados. Devem preceder o texto e estar na língua do texto e em inglês (abstract).

Palavras-chave: De 3 a 6, na língua do texto e em inglês, apresentados após o resumo. Consulte o DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) e/ou o Sociological Abstracts.

Gráficos e tabelas: Os gráficos e tabelas devem ser apresentados em seus programas originais (por exemplo, em Excel: arquivo.xls), devidamente identificados, em escala de cinza.

Imagens: As imagens (figuras e fotografias) devem ser fornecidas em alta resolução (300 dpi), em JPG ou TIF, com no mínimo 8 cm de largura.

Citações no texto: Devem ser feitas pelo sobrenome do autor (letra minúscula), ano de publicação e número de página quando a citação for literal, correspondendo às respectivas referências bibliográficas. Quando houver mais de dois autores, deve ser citado o primeiro, seguido de "e col".

Referências

¹⁰⁷ Disponível para consulta em:
<http://www.revistas.usp.br/sausoc/about/submissions#authorGuidelines>

Os autores são responsáveis pela exatidão das referências bibliográficas citadas no texto. As referências deverão seguir as normas da ABNT NBR 6023, serem apresentadas ao final do trabalho e ordenadas alfabeticamente pelo sobrenome do primeiro autor. A seguir alguns exemplos (mais detalhes no site da revista):

- Livro

MINAYO, M. C. de S.; e DESLANDES, S. F. (Org). Caminhos do pensamento: epistemologia e método. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

- Capítulo de Livro

GOTLIEB, S. L. D.; LAURENTI, R.; MELLO JORGE, M. H. P. Crianças, adolescentes e jovens do Brasil no fim do século XX. In: WESTPHAL, M. F. Violência e criança. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 45-72.

- Artigo de Periódico

TEIXEIRA, J. J. V.; LEFÈVRE, F. A prescrição de medicamentos sob a ótica do paciente idoso. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v.35, n.2, p. 207-213, abr. 2001.

- Tese

LIMA, R. T. Condições de nascimento e desigualdade social. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2001.

- Documentos Eletrônicos

SALES, A. C. C. L. Conversando sobre educação sexual. Disponível em:
<http://www.violenciasexual.org/textos/pdf/conversando_ed_sexual_ana_carla.pdf>
Acesso em: 13 jan. 2003.

Envio de manuscritos

Os manuscritos são submetidos online, através da plataforma Scielo:
<http://submission.scielo.br/index.php/sausoc/login>

Anexo C

Normas da Revista Antropolítica¹⁰⁸
(ISSN: 1414-7378)



Normas para publicação

Diretrizes para Autores

Normas de Apresentação de Trabalhos

1. A revista Antropolítica aceita originais de artigos e resenhas de interesse das Ciências Sociais e da Antropologia em particular. Aceitamos resenhas de livros publicados há, no máximo, 3 anos.

2. Os textos serão submetidos aos membros do Conselho Editorial e/ou a pareceristas externos, que poderão sugerir ao autor modificações de estrutura ou conteúdo.

3. Os textos não deverão exceder 25 páginas, no caso dos artigos, e 8 páginas, no caso das resenhas. Eles devem ser apresentados com configuração de página A4 (210 x 297 mm), espaço 1,5, fonte Times New Roman (corpo 12), sem qualquer tipo de formatação, a não ser:

- Indicação de caracteres (negrito e itálico);
- Margens de 3cm;
- Recuo de 1cm no início do parágrafo;
- Recuo de 2cm nas citações; e
- Uso de itálico para termos estrangeiros e títulos de livros e periódicos.

4. As citações bibliográficas serão indicadas no corpo do texto, entre parênteses, com as seguintes informações: sobrenome do autor em caixa alta; vírgula; data da publicação; vírgula; abreviatura de página (p.) e o número desta. (Ex.: PEREIRA, 1996, p. 12-26)

5. As notas explicativas, restritas ao mínimo indispensável, deverão ser apresentadas no rodapé da página.

6. As referências bibliográficas deverão ser apresentadas no final do texto, obedecendo às normas da ABNT (NBR-6023). Disponível clicando aqui.

Livro:

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. 2ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

LÜDIKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

¹⁰⁸ Disponível para consulta em:
<http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica/about/submissions#onlineSubmissions>

FRANÇA, Junia Lessa et al. Manual para normalização de publicações técnicocientíficas. 3. ed. ver. e aum. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1996.

Artigo:

ARRUDA, Mauro. Brasil: é essencial reverter o atraso. Panorama da Tecnologia, Rio de Janeiro, v. 3, n.8, p. 4-9, 1989.

Trabalhos apresentados em eventos:

AGUIAR, C. S. A. L. et. al. Curso de técnica da pesquisa bibliográfica: programa-padrão para a Universidade de São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9., 1977, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Associação Rio-Grandense de Bibliotecários, 1977. p. 367-385.

7. As ilustrações deverão ter a qualidade de 300 dpi. Elas deverão ser identificadas com título ou legenda e designadas, no texto, como figura (Figura 1, Figura 2 etc.) e dispostas no corpo do texto.

8. Os textos deverão ser acompanhados de título e resumo (máximo 250 palavras), bem como de 3 a 5 palavras-chaves em português e em inglês.

9 Os textos deverão ser precedidos de identificação do autor (nome, instituição de vínculo, cargo, título, últimas publicações etc.), que não ultrapasse 5 linhas.

Normas da Revista Archivos Latinoamericanos de Nutrición¹⁰⁹ (ISSN: 0004-0622)



INFORMACION PARA LOS AUTORES

En 1950 el Instituto Nacional de Nutrición de Venezuela edita su revista Archivos Venezolanos de Nutrición la cual en 1966 es donada a la recién creada Sociedad Latinoamericana de Nutrición, SLAN, para convertirse en su órgano oficial de divulgación Archivos Latinoamericanos de Nutrición, ALAN.

ALAN acoge en sus páginas trabajos de investigación originales sobre temas relacionados con alimentación y nutrición, entre ellos, nutrición humana y animal, bioquímica nutricional aplicada, nutrición clínica y comunitaria, educación en nutrición, ciencia y tecnología de alimentos, microbiología de alimentos, revisiones científicas críticas, Editoriales y Cartas al Editor.

Todos los artículos que se publican pasan por un proceso de arbitraje externo. El Comité Editorial no se hace responsable de los conceptos emitidos en los artículos aceptados. No se mantendrá correspondencia sobre aquellos que no sean publicados.

REQUISITOS PARA LA PRESENTACIÓN DE MANUSCRITOS VÍA ELECTRÓNICA

Resumen de requisitos:

- Todas las partes del manuscrito estarán presentadas en versión Word a doble espacio, con letra Times New Roman (tamaño 12) en páginas tamaño carta. El trabajo debe tener una extensión no mayor de 23 páginas, incluyendo las Tablas, Figuras e ilustraciones si la hubiere, las cuales deben estar incorporadas al final del texto. Todas las páginas deben estar numeradas.
- Revise la secuencia general: Título del manuscrito y autores, Resumen y palabras clave, Introducción, Materiales y Métodos, Resultados, Discusión, Conclusiones, Agradecimientos, Referencias, Tablas y Figuras.
- Adjunte carta de presentación y aceptación de autoría firmada por los investigadores involucrados. Los autores podrán sugerir los nombres de tres posibles árbitros con sus respectivas direcciones electrónicas.
- Envíe el manuscrito junto con la carta de presentación, a la siguiente dirección electrónica: info@alanrevista.org

PORTADA

Debe contener: Título del manuscrito. Nombres, apellidos y la afiliación institucional de los autores. Nombre, dirección postal, número de teléfono y dirección de correo electrónico del autor encargado de la correspondencia.

RESUMEN Y PALABRAS CLAVE

Escrito en forma corrida y no en secciones, que no sobrepasará las 250 palabras de extensión. Agréguese de 3 a 6 palabras clave que ayuden a los indizadores a clasificar el artículo. ALAN exige que si el trabajo original es en español o en inglés, deberá acompañarse de un resumen en inglés o en español o alternativamente en portugués con sus palabras clave.

INTRODUCCIÓN

Enuncie la finalidad o el objetivo de investigación específico del estudio u observaciones, o bien la hipótesis que se ha puesto a prueba. Cite las referencias estrictamente pertinentes.

MATERIALES Y MÉTODOS

Identifique los métodos, los aparatos y equipos (nombre y dirección del fabricante) y los procedimientos realizados. Identifique los reactivos y productos químicos utilizados.

Describa los métodos estadísticos con detalles e indique el método y modelo estadístico.

RESULTADOS

Limite las Tablas y las Figuras al número necesario para explicar el argumento y resultados de la investigación y evaluar los datos en que se apoya. Se sugiere un máximo de 5 Tablas y 3 Figuras.

DISCUSIÓN

Breve y concisa, contrastada con observaciones realizadas en otros estudios. Proponga nuevas hipótesis cuando

¹⁰⁹ Disponible para consulta em: <http://www.alanrevista.org/instrucciones/>

INFORMACIÓN A LOS AUTORES

haya justificación para ello, pero identificándolas claramente como tales.

CONCLUSIONES

Refiérase a las más relevantes y oriente sobre posibles vías para continuar la investigación o el estudio emprendido. No cite referencias bibliográficas en esta sección.

AGRADECIMIENTOS

Mencione la procedencia del apoyo recibido en forma de subvenciones (equipos, reactivos, medicamentos) y a las instituciones financiadoras del estudio, dependencia e instituciones que apoyaron su ejecución, así como a personas y colaboradores.

TABLAS Y FIGURAS

Numérelas consecutivamente en arábigos siguiendo el orden en que se citan por primera vez en el texto. Cerciórese de que cada Tabla y Figura aparezca citada en el manuscrito.

REFERENCIAS

En el texto numere las referencias consecutivamente siguiendo el orden en que se mencionan por primera vez y se identificarán mediante números arábigos entre paréntesis.

Las Referencias serán listadas al final del manuscrito en orden numérico, no en orden alfabético. La veracidad de la información contenida en ésta sección es responsabilidad del autor (de los autores).

COSTO POR PÁGINA

Debido a los altos costos de impresión y publicación, ALAN ha estipulado dentro de su política editorial el costo de US \$ 20 por concepto de página publicada, suma que deberá ser agenciada por los autores a través de sus subvenciones de investigación o ante las instituciones donde prestan sus servicios. Se hace notar sin embargo, que este costo por página no condicionará de manera alguna la aceptación y publicación del trabajo, lo cual estará dado por los méritos del mismo.

Debido a que no existe al presente una traducción oficial al español, se transcribe por razones de espacio, solo el título **del documento que sigue: UNIFORM REQUIREMENTS FOR MANUSCRIPTS SUBMITTED TO BIOMEDICAL JOURNALS: WRITING AND EDITING FOR BIOMEDICAL PUBLICATION**. Updated October 2008. Para una lectura completa de esta versión, los autores deben acudir al siguiente sitio: <http://www.icmje.org>

Anexo E

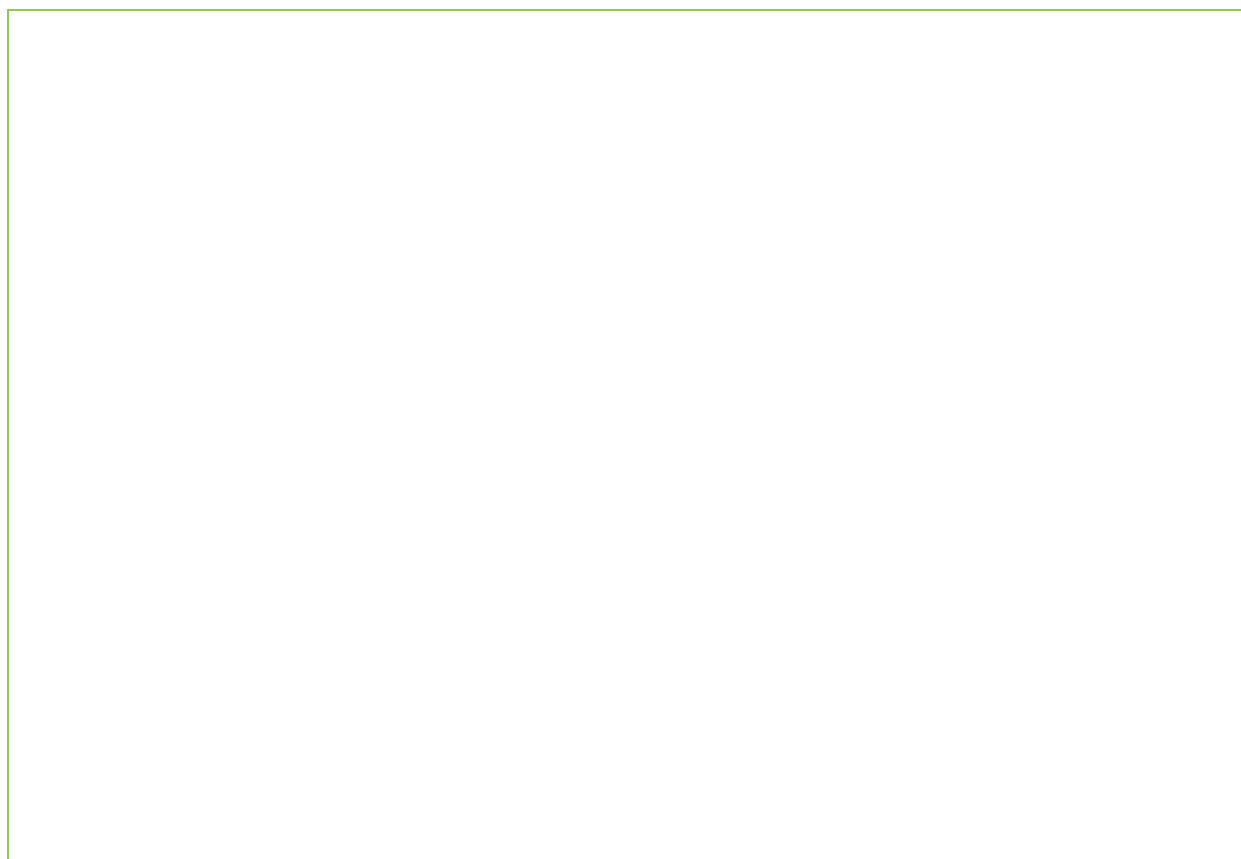
Desenho realizado no Grupo Focal 04¹¹⁰



¹¹⁰ Desenho elaborado por aluno da Escola Germano Hübner (São Lourenço do Sul, RS), demonstrando opinião de como é a merenda na escola.

Anexo F

Desenho realizado no Grupo Focal 04¹¹¹



¹¹¹ Desenho elaborado por aluno da Escola Irmã Firmina Simon (Canguçu, RS), demonstrando opinião de como é a merenda na escola.

Anexo G

Cardápio elaborado no Grupo Focal 02¹¹²

Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
café da manhã Iogurte com bolacha salgada	café da manhã leite com café, torrada com queijo, e presunto	café da manhã comer um mamão e bananas com leite puro.	café da manhã suco natural com pão com doce.	café da manhã leite com chocolate, pão com queijo e presunto
lanche da manhã cereal (barra)	lanche da manhã bolachas	= um copo de Iogurte	= comer um danoninho	= Tomar suco de caixinha com biscoito doce.
almoço Arroz, feijão, bife com batata frita com suco	= lasanha com refrigerante	= Arroz de forno com salada de tomate e pepino com suco	= comer alguns pasteis com coca-cola	= Arroz, feijão, quizado com batata com suco
lanche da tarde (na escola) bolachas com batida.	= café com bolacha	= sucos com bolacha	= As vezes comida na escola	= bola pirulito bobagem na escola.
janta panqueça com molho Branco com repi	= Arroz com galinha e suco	= sopa (canja)	= como só feijão na caneca	= churrasco com refrigerante
Abasalto A geladeira A noite	=	=	=	

errado, podia estar comendo coisas saudáveis,
pois é muito gostoso, quanto mais gurdur e saboroso melhor.

¹¹² O Anexo acolhe duas imagens. À esquerda, o cardápio elaborado por aluno da Escola Marina Vargas (São Lourenço do Sul, RS), indicando seis refeições diárias para, pelo menos, três dias da semana, incluindo comidas e bebidas que gostaria de consumir. À direita, sua análise sobre o cardápio elaborado.

Anexo H

Desenho no Grupo Focal 09¹¹³



¹¹³ Desenho elaborado por aluno na avaliação final do projeto Comida Invisível na Escola Germano Hübner (São Lourenço do Sul, RS).\